



Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

ARQUITECTURA ΘΥ E REVOLUÇÃO

Orientador: Arquitecto Tiago Mota Saraiva

Co-orientador: Professor Doutor Joaquim Moreno

Orientando: José Pedro Gomes Coelho da Silva

Porto

2017

Todas as obras indicadas por edições noutros idiomas que não o português foram livremente traduzidas pelo autor da dissertação.

A presente dissertação não segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

ARQUITECTURA OU E REVOLUÇÃO

AGRADECIMENTOS

Antes de mais aos meus pais, por desde o início do meu percurso académico terem como única expectativa para mim que eu seja feliz. Sei que tudo quanto lhes possa agradecer nasce da lealdade a essa convicção. Não pode ficar esquecida a minha família, sobretudo a Canducha e o Adolfo pelo carinho e por nunca falharem um livro, a Teresa por eu ser o mais parecido que ela tem com um irmão, e a Rita por força do hábito e da fraternidade.

Antes de mais ao Tiago Mota Saraiva, por ter aceitado orientar o meu trabalho quando tudo o que eu tinha nas mãos era um poema e nada mais. Agradeço também ao Professor Doutor Joaquim Moreno, por me obrigar a ser claro desde o início.

Antes de mais ao Aitor Varea Oro, por não me ter mandado embora quando lhe apareci à frente sem hora marcada e por, desde então, partilhar comigo dúvidas e incertezas, livros e conhecimento. Não pode ficar de fora a equipa do Habitar (os que já não estão e os que ainda não chegaram), por me ajudarem a provar que ainda *não é o fim nem o princípio do mundo calma é apenas um pouco tarde*, mas que se calhar ainda vamos a tempo.

Antes de mais à Rua das Flores (tão cheia de pessoas) e à Rua de São Victor (tão vazia de gente), por nos terem acolhido, a mim e ao meu trabalho, permitindo-me auscultar a urgência cardíaca da minha cidade.

Antes de mais a todos os meus amigos, por o serem e por me deixarem sê-lo. À Vera, à Soraia e ao Chico por serem há mais tempo. À Natália também e por fazer isto comigo. À Rita C. por me deixar ensaiar na dissertação dela. À Galrão, do Alentejo a Trás-os-Montes, pelo companheirismo, pelo incentivo e pelos copos. À Sara por ir na frente e mostrar-me como é que se faz mas, sobretudo, como é que não se faz. E à Joana, que ainda agora chegou e já foi embora, por ter sido a presença mais constante, no tasco (que fizemos juntos) e nas ilhas (que desenhámos juntos).

Antes de mais à Michelle, por ter pegado num livro que a trouxe ao Porto. Tudo o mais não lhe posso agradecer porque não inventaram ainda a linguagem possível.

RESUMO

O trabalho relata um processo de pesquisa sobre o arquitecto enquanto agente espacial e político, dando corpo a (e apontando respostas para) um conjunto de preocupações pessoais construídas ao longo do percurso académico e pessoal do autor.

O objecto de estudo é o espaço quotidiano enquanto local de socialização e como sobreposição do pessoal com o político. Em análise estão os actuais processos de produção espacial, integrados na lógica produtiva capitalista e neoliberal. Procuram-se, ainda, alternativas que sejam capazes de responder aos problemas levantados por esses processos a nível social, político, económico e ambiental.

Conclui-se que a alteração do método de produção do espaço permite libertar o potencial revolucionário da arquitectura. A responsabilidade de dar início à mudança recai sobre os arquitectos, que devem abrir mão do monopólio sobre a prática espacial, e simultaneamente ajudar a identificar e a consolidar práticas ‘alternativas’, para que estas sejam institucionalmente reconhecidas e integradas.

Defende-se, aqui, o carácter convivial da arquitectura bem como a cidadania política do arquitecto.

Palavras-chave

Arquitectura; Cidadania; Democracia; Espaço; Política; Sociedade

ABSTRACT

This work aims at reporting a research process on the architect as a spatial and political agent, embodying and pointing answers to a set of personal concerns constructed throughout the author's both academic and personal paths.

The object of study is the everyday space as the locus of socialization and as the juxtaposition of the personal with the political. The processes of spatial production are analysed, keeping in mind their integration in the capitalist and neoliberal productive system. We also seek alternatives that can solve the problems these processes raise at the social, political, economic and environmental levels.

The conclusion is that changing the productive method of space unleashes architecture's revolutionary potential. The responsibility for initiating this change rests with the architects, who must give up their monopoly on spatial practices. At the same time, they must help to identify and consolidate 'alternative' practices, so that these are institutionally recognized and integrated.

This is a defence of the convivial character of architecture as well as the architect's political citizenship.

Keywords

Architecture; Citizenship; Democracy; Politics; Society; Space

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
MIMESIS1	49
MIMESIS2	105
Zygmunt Bauman, <i>A Liberdade</i>	111
Zygmunt Bauman, <i>Modernidade Líquida</i>	131
David Harvey, <i>Rebel Cities</i>	151
Ivan Illich, <i>Tools for Conviviality</i>	175
Henri Lefebvre, <i>The Production of Space</i>	199
Neil Smith, <i>The New Urban Frontier</i>	239
Jeremy Till, <i>Vários</i>	259
MIMESIS3	293
BIBLIOGRAFIA	337

REVOLUÇÃO

Como casa limpa
Como chão varrido
Como porta aberta

Como puro início
Como tempo novo
Sem mancha nem vício

Como a voz do mar
Interior de um povo

Como página em branco
Onde o poema emerge

Como arquitectura
Do homem que ergue
Sua habitação

ARQUITECTURA ΘΥ E REVOLUÇÃO

Introdução

1 — Paz, Octavio. *Los signos en rotación*. (1965). Madrid: Fórcola, 2011

2 — “... ¿es quimera pensar en una sociedad que reconcilie al poema y al acto, que sea palabra viva y palabra vivida, creación de la comunidad y comunidad creadora?” *Ibid.* P. 15

3 — “...los dos términos buscan una conversión mutua: poetizar la vida social, socializar la palabra poética. Transformación de la sociedad en comunidad creadora, en poema vivo; y del poema en vida social (...).” *Ibid.* Pp. 16-17

1. A ARQUITECTURA DA COMUNIDADE CRIADORA

Em 1965 Octavio Paz escreveu o ensaio *Los signos en rotación*¹, no qual aborda os desafios que a modernidade trouxe para a poesia e para a palavra. De uma forma geral, podemos substituir poesia por arquitectura ou espaço e palavra por construção sem que com isso se perca a pertinência da pergunta de abertura: *é quimera pensar numa sociedade que reconcilie o poema [a arquitectura] e o acto, que seja palavra [construção] viva e palavra [construção] vivida, criação da comunidade e comunidade criadora?*²

Segundo o autor, os dois termos, [arquitectura] e sociedade são opostos e complementares: não há arquitectura sem sociedade e não há sociedade sem arquitectura. A separação, ainda que tentadora, não pode ocorrer. O espaço produzido por uma sociedade sem arquitectura seria desestruturado e desequilibrado; a arquitectura produzida sem sociedade careceria de uso. Assim, conclui Paz, *os dois termos procuram uma conversão mútua: [espacializar] a vida social, socializar a [construção]. Transformação da sociedade em comunidade criadora, em [espaço] vivo; e do [espaço] em vida social.*³

4 — “...la fatalidad de cada uno al enlazarse con la libertad de todos.” *Ibid.* P. 17

5 — “La técnica no es ni una imagen ni una visión del mundo: no es una imagen porque no tiene por objeto representar o reproducir a la realidad; no es una visión porque no concibe al mundo como figura sino como algo más o menos maleable para la voluntad humana.” *Ibid.* P. 29

6 — “Las construcciones de la técnica (...) son absolutamente reales pero no son presencias (...). Entre ellas y el paisaje natural que las contiene no hay diálogo ni correspondencia. No son obras sino instrumentos (...)” *Ibid.* Pp. 30-31

7 — “La universalidad de la técnica (...) no nos ofrece una imagen del mundo sino un espacio en blanco (...)” *Ibid.* Pp. 31-32

8 — “Poesía: búsqueda de un ahora y de un aquí.” *Ibid.* P. 35

9 — “(...) me sigue pareciendo válida la reserva formulada por Benjamin Péret (...): «La práctica de la poesía colectiva sólo es concebible en un mundo liberado de toda opresión, en el que el pensamiento poético vuelve a ser para el hombre tan natural como el agua y el sueño».” *Ibid.* P. 54

A comunidade criadora, fruto de um movimento revolucionário de espírito marxista, pressupõe o fim das relações sociais baseadas na dominação, propondo (tal como Illich) a interdependência – a que Paz chama *a fatalidade de cada um ao se enlaçar com a liberdade de todos*.⁴ Esta comunidade substitui a prática da arquitectura (que é, de resto, um pleonasmo) pela arquitectura prática.

Não quer isto dizer que não haja espaço para a teoria. Muito pelo contrário: a prática desprovida de teoria é tão má quanto a teoria sem tradução prática. Uma e outra devem informar-se mutuamente. Caso contrário, a teoria torna-se uma utopia inoperante (e, por isso mesmo, reaccionária em vez de revolucionária), e a prática faz-se técnica autómata (ou seja, despolitiza-se porque cumpre mecanicamente o seu papel, sem o questionar).

A técnica, por si só, *não é nem uma imagem nem uma visão do mundo: não é uma imagem porque não tem por objecto representar ou reproduzir a realidade; não é uma visão porque não concebe o mundo como figura senão como algo mais ou menos maleável para a vontade humana*.⁵ O mundo deixa de ser um modelo a copiar ou a aperfeiçoar, para ser uma realidade resistente (o mesmo é dizer: contingente) que é preciso substituir por um ‘universo de mecanismos’, cujo funcionamento maquinal acarreta a aceleração temporal que anula a relação entre o corpo e o poder. Por outro lado, *as construções da técnica são absolutamente reais mas não são presenças e entre elas e a paisagem natural que as contém não há diálogo nem correspondência. Não são obras mas instrumentos*⁶ – são produção e não criação.

Se a teoria reduzida à utopia constrói objectivos sem propor os meios para os atingir, a prática diminuída à técnica oferece instrumentos sem definir um fim. Esta retirada da política confere-lhe uma universalidade que *não nos oferece uma imagem do mundo senão um espaço em branco*⁷, o grande ‘espaço indizível’ de Le Corbusier, um espaço abstracto e homogéneo, destituído de todas as possíveis fontes de resistência.

Os milagres da técnica: a destruição do tempo e a homogeneização do espaço. [Arquitectura]: *busca de um agora e de um aqui*.⁸ Interessa-nos investigar como pode surgir a arquitectura da comunidade criadora, como construir *um mundo livre de toda a opressão, no qual o pensamento [espacial] volta a ser para o homem tão natural como a água e o sono*.⁹ Estamos de acordo com Octavio Paz quando

10 — “(...) en un mundo así tal vez fuese superflua la práctica de la poesía: ella misma sería, al fin, poesía práctica.” *Ibid.* P. 54

11 — Rocha, Paulo Mendes da. “Aulas Unitau. Segunda aula.” 1990. Ed. Maria Isabel Villac. *América, cidade e natureza*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2012. P. 132

afirma que *num mundo assim talvez fosse supérflua a prática da [arquitectura]: ela mesma seria, no final, [arquitectura] prática.*¹⁰

2. A ARQUITECTURA DIMINUÍDA

Tal como com os profissionais de qualquer área de conhecimento especializado, existe uma distância entre os arquitectos e tudo o resto, que começa a construir-se durante a aprendizagem da disciplina. Esta distância tanto pode ser benéfica como prejudicial. É benéfica sempre que permite uma avaliação externa e imparcial do tipo de intervenção exigida em cada momento e por cada circunstância específica. Torna-se prejudicial quando promove a monopolização da produção espacial, encarando a ‘informalidade’ como um desvio normativo.

Este afastamento é justificado pela necessidade de estabelecer uma linguagem e um código disciplinares próprios. Contudo, quando levado ao limite, tem duas grandes consequências. Por um lado, circunscreve a arquitectura num circuito fechado, autofágico e auto-referencial, impermeável às interferências do mundo exterior. Por outro, promove a visão da sociedade como um grupo de não-iniciados, desvalorizando o conhecimento produzido colectivamente. Esta segunda consequência tem como efeito particularmente cínico a apropriação de uma versão reificada da arquitectura vernacular, confundindo-se *a poética popular com a manutenção da pobreza para que se exerça inexoravelmente essa poética.*¹¹

O arquitecto isola-se do seu próprio meio, e a avaliação externa e imparcial corre o risco de se transformar numa visão estéril e desligada dos aspectos sociais e políticos inerentes à prática arquitectónica. Urge reestabelecer essa ligação, mas a actual (in)consciência de e da classe limita o trabalho profissional ao isolamento da disciplina, permanecendo ambos (arquitectura e arquitecto) tidos por supérfluos. Os arquitectos são vistos, actualmente, sobretudo como produtores de mais-valias económicas no espaço, e não como criadores de valor de uso. Isto leva a que a arquitectura seja

12 — Os três momentos nos quais Ricoeur divide o tempo interessam-nos apenas como pretexto organizacional do trabalho, pelo que o estudo da obra em si não será aprofundado. A definição de cada um dos momentos está disponível em <http://www.iep.utm.edu/ricoeur/#H5> [acedido a 7 de Novembro de 2016, 17h45m].

entendida como um fim em si, e não como a ferramenta com grande potencial transformador que pode ser.

O propósito desta dissertação é desconstruir esse entendimento e trazer a arquitectura para a lista de meios com os quais a sociedade pode – e deve – trabalhar, o que passa necessariamente pela redefinição da disciplina como uma ferramenta ‘convivial’. Este movimento implica o (auto-) reconhecimento do papel político dos arquitectos, mas não significa – não pode significar – a instrumentalização do seu saber, sob o risco de banalizar (e consequentemente desvalorizar) a sua prática, o que originaria uma situação diametralmente oposta à actual e igualmente nefasta.

3. ESTRUTURA

De uma forma geral, o corpo de texto produzido baseia-se numa pesquisa bibliográfica selectiva e crítica, assente nalguns autores-chave, que informa o processo de consciencialização pessoal e sustenta os argumentos apresentados. A esta pesquisa – que se pode apelidar de formal – contrapõe-se um conjunto de conhecimentos adquiridos em contexto académico e profissional – que se pode chamar informal. Estas duas pesquisas, formal e informal, são postas em diálogo de forma a enriquecer o trabalho.

Dado que esta dissertação tem por base a consciência crítica construída ao longo do percurso académico (incluindo o momento presente), assume necessariamente a forma de uma narrativa – o relato da própria investigação. Aproveita-se a estrutura da narração do tempo desenvolvida por Paul Ricoeur na sua obra de 1984, *Time and Narrative*¹², que se divide em três partes: mimesis1 (prefiguração do campo de acção); mimesis2 (configuração do campo de acção); e mimesis3 (refiguração do campo de acção).

Em mimesis1 – Motivações, procura-se perceber que práticas, textos ou contactos foram mais significativas na formação do posicionamento crítico. No fundo, tenta-se compreender os motivos que conduziram à escrita desta tese

e não de outra. Esta parte está dividida em vários momentos, organizados por cidade e ano, construindo-se um mapa cronológico das experiências do autor.

1. PORTO

2010

Início da frequência do Mestrado Integrado em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Destaca-se a importância que a unidade curricular de Teoria Geral da Organização do Espaço teve no despoletar da consciência crítica.

2011

Participação no *International Lecture Series – disPlace: Deviations on Architectural Practice*, organizado pela oitava edição da Revista Dédalo, e leitura da revista resultante. Constrói-se uma visão da arquitectura como um campo dinâmico, introduzindo questões como a multidisciplinaridade, a relação entre ideologia e prática, a participação, a cidadania e a política.

2012

Presença na Concentração Portuguesa de Architectos em Mação.

Aprofundam-se alguns temas abertos no ano anterior, condensando-os em grupos específicos mas interligados: 1. Arquitectura; 2. Política; 3. Economia; 4. Teoria; 5. Ensino.

2013

Primeiro contacto directo com o terreno, através do *Re-Act Urban Festival*, promovido pela décima edição da Revista Dédalo. Consolida-se a consciência da relevância da colectividade na produção do espaço urbano, salientando-se a importância da participação, do capital simbólico colectivo, da representação e da identidade comunitária, bem como a pertinência de alguns actos espontâneos de subversão e resistência espacial.

2014

As várias experiências realizadas até à data são vertidas, pela primeira vez, numa reflexão teórica proporcionada pela unidade curricular *Architectural Toys*, para a qual se desenvolveu um brinquedo pedagógico para crianças. A proposta apresentada procurava introduzir questões de cidadania, conflito urbano e debate político a partir de simulacros de assentamento urbano.

2. SANTIAGO

2014

Foca-se a frequência em duas unidades curriculares durante o semestre de frequência na Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Chile, em Santiago. Uma, *Procesos Participativos*, explorava a importância da participação na construção do espaço quotidiano; a outra, *Urbanización Extendida*, abordava os processos de urbanização capitalista (particularmente a gentrificação) desde uma estrutura dialéctica marxista.

3. SANTIAGO - PORTO

2015 - 2016

A passagem por dois ateliers de arquitectura ‘tradicionais’ (à falta de melhor termo), em Santiago e no Porto, foi essencial para a decisão do rumo a tomar devido ao desencantamento que provocaram relativamente à realidade profissional.

4. PORTO

2017

Descreve-se o trabalho, ainda em curso, desenvolvido dentro do Programa Habitar, que tem permitido tanto verificar como desconstruir algumas questões, bem como comprovar a validade de alguns pontos defendidos ao longo desta dissertação.

Estabelecidas as preocupações procuram-se, em mimesis² – Análise, interlocutores que apontem pistas para duas perguntas: como dar resposta aos problemas identificados, por um lado; e como evitar criá-los, por outro. Ainda que os autores escolhidos não sejam na sua totalidade arquitectos, a leitura visa a criação de correspondências entre as obras seleccionadas e a prática arquitectónica. É uma leitura analítica e activa, alimentadora da construção de um pensamento crítico que responde à questão: como se insere a arquitectura dentro do modo de produção actual?

Zygmunt Bauman

A LIBERDADE

1. A LIBERDADE ENQUANTO RELAÇÃO SOCIAL

A liberdade é uma construção social que surge da relação entre acção, responsabilidade, segurança e recursos;

2. A LIBERDADE ENQUANTO PODER

Utiliza-se o Panopticon como modelo para analisar a liberdade como imprevisibilidade, conhecimento e, portanto, poder;

3. A LIBERDADE, HOJE

O individualismo e o especialismo desempenham um papel determinante na definição da liberdade dentro do modo de produção capitalista;

4. O CONSUMO COMO LIBERDADE

Retomando a relação entre liberdade e recursos, conclui-se que, na sociedade ocidental capitalista, o consumo é a expressão máxima da liberdade, bem como o seu modelo de socialização, sendo a pobreza vista como uma ineficiência social que deve ser corrigida;

5. A DESPOLITIZAÇÃO PELO CONSUMO

A substituição do trabalho pelo consumo não deixa lugar para o debate (uma vez que consumir é uma actividade individual), sendo a política lida como uma

intromissão na privacidade de cada um. Propõe-se a substituição do consumo pela produção, sendo apontados caminhos alternativos que os arquitectos podem seguir.

MODERNIDADE LÍQUIDA

1. O ESPAÇO COMO RESISTÊNCIA

O advento da electrónica possibilitou a dominação do tempo pelo Homem, separando-o do espaço. O poder é, hoje, extraterritorial e nómada – e, portanto, espacialmente descomprometido – promovendo a eliminação de qualquer obstáculo territorial que impeça o seu movimento. A arquitectura, pela sua fisicalidade, pode ser uma arma da resistência pelo espaço.

2. DECLÍNIO E QUEDA DA CIDADANIA

A substituição do cidadão pelo indivíduo, por meio do consumo promovido pelo capitalismo, conduz à destruição do espaço público. Os arquitectos podem e devem ajudar a reconstruí-lo, trabalhando directamente no território em prol da emancipação das populações através da construção social do espaço.

3. DECLÍNIO E QUEDA DO ESPAÇO PÚBLICO

Os espaços públicos da fase consumista do capitalismo desincentivam a interacção com o ‘outro’, impedindo a formação de uma consciência política partilhada. Entram em jogo a contradição entre o corpo e o poder, e a noção da liberdade como possibilidade de acção e movimento.

4. DECLÍNIO E QUEDA DO TRABALHO

A transitoriedade do capital, aliada à consequente debilitação das relações laborais, fomenta a formação de um novo proletariado. A sua fragilidade, associada à perda de importância do local de trabalho, impede a formação de uma consciência de classe.

5. DA HARMONIA

Sem uma consciência política, não há a harmonia da pluralidade democrática.

David Harvey

REBEL CITIES

1. O NOVO PROLETARIADO

A fragmentação da população urbana promove o aparecimento de um novo proletariado urbano, o ‘precariado’, que deve ser reconhecido como tal.

2. O DIREITO À CIDADE

O direito à cidade é a plataforma capaz de agregar os movimentos urbanos anticapitalistas que procuram contrariar os modelos neoliberais de urbanização capitalista.

3. A LUTA URBANA COMO LUTA DE CLASSES

A génese urbana da crise sistémica de 2007-08 acarreta a necessidade de entender a luta urbana como luta de classes para que se compreendam as implicações sociais dos processos de urbanização capitalista.

4. PROPRIEDADE COMUM

Examina-se a produção urbana da propriedade comum, os efeitos da austeridade sobre essa produção, e como pode ser incorporada na luta anticapitalista.

5. A AUTENTICIDADE COMO ARMA PARA A LUTA URBANA

A mercantilização da propriedade comum para extracção de rendimentos, sobretudo pela indústria turística, implica a sua manutenção, o que abre uma possibilidade de contestação.

6. A REVOLUÇÃO URBANA

O reconhecimento da luta urbana como luta de classes, e do precariado como o novo proletariado, faz do bairro o local da organização política, pelo que é imperativo construir novos modelos de produção urbana assentes no direito à habitação e em veículos democráticos alternativos.

Ivan Illich

TOOLS FOR CONVIVIALITY

1. DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Cada descoberta científica pode ser utilizada de dois modos opostos: especialização ou abertura. Simultaneamente, há dois pontos de viragem em cada descoberta: aplicação e auto-justificação.

2. A ARQUITECTURA COMO UMA FERRAMENTA CONVIVIAL

As ferramentas conviviais podem ser objectos ou ideias, e não obrigam à sua utilização, sendo de acesso livre por qualquer um, em prol do enriquecimento do ambiente social. Combatem, portanto, a escassez de conhecimento produzida pela especialização.

3. SEIS AMEAÇAS

A produção industrial auto-justificada carrega seis ameaças: a degradação ambiental, a formação de monopólios de conhecimento, o enfraquecimento da auto-suficiência, a polarização do poder, a obsolescência programada e a frustração do impulso consumista.

4. CONFLITOS: ESPAÇO E LINGUAGEM

A exploração de ferramentas conviviais enfrenta três obstáculos: a dependência da cientificidade (que anula o debate político), a substituição dos verbos (acções) por substantivos (coisas) e a perda de um passado colectivo normativo decorrente da individualização da sociedade.

Henri Lefebvre

THE PRODUCTION OF SPACE

1. A FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL

O discurso científico promove a absolutização, marginalizando tudo quanto não caiba dentro da sua análise: a sabedoria científica (*savoir*) ignora todo o potencial subversivo do conhecimento quotidiano (*connaissance*). Sob o modo de produção capitalista, o trabalho intelectual é sujeito a uma divisão infinita

(promotora do especialismo). O mesmo acontece com a produção espacial, pelo que as funções humanas estão hoje espacialmente diferenciadas.

2. UTOPIA E IDEOLOGIA

O espaço entendido como produto pode ser fetichizado e mercantilizado. É necessária uma nova crítica espacial capaz de comentar a complexidade do espaço e combater essa mercantilização. Relembrando Tafuri e Argan, esta crítica não pode ser alheia à ideologia do seu autor, havendo que assumir a sua não-universalidade. Aceitar a contingência previne a despolitização da sociedade e da arquitectura, ao mesmo tempo que informa um plano de luta que, com base numa ideologia, propõe uma metodologia de acção – um projecto.

3. O CORPO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

O corpo está inscrito no espaço e produz esse espaço, juntamente com o corpo do 'outro'. É a base das relações interpessoais, expressas por gestos e movimentos, pelo que o exercício político é também temporalmente extenso (característica que a arquitectura partilha). Assim, 'o pessoal é político' e o corpo é fonte de poder.

4. O ESPAÇO ENQUANTO PRODUTO

O espaço abstracto capitalista é tanto um instrumento de controlo social quanto um meio de produção, subjacente à reprodução das relações de produção e propriedade, pelo que corresponde a superestruturas ideológicas. No entanto, tem em si o potencial para ser diferente, pela presença do corpo, que impede a abstracção total.

5. AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO

O espaço contém uma série de contradições dialécticas decorrentes da relação entre o espaço abstracto (mental e objectivo) e o espaço concreto (social e subjectivo).

6. A REVOLUÇÃO DO ESPAÇO

Revolucionar o espaço implica abraçar a contingência do quotidiano, procurando formas de propriedade e gestão colectiva do espaço.

7. NOTA FINAL: A CRÍTICA DE DAVID HARVEY

A revolução não acontecerá nem por si mesma, nem de um momento para o outro. A revolução constrói-se lentamente e não é um fim, mas um princípio.

Neil Smith

THE NEW URBAN FRONTIER

1. GENTRIFICAÇÃO

A gentrificação é, a par da suburbanização, um dos motores do crescimento económico pela produção do espaço, e surge da exploração do *rent gap* (o diferencial de rendimento entre o valor potencial do solo e o valor capitalizado sob a sua utilização corrente). Configura, portanto, um processo de desposseção espacial exercido sobre as populações mais fragilizadas.

2. CONSUMO E PRODUÇÃO

Há duas linhas de discurso sobre a gentrificação: como consumo, resumindo este fenómeno a uma questão de mobilidade social (construído pela direita política conservadora); e como produção, investigando os factores que lhe dão origem (adoptado pela esquerda política).

3. GENTRIFICADORES E ESTRATÉGIAS DE COMBATE

Os agentes da gentrificação podem ser produtores e/ou consumidores. A relação entre uns e outros é mediada (e medida) pelo valor de renda. Quando o valor de uso é superior ao valor de troca abre-se espaço à desvalorização que dá origem ao *rent gap*. Há que desenvolver estratégias de combate capazes de evitar essa desvalorização, assentes na democratização da habitação.

4. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E LUTA DE CLASSES

Ainda que as causas da gentrificação possam ser de curta duração, as suas

raízes estão no desequilíbrio sistémico do capitalismo. Este desenvolvimento desigual não é um sintoma pontual mas um processo (urbano) que se prolonga no tempo. Deste modo, a gentrificação permite identificar a luta urbana como luta de classes.

5. DE PÉS ASSENTES NO TERRENO

A gentrificação pode ser mapeada a partir de dois tipos de indicadores: económicos (mensuráveis) e sociais (sensíveis). Embora os indicadores sociais sejam mais subjectivos são os mais próximos das populações, pelo que é necessário trabalhar directamente no território, tomando-lhe o pulso.

Jeremy Till

VÁRIOS

1. AUSTERIDADE E ESCASSEZ, AGÊNCIA E CONTINGÊNCIA

A austeridade actual é uma imposição ideológica: é consequência de uma escassez construída, não de uma falta material real. Trabalhar com a escassez, em vez da austeridade, torna possível a incorporação das contingências do quotidiano e do seu potencial transformador. Isto faz-se através da agência espacial, desviando-se a atenção da escassez de recursos para os mecanismos de construção dessa escassez. Para tal, é necessário desenvolver acções multidisciplinares capazes de empoderar as populações.

2. MINIATURA E QUOTIDIANO

O quotidiano é mais evidente na pequena escala, pelo que a miniatura encerra um forte potencial político. De modo a libertar esse potencial, os arquitectos devem ser figuras tensas em permanente movimento pendular entre o seu conhecimento específico e o entendimento do quotidiano da comunidade com a qual trabalham.

3. COMUNIDADE E PARTICIPAÇÃO

A ‘comunidade’ é uma construção contínua que se estrutura a partir da participação. A participação mais eficaz será aquela capaz de transformar todas

as partes envolvidas através da redistribuição do poder, o que só é possível com a aproximação do discurso científico à linguagem comum.

4. REALIDADE E POSSIBILIDADE

É preciso desconstruir a ideia da arquitectura como veículo para a felicidade, não só porque as questões sociais não se resolvem com respostas físicas, mas também porque esse argumento faz corresponder a beleza com a ordem e, portanto, a estética com a ética, o que conduz à vontade de eliminação da diferença. Lidar com a diferença obriga ao debate político, pelo que a aceitação da heterogeneidade requer que o arquitecto seja um intelectual orgânico capaz de aceitar a contingência como a junção da realidade com a possibilidade (a união do que é com o que poderia ser).

—

Por fim, em mimesis³ – Síntese, procura-se entender como convergem as duas pesquisas, não só na estruturação do conhecimento arquitectónico, mas sobretudo na revisão crítica da prática disciplinar. No fundo, tenta-se identificar um outro modo de ser arquitecto desenvolvendo um projecto de arquitectura.

1. VERBO OU SUBSTANTIVO?

O significado político do espaço encontra-se não na sua forma, mas no seu conteúdo, isto é, nos processos de desenho, edificação e uso que lhe subjazem. Construir não é uma revolução, mas um instrumento para a revolução. A actividade (produção) é mais importante do que a mercadoria (consumo).

2. DA LIBERDADE

A fisicalidade e a temporalidade próprias da arquitectura qualificam-na como uma arma política para a transformação social. Quando considerada como uma questão meramente técnica, a arquitectura perde a sua relevância política e torna-se incapaz de questionar e alterar o método de produção que lhe dá origem. Contudo, uma vez que o espaço é um produto social, e não autoral, é

imperativo reclamar a cidade para os seus produtores.

3. GENTRIFICAÇÃO E DIREITO À CIDADE

A génese urbana da crise sistémica de 2007-08 evidencia a dimensão urbana da luta de classes. É necessário encontrar novas formas de participação democrática, ao nível do bairro, capazes de travar os processos de gentrificação e de exploração da propriedade comum, e que garantam, aos produtores urbanos, o direito à cidade.

4. AUTORIDADE E AUTORIA

A alternativa política que se propõe é a convivialidade. Para a alcançar, há que por de parte a autoridade enquanto autoritarismo e reconstruir o conceito de autoria, de modo a que a arquitectura seja uma ferramenta de uso comunitário. Encarada como um processo aberto, com base na agência espacial, a arquitectura aceita a presença do ‘outro’ disciplinar.

5. AUSTERIDADE E POLÍTICA

São as práticas que dão origem à arquitectura que lhe conferem o seu significado político. Enquanto o modo de produção vigente alienar o quotidiano e privilegiar a técnica, a quantidade sobrepor-se-á à qualidade. Esta abstracção permite fetichizar o espaço, eliminando o contexto social que lhe deu origem. O espaço deixa de ser um processo para ser um produto, controlável economicamente com base em objectivos ideológicos.

6. ARQUITECTURA E REVOLUÇÃO

A posição intermédia que o arquitecto ocupa, entre a sabedoria científica e o conhecimento quotidiano, confere-lhe a capacidade de actuar como mediador entre o poder das instituições e as comunidades locais. O trabalho, revolucionário, a desenvolver é a legitimação das práticas espaciais informais, sendo mais importantes as estratégias de produção do que as formas produzidas.

Introdução

ARQUITECTURA ΘΥ E REVOLUÇÃO

Motivações

1 — “What do I think of love? – (...). I’d be glad to know what it is, but being inside, I see it in existence, not in essence.” Barthes, R. *A Lover’s Discourse: Fragments*. Nova Iorque: Hill and Wang, 2010. P. 59

PREFIGURAÇÃO DO CAMPO DE ACÇÃO

(de como o campo de acção humana está prefigurado com competências básicas, tais como a capacidade de estabelecer relações semânticas conceptuais de acção - quem, como, porquê, com e contra quem, etc.)

A este primeiro momento dou o nome de **Motivações**.

Neste capítulo introdutório relatam-se as várias experiências realizadas ao longo do Mestrado Integrado em Arquitectura da FAUP, incluindo ainda (e talvez sobretudo) actividades extracurriculares e as primeiras incursões profissionais (sob a forma de estágios), tanto no Porto como em Santiago do Chile (onde vivi, estudei e trabalhei durante um ano, ao abrigo de um programa de mobilidade estudantil).

O mote essencial para esta abordagem encontra-se no entendimento da arquitectura como uma prática inegavelmente física e material, uma realidade-confrontação imediata.

A propósito da ‘compreensão’, Roland Barthes diz-nos:

*O que penso do amor? – (...). Gostava de saber o que é, mas estando dentro, vejo-o em existência, não em essência.*¹

Separa-se a existência – física: processo; construção – da essência – teoria: projecto; produto. A imersão na prática torna a compreensão da essência (a elaboração de uma teoria crítica pura) um objectivo inalcançável – pelo menos neste momento. Preocupa-nos mais a construção de uma consciência simultaneamente crítica e propositiva, capaz de informar a actividade profissional.

1. PORTO

2010

Um dos primeiros exercícios a que tive de dar resposta no Mestrado Integrado em Arquitectura foi proposto pelo Professor Manuel Graça Dias, numa das primeiras aulas de Teoria Geral da Organização do Espaço. O enunciado, muito simples, pedia aos alunos que identificassem o motivo que os levava a estudar Arquitectura. Perguntar “porquê?” é enganadoramente simples, já que a pergunta, quando é consequente, despoleta uma reflexão profunda – que deveria ser, de acordo com o enunciado do exercício, sintética. A minha resposta dividiu-se em duas partes: uma glosava um comentário do professor, que pedira para deixarmos de lado as brincadeiras de infância com Legos; a outra, mais relevante, apontava a Quinta Monroy ², o primeiro projecto do estúdio Elemental do arquitecto chileno Alejandro Aravena, como o motivo da decisão.

De facto, conheci este projecto no final do ensino secundário, numa altura em que me debatia entre cursar Arquitectura ou Design de Produto. A

3 — McGuirk, Justin. “From Lima to Santiago: A Platform for Change.” *Radical Cities*.

Londres: Verso, 2014. Pp. 35-46

4 — “...as if the only way to produce housing in quantity is to abandon the principles of good city-making.” *Ibid.* P. 43

5 — Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1962. Porto: FAUP Publicações, 2007

6 — “... na medida em que as formas produzidas por determinada sociedade se entrechocam, se negam, se contrariam, se desintegram, o espaço em que tal sociedade se estabelece sofre um processo que chamaremos de delapidação (...). A delapidação é assim um processo de criação de formas desprovidas de eficiência e de beleza, de utilidade e de sentido, de formas sem raízes, verdadeiros nados-mortos que nada acrescentam ao espaço organizado ou o perturbam com a sua existência.

E esta «doença» do espaço tem aspectos vários: afecta, por exemplo, a economia na medida em que as formas criadas não são eficientes ou, se o são por si, não o são no sentido mais amplo da posição que ocupam; afecta a cultura na medida em que as formas criadas destroem valores existentes ou não criam valores de significado cultural; afecta, numa palavra, o homem, na sua vida física e espiritual, na medida em que as formas criadas não servem para o prolongar, servir e enriquecer, mas apenas concorrem, pela desvalorização do seu ambiente físico, para o perturbar em aspectos múltiplos da sua existência.” *Ibid.* Pp. 26-27

7 — “O espaço é um dos maiores dons com que a natureza dotou os homens e que, por isso, eles têm o dever, na ordem moral, de organizar com harmonia (...).

A delapidação do espaço, que poderemos classificar de pecado contra o espaço, constitui, porventura, uma das maiores ofensas que o homem pode fazer tanto à natureza como a si próprio e da existência desta possibilidade de acção negativa, em contraste com a possibilidade de uma acção positiva, resulta o drama do homem organizador do espaço (...).”

Ibid. P. 27

Quinta Monroy mostrou-me que era possível, através da Arquitectura, ter um impacto significativo na vida de quem ocupa os espaços, e que uma ideia pode ser mais importante do que a forma final. Desde então desenvolvi algumas resistências ao projecto em si (nomeadamente as que Justin McGuirk aponta em *Radical Cities* ³): por um lado, a reprodução do modelo desse projecto à escala da cidade resultaria num urbanismo monotemático, *como se a única maneira de produzir habitação em grandes quantidades fosse abandonar os princípios do bom urbanismo* ⁴; por outro, a obsessão com o modelo criado, que pressupõe a auto-construção e uma certa expressão vernacular, parece impedir o desenvolvimento de novas abordagens, o que acaba por esteticizar e fetichizar a pobreza como uma linguagem arquitectónica. Em todo o caso, a aceitação da contingência (aqui orçamental) como tema de trabalho continua a parecer-me um eixo estruturante da (futura) actividade profissional.

Uns meses mais tarde, em Dezembro, o mesmo professor pediu que os alunos lhe enviassem um ‘postal de Natal’, de tema livre mas necessariamente relacionado com a disciplina de TGOE. Este exercício coincidiu com o fim da leitura obrigatória de *Da Organização do Espaço* ⁵, de Fernando Távora. Tendo ainda muito presente a definição de ‘delapidação’ ⁶ de Távora, reproduzi uma imagem das favelas do Rio de Janeiro, à qual sobrepus a pergunta: “E quando a delapidação espacial se torna icónica do lugar?”

Para Fernando Távora, estas ‘formas sem raízes’ são desprezíveis porque não obedecem a nenhum desenho harmónico do espaço, o que constitui uma transgressão da moralidade ⁷, uma ‘acção negativa’ pecaminosa. Este tipo de pensamento (uma confusão entre ética e estética) pareceu-me insensível por rejeitar liminarmente os esforços de construção da habitação das camadas mais desfavorecidas da população mundial. Ao mesmo tempo, intuía já as questões levantadas por Harvey e Smith relativamente à gentrificação estimulada pela atractividade de certos ambientes urbanos, bem como os consequentes processos de expulsão das populações produtoras desses mesmos espaços e ambientes.

8 — "...an architect who knew (...) how to wisely decontextualize himself and to move around in his disciplinary field." Trancoso, Carlos, Diana Sousa, Jorge Alves, Nuno Pimenta, e Soraia Fernandes (eds.). "Foreword." *International Lecture Series – disPlace: Deviations on Architectural Practice*. FAUP. Porto: Revista Dédalo - AEFAUP, 2011. P. 9

9 — "... the potential of Architecture as a dynamic field, 'travelling', being displaced, taking a detour – a fresh reboot of architectural methods with the free intake of concepts from other fields of knowledge as contributors to the definition of what we call contemporary architecture." *Ibid.* P. 9

10 — "... finding new escape routes from a maze that we created ourselves (...) mainly by developing a critical distance respecting our discipline." *Ibid.* P. 9

11 — Bandeira, Pedro. "Displacement: o deslocamento das coisas, da prática e a imagem de Arquitectura." *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 10-19

12 — *Ibid.* P. 11

2011

Do dia 31 de Março até 2 de Abril de 2011, participei no *International Lecture Series – disPlace: Deviations on Architectural Practice*, inserido na oitava edição da revista Dédalo, subordinada ao mesmo tema. No prefácio do catálogo das conferências, a equipa editorial afirma querer apresentar o movimento, através do espaço, de um arquitecto capaz de *descontextualizar-se sabiamente e mover-se livremente no seu campo disciplinar*⁸, questionando *o potencial da Arquitectura como um campo dinâmico, ‘em viagem’, deslocado, desviado – um novo reiniciar dos métodos arquitectónicos absorvendo livremente conceitos de outras áreas do conhecimento que contribuem para a definição daquilo a que chamamos Arquitectura contemporânea*⁹, na esperança de encontrar *novos caminhos de fuga de um labirinto criado por nós, desenvolvendo uma distância crítica em relação à nossa disciplina*.¹⁰ Os projectos apresentados pelos convidados tinham estas preocupações como ponto de partida e procuravam, de uma forma geral, criar espaços lúdicos e de interacção dos ocupantes com o construído, a cidade, e o outro. Cada apresentação mostrou diferentes modos de fazer arquitectura, tirando partido das condicionantes específicas de cada situação, questionando-as e usando-as como corpo de pensamento e matéria de trabalho (em suma, como tema de projecto).

Há vários temas comuns à maioria dos textos presentes nesta edição da Revista Dédalo, que permitem uma leitura transversal dos artigos, como sejam a relação público-privado, a arquitectura como guerrilha urbana, o genérico *versus* o local, a especialização profissional ou a multidisciplinaridade.

O texto apresentado por Pedro Bandeira¹¹, que abre a revista, começa por relembrar a origem etimológica da palavra economia – do grego *oikos*, lar – pondo em evidência a sua escala doméstica, próxima das pessoas e da vida privada. Simultaneamente, afirma que *o discurso em torno da economia tem, ilusoriamente, substituído o discurso político*¹², o que se traduz na lamentação neoliberal de que ‘não há alternativa’. É necessária, portanto, *uma atitude radical: voltar ao início; a uma economia directa: não especulativa*. Uma prática possível é o deslocamento das coisas e das práticas, uma estratégia que Bandeira classifica

13 — *Ibid.* P. 15

14 — Augusto, Sofia. “Ser-se crítico é ser-se político.” *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 74-79

15 — *Ibid.* P. 78

16 — *Ibid.* P. 74

17 — *Ibid.* P. 79

18 — Atelier Data. “Play, rewind and forward.” *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 80-85

19 — *Ibid.* P. 84

20 — Vasconcelos, Vitório. “Participação. Precisa-se! (1960-2010).” *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 64-73

21 — *Ibid.* P. 73

22 — *Ibid.* P. 71

23 — *Ibid.* P. 73

24 — Dass. “Displace.” *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 100-105

como provocatória. Esta estratégia de ‘desvio’ é *um instrumento de contestação e reivindicação social que se processa entre a estética (como meio) e a ética (como fim)*.¹³

Também Sofia Augusto¹⁴ evidencia a importância da provocação como instrumento de trabalho ao apelidar de “*guerrilheiros urbanos*”¹⁵ todos os que trabalham fora do âmbito institucional e oficial, e directamente no terreno. Afirmando o carácter político do espaço público, Augusto pergunta se *poderão ser então o Urbanismo e a Arquitectura ferramentas e/ ou plataformas de uma revolução do quotidiano*.¹⁶ Para que tal seja possível, o arquitecto contemporâneo deve ser *um “catalisador” da mudança*¹⁷, promotor do debate público sobre a cidade capaz de democratizar o espaço com base num activismo socialmente comprometido. O Atelier Data¹⁸ também defende que o desenvolvimento do projecto de arquitectura actual já não segue obrigatoriamente a metodologia tradicional, mas *reclama critérios de intervenção e acção — “mapas de batalha” — eficazes, disponíveis e abertos ao improviso e à simulação e invocação de outras realidades físicas e culturais*.¹⁹

Estes ‘mapas de batalha’ são o que nos permite contrariar Tafuri e reposicionar os arquitectos como profissionais capazes de conciliar a ideologia com a prática. Para isso, como afirma Vitório Vasconcelos²⁰, *a Arquitectura como produto de uma sociedade, deve fugir dos projectos ideologicamente vazios*.²¹ Só assim será possível evitar o mediatismo pelo mediatismo, e a consequente sobreposição perigosa dos interesses económicos às intenções ideológicas, conducente a uma atitude demissionária decorrente do reconhecimento da impotência disciplinar na resolução de alguns problemas. Segundo Vasconcelos, dar resposta a estes problemas aparentemente insolúveis passa por *aproveitar as grandes vantagens da participação, seja ela auto-construção, habitação evolutiva ou mera participação cívica*.²² De facto, *a relatividade e a incerteza dos tempos actuais pressupõem a abertura e a participação do habitante ou usuário, uma vez que só assim se conseguirão alcançar novos limites para os processos arquitectónicos e, quem sabe, criar novos quotidianos, mais humanistas e colectivos*.²³

A confluência do público com o privado, apontada por Bandeira e por Vasconcelos, é aprofundada pelo estúdio Dass²⁴, que apresenta dois caminhos, opostos mas complementares, para a arquitectura. O primeiro, *Presente Tecnológico* (de continuidade e progressão), procura dar resposta à insatisfação

25 — *Ibid.* P. 103

26 — *Ibid.* P. 104

27 — *Ibid.* Lee, Mark. “Especificidade genérica – cinco pontos para uma Arquitectura de aproximação.” *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 40-45

28 — *Ibid.* P. 44

29 — *Ibid.* P. 45

30 — Alves, Inês. “...e depois de ter aprendido latim, o pedreiro aprendeu tudo o resto.” *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 34-39

31 — *Ibid.* P. 36

32 — *Ibid.* P. 38

permanente dos indivíduos, desenhando espaços *lúdicos e emocionais, criados e modificados em tempo real pelas experiências e respostas personalizadas dos seus habitantes*.²⁵ O arquitecto é, aqui, um programador trans-escalar, adaptando o lugar à pessoa. O segundo, *Presente Artesão* (de ruptura e de um certo recuo), surge a partir da crise *não só económica mas de identidade*. O arquitecto é entendido como um *artesão, que pensa global e age local*. Os espaços são simultaneamente de consumo e produção, e fundem o público com o privado. Retoma-se a *tradição operativa da construção, uma Arquitectura informal, produzida por uma pura expressão de desejo e necessidade, aberta a todos e não mais discutida apenas pelos e entre os arquitectos, necessariamente implicando uma flexibilidade de programas e melhor interacção com os habitantes*.²⁶

Este *Presente Artesão* é o mesmo objectivo defendido por Mark Lee²⁷, para quem é necessária uma ‘arquitectura de aproximação’ que faça a ponte entre o genérico e o local: *uma estratégia bottom-up de integração em vez de uma abordagem top-down de subordinação*.²⁸ Lee define-a como *uma metodologia que assimila tipologias locais, geografias, métodos construtivos, símbolos, tradições e linguagem como meios de aproximação global, capaz de criar um estado que flutua entre a indeterminação vernacular e a especificidade tipológica*. Este modelo de projecto para a prática transcende linguagens, emerge de baixo e opera no limiar entre a forma global e o espaço local²⁹, dando origem a espaços (concebidos) que são experimentados (vividos) antes de serem compreendidos (percebidos), *imbuídos de vida pela presença de habitação*.

Surge um campo alargado de trabalho que é reflexo de uma realidade social e territorialmente complexa no qual, como afirma Inês Alves³⁰, *apenas uma conjugação de saberes permite desenvolver estudos de aproximação capazes*.³¹ É nos espaços públicos que esta complexidade se manifesta de forma mais ruidosa e que *as grandes mutações socio-culturais da cidade ganham forma e a própria noção de cidadania se afirma*. Deste modo, o cruzamento disciplinar é a única possibilidade evidente de *planear e fazer cidade tendo em conta uma sociedade híbrida*. De resto, conclui a autora, *o papel do arquitecto é hoje tão denso que não se conhece as suas fronteiras*, pelo que é necessária uma *total reinvenção paradigmática da sua actividade profissional*³² que lhe permita absorver e incorporar outras áreas do

- 33 — Encore Heureux. “Os Especialistas do Generalismo.” *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 114-117
- 34 — *Ibid.* P. 115
- 35 — *Ibid.* P. 117
- 36 — Domingues, Álvaro. “O Campo da Arquitectura.” *Dédalo #8 Dis:Place*. Pp. 106-113
- 37 — *Ibid.* P. 110
- 38 — *Ibid.* P. 110
- 39 — *Ibid.* P. 113
- 40 — Helder, Herberto. “(cumplicidades menores).” *Photomaton & Voz*. Porto: Porto Editora, 2015. P. 30

conhecimento até agora distantes, ainda que paralelas.

Esta absorção faz-se, de acordo com o colectivo *Encore Heureux*³³, recusando a progressiva especialização profissional, e caminhando *no limite dos territórios profissionais*³⁴, desconstruindo profissões e especialidades – generalizando o conhecimento. Segundo estes autores, *a ligação ao geral é uma garantia de liberdade, autonomia e frescura conceptual*, ao mesmo tempo que permite *estabelecer ligações entre situações, locais, pessoas, gerações, hábitos*.³⁵ Perante a escolha entre a interdisciplinaridade ou a dissolução disciplinar, este colectivo defende a remoção de *rótulos e códigos de barras profissionais*. Isto não significa, porém, que os arquitectos devam ser capazes de desempenhar toda e qualquer função requerida por cada projecto. Pelo contrário, há que encontrar *uma energia colectiva feita de alianças, descobertas inesperadas e riso, que transforme todos os envolvidos em especialistas do geral*.

Em todo o caso, há que ter em atenção o aviso feito por Álvaro Domingues³⁶ sobre as limitações da arquitectura e das suas consequências políticas. De facto, *ética e política, tal como responsabilidade social, existem em todas as profissões*³⁷, mas os arquitectos parecem ter uma maior apetência para questionar o significado social e político da sua acção profissional e pessoal (que, muitas vezes, confluem numa só). Como salienta Domingues, *não é pelo facto do resultado material do ofício da Arquitectura ter uma grande visibilidade social que a disciplina da Arquitectura se transforma numa área das ciências políticas*. O autor advoga a clara separação de competências quando afirma que *uma coisa é a Arquitectura, outra são as condições sociais do exercício da profissão, outra é a variedade que vai entre os projectistas e os seus clientes, outra ainda é a diversidade das causas e das posições políticas dos arquitectos ou das associações em que participam e se envolvem*.³⁸ É esta premissa que o leva a concluir que *o problema da Arquitectura é um conjunto de coisas em rede*, uma rede que *está a enredar-se*.³⁹ É importante saber fazer a distinção entre o corpo de conhecimento específico da profissão e o modo como esta é praticada. Ainda assim, apropriando-me das palavras de Herberto Helder⁴⁰, diria que a arquitectura não salva, mas ressalva.

41 — CPAM. “Intro.” Blogpost. *CPAM*, 1 de Maio de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/04/font-face-font-family-arialfont-face.html> [acedido a 3 de Abril de 2017, 13h00m]

42 — CPAM. “Comunicado de Imprensa.” Blogpost. *CPAM*, 11 de Novembro de 2012. Disponível em http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/comunicado-de-imprensa_11.html [acedido a 3 de Abril de 2017, 14h00m]

43 — CPAM. “Chamada para a CPAM!” Blogpost. *CPAM*, 26 de Setembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/09/chamada-para-cpam.html> [acedido a 3 de Abril de 2017, 19h35m]

44 — CPAM. “Intro.”

45 — CPAM. “O Inimigo.” Blogpost. *CPAM*, 30 de Abril de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/04/Arquitectura-em-portugal-vive-tempos-de.html> [acedido a 3 de Abril de 2017, 13h30m]

46 — Almeida, Artur. “Arquitectura: a CPAM 2012 é necessária e, fundamentalmente, democrática!” *P3*. 9 de Novembro de 2012. Disponível em <http://p3.publico.pt/cultura/Arquitectura/5150/Arquitectura-cpam-2012-e-necessaria-e-fundamentalmente-democratica> [acedido a 3 de Abril de 2017, 13h40m]

47 — CPAM. *Ibid.*

48 — Tavares, André. “Inimigo – Quem vai à Guerra dá e leva.” Blogpost. *CPAM*, 23 de Junho 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/06/inimigo-por-andre-tavares-2012.html> [acedido a 3 de Abril de 2017, 19h00m]

2012

Nos dias 10 e 11 de Novembro participei na *Concentração Portuguesa de Arquitectos em Mação – CPAM*. Esta *primeira concentração de arquitectos alguma vez realizada em território nacional teve como objectivo enunciar as questões presentes com que se defronta a prática da Arquitectura e, naturalmente, apontar saídas possíveis para o cenário de crise que atravessamos.* ⁴¹

À maratona de apresentações da tarde-noite-madrugada do primeiro dia (na qual estiveram presentes cerca de 200 arquitectos ⁴²) seguiu-se uma manhã dedicada *a colar os cacos partidos na véspera.* ⁴³ Esta imagem violenta foi, aliás, o mote que a organização lançou aos participantes. Segundo os organizadores, a CPAM surgiu *da inquietação perante o estado actual do exercício da Arquitectura em Portugal, da generalização da prática à diversificação dos modos de exercício, da crise cultural ao atrofamento institucional evidenciando a importância do ataque, da reflexão e debate do estado da nossa Arquitectura,* mas aceitando *continuar a falar dela apenas porque sim, ou, simplesmente, porque somos arquitectos.* ⁴⁴

O ataque implica, necessariamente, um atacante – os arquitectos – e um atacado – o inimigo. Uma vez que *quando o cerco aperta, é preciso apontar baterias e definir com precisão qual o alvo a abater* ⁴⁵, coube a cada orador denunciar um inimigo. Estes inimigos – *condicionantes que desagradavelmente prejudicam toda a actividade adjacente à nossa profissão* ⁴⁶ – foram levados à arena, *espaço de convergência e de ataque para definir um diagnóstico comum* ⁴⁷ sobre as inquietudes sentidas.

A partir dos vários textos publicados no blog da CPAM é possível identificar áreas gerais nas quais se inscrevem vários inimigos (essenciais para a definição de qualquer sociedade, *para entendermos qual o nosso ponto de referência* ⁴⁸):

1. Arquitectura

O inimigo mais apontado é o próprio arquitecto, o que denota um claro sentimento de falta de consciência de classe – seja por um certo romantismo estóico conducente a uma atitude sacrificial que resulta numa precaridade auto-imposta, seja pela falta de estratégia, de objectivos comuns ou até da definição de um inimigo preciso, passando por uma obsessão pela linguagem técnica,

49 — Marques, Guida e Maria Manuel. “Inimigo – O arquitecto.” Blogpost. *CPAM*, 1 de Novembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-guida-marques-m-manuel-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 13h10m]

50 — Barbas, Patrícia. “Inimigo.” Blogpost. *CPAM*, 28 de Junho 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/06/inimigo-por-patricia-barbas-2012.html> [acedido a 3 de Abril de 2017, 19h15m]

51 — Mateus, José. “Inimigo.” Blogpost. *CPAM*, 27 de Outubro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/10/inimigo-por-jose-mateus-convidado-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 12h55m]

52 — Saraiva, Tiago Mota. “Inimigo.” Blogpost. *CPAM*, 29 de Outubro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/10/inimigo-por-tiago-mota-saraiva-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 13h05m]

53 — Bismarck, Pedro. “Inimigo – Anjos vazios / cidadãos sem voz.” Blogpost. *CPAM*, 6 de Novembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-pedro-bismarck-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 14h35m]

pela compartimentação da disciplina em estilos e afinidades e pela manutenção do *status quo*. A questão é que *o primeiro inimigo é a própria classe profissional que se esqueceu de tornar claras as suas competências e de incluir no banquete a receita detalhada da educação, da construção e da urbanidade*.⁴⁹ A entrada mais eloquente é porventura a de Patrícia Barbas⁵⁰, que submeteu a imagem de um verbete para a palavra ‘*stupidity*’.

2. Política

Neste âmbito, a legislação que rege as várias áreas disciplinares é mencionada como o principal inimigo a combater. José Mateus⁵¹ faz uma síntese dos múltiplos problemas: as políticas de ensino; os concursos públicos que, existindo, são *demasiado burocratizados e exigentes* – mas que, segundo Tiago Mota Saraiva⁵², *são o pior de todos os sistemas com excepção de todos os outros* (são seguramente melhores do que os ajustes directos) –; e os instrumentos de planeamento urbano e as normas construtivas dispersas e *desfasadas da realidade sócio-económica do país* que resultam em *licenciamentos incompreensivelmente demorados* e que levam à *perda de autoridade do arquitecto na construção dos seus próprios projectos*, sobretudo quando conjugados com a desregulação dos honorários. A tudo isto soma-se uma inoperante Ordem dos Arquitectos que se rege por *estatutos inadequados que comprometem decisivamente a eficácia da sua acção*.

Surge ainda, pela mão de Pedro Bismarck⁵³, a questão da cidadania. Se, por um lado, *político e cidadão, isto é, o politikon e o civis, partilham uma certa afinidade*, por outro *há entre estes dois termos e na sua origem uma essencial distinção que permitiu que estes viessem a designar coisas substancialmente diferentes*, retirando-nos a *possibilidade de um acesso quotidiano à política*. Esta perda de soberania traduz-se num certo conformismo atávico que impede não só a alteração do ‘estado das coisas’ no país como também a internacionalização dos arquitectos portugueses – o que tem, necessariamente, impacto no inimigo que se segue.

3. Economia

A luta nesta frente, tal como nas outras, faz-se em conjunto com e sob a supervisão das instituições que tutelam a profissão (nomeadamente a OA).

- 54 — Amaral, Bernardo. “Inimigo – A tirania do Mercado.” Blogpost. *CPAM*, 5 de Novembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-bernardo-amaral-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 13h40m]
- 55 — Blaanc. “Inimigo – O Sonho tem de morrer.” Blogpost. *CPAM*, 23 de Outubro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/10/inimigo-por-blaanc-convidado-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 12h35m]
- 56 — Marinho, Filipe Santos. “Inimigo.” Blogpost. *CPAM*, 4 de Novembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-filipe-santos-marinho-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 13h35m]
- 57 — Costa, Paulo. “Inimigo – O Inimigo da Terra.” Blogpost. *CPAM*, 3 de Novembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-paulo-costa-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 13h15m]
- 58 — Pais, Maria Rita. “Inimigo – Edificação ou umbigo?” Blogpost. *CPAM*, 5 de Novembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-maria-rita-pais-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 14h00m]
- 59 — Costa, Paulo. “Inimigo – O Inimigo da Terra.” Blogpost. *CPAM*, 3 de Novembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-paulo-costa-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 13h15m]

O mercado é, a par do arquitecto, um dos maiores inimigos da arquitectura, pelo que é *fundamental reconceptualizar a prática arquitectónica, enquanto agenciamento num modelo económico (e biopolítico) de produção espacial*.⁵⁴ De facto, o Mercado foi ganhando cada vez mais controle sobre os meios de produção de espaço, afectando a forma como fazemos Arquitectura, mas também como a vendemos e “consumimos” ou habitamos. Nesse sentido, e para fazer com que *a prática arquitectónica seja algo mais que a produção de mercadoria, propõe-se como saída da Arquitectura para a actual crise, a saída do Mercado, que a domina e oprime*.

É o mercado que alimenta a promessa da encomenda, que por sua vez conduz ao imobilismo e ao já referido conformismo. Deste modo, *tem de morrer o sonho que os nossos únicos clientes são aqueles que nos procuram*⁵⁵, até porque a *Arquitectura não deve ser um luxo que só existe onde há dinheiro*. Na verdade, derrotar este inimigo passa pela pró-actividade dos arquitectos que devem *ter a capacidade de reconhecer onde é que o seu conhecimento é mais preciso: ou seja, identificar problemas e simultaneamente encontrar todas as viabilidades, inclusive a económica para os solucionar*. Não quer isto dizer, contudo, que se deva desistir da encomenda privada. A esse respeito, os arquitectos devem, isso sim, *valorizar-se e fazer-se respeitar pelos seus clientes*⁵⁶, cobrando honorários justos e tornando-se indispensáveis. O mercado influencia, ainda, a forma como se faz arquitectura porque *o mercado “auto-regula-se”: se é imagem que interessa é imagem que terão*⁵⁷, o que introduz o quarto inimigo.

4. Teoria

Actualmente a prática profissional assenta na *autoria da obra de arte*⁵⁸, o que se traduz, em Portugal, numa proliferação de escritórios *à mercê de um mercado e de políticas de território com demasiado poder em relação ao pequeno atelier que necessita de encomenda para sobreviver*. Criou-se um certo *afastamento em relação ao real*, baseando-se a prática profissional na criação de imagens mais do que no projecto de edificios concebidos criticamente: são *realizações estéticas desprovidas de qualquer interesse num sentido ético ou numa perspectiva social e ambiental do ser Arquitecto*⁵⁹, produzidas para publicação imediata e consumo rápido, para os *concursos promovidos por este e aquele site que vendem a ilusão de se poder saltar para a*

60 — Macedo, Filipe Borges. “Inimigo – This is not a love song.” Blogpost. *CPAM*, 27 de Fevereiro de 2013. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-filipe-borges-de-macedo-2012.html> [acedido a 6 de Abril de 2017, 11h35m]

61 — Maria Rita Pais, *op. Cit.*

62 — Baptista, Luís Santiago. “Inimigo – O Crítico... Ou uma perspectiva (auto) crítica do crítico-arquitecto.” Blogpost. *CPAM*, 8 de Dezembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/12/inimigo-por-luis-santiago-babptista-2012.html> [acedido a 6 de Abril de 2017, 11h25m]

63 — Oliveira, Maria Manuel. “Inimigo – O tempo linear, o tempo dos nossos tempos.” Blogpost. *CPAM*, 8 de Dezembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/12/inimigo-por-maria-manuel-oliveira-2012.html> [acedido a 6 de Abril de 2017, 11h15m]

64 — Burnay, Diogo. “Inimigo – “Traz Outro Amigo Também” José Afonso (1970).” Blogpost. *CPAM*, 19 de Novembro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-diogo-burnay-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 15h30m]

ribalta dos starchitects da noite para o dia. Como afirma Filipe Borges Macedo ⁶⁰, a firmitas e a utilitas desaparecem por entre o brilho esplendoroso da Venustas. Pois afinal de contas o que caracteriza as estrelas é o seu brilho.

Urge combater a estética autoral transformada em ética moral. A solução passa por activar a *capacidade criativa para resolver problemas de estruturação ou de reestruturação sob um ponto de vista social, técnico ou político através de soluções espaciais (materiais) ou apenas soluções estratégicas (imateriais)*. ⁶¹ Em suma, *ao distanciar-se do objectivo exclusivo de construir, a Architectura pode solucionar novos paradigmas e descobrir novas valências artísticas e projectuais*. Tal como acusa Luís Santiago Baptista ⁶², a inexistência de uma cultura crítica informada e reflexiva, *condena o que está fora para um deserto disciplinar*, o que em nada ajuda neste combate. Não havendo tempo nem espaço para a reflexão cuidada torna-se impossível *saborear o mundo da indeterminação que se nos promete repleto e aparentemente disponível*. ⁶³ Esta consciência crítica desenvolve-se na prática profissional mas deve ser construída antes, a partir da prática social.

5. Ensino (academia e estágio)

Uma vez que *temos uma forte tradição de um ensino fortemente enraizado no imaginário da sua relação com a profissão: o ser arquitecto, ligado à prática do atelier, ao estirador, ao desenho, ao projecto e à obra* ⁶⁴, a formação académica deveria servir não só para adquirir o corpo de conhecimento específico da disciplina, mas também para perceber qual o posicionamento ético de cada um em relação à prática profissional. Nesse sentido, *o contacto com a profissão e com a comunidade têm de estar fortemente presentes* de modo a garantir tanto a relevância social e política da academia como a correcta preparação dos estudantes para o mundo profissional.

O estágio profissional não deve ser entendido como um momento de finalização da formação académica (como é hoje), mas sim como a porta de entrada no mundo profissional. Nos seus moldes actuais, o estágio é uma verdadeira forma de exploração e precarização profissional, sinónimo de *uma*

- 65 — Almeida, Artur. “Inimigo – ESTÁGIO: Puro eufemismo da palavra exploração.” Blogpost. *CPAM*, 23 de Outubro de 2012. Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/2012/10/inimigo-por-artur-almeida-convidado-2012.html> [acedido a 5 de Abril de 2017, 12h45m]
- 66 — “2 - CPAM - Concentração Portuguesa de Architectos em Mação.” *Arqa 105 - Portugal Cultural*, Jan. e Fev. 2013. Pp. 139-46
- 67 — CPAM. “Comunicado de Imprensa.”
- 68 — Marques, Ariana, Joana Varajão, (Artur) Jorge Alves, Pedro Tomé, e Sara Neves (eds.). “Editorial.” *Dédalo #10 Who Lives Next Door*. Porto: Revista Dédalo – AEFAUP, 2013. Não publicado
- 69 — “Briefing.” *Ibid.*

contratação selvagem e desmedida de jovens arquitectos que, infelizmente, estão dispostos a ser explorados até ao limite das suas forças e dos seus conhecimentos sem qualquer tipo de benefício ou recompensa. ⁶⁵

Após a Concentração, foi publicada na revista *Arq'a* ⁶⁶ uma reflexão final na qual se pode ler que *o que também foi óbvio em Mação é que isto não é nada de novo e que os temas repetiram-se, evocando velhos debates, velhas crises, lamúrias constantes e reivindicações antigas. Compreendeu-se que a insatisfação não é nem de agora nem individual, pelo que não só é necessário como é possível agir e pensar colectivamente, ao contrário do que muitas vezes nos querem fazer pensar. No Comunicado de Imprensa* ⁶⁷ publicado imediatamente após a conclusão da Concentração pode diz-se que *a CPAM concluiu-se com uma nota francamente positiva sobre as possibilidades da Arquitectura e de os arquitectos desempenharem um papel relevante na actual conjuntura que o país atravessa; ou seja, a alegria de Mação foi saber que existimos e isso é francamente positivo e animador.*

2013

Entre os dias 23 e 27 de Maio de 2013 teve lugar o *Re-Act Urban Festival – Take 1*, promovido pela décima edição da revista *Dédalo* (que não foi, até à data, publicada), sob o tema *“Who Lives Next Door?”*. Segundo a equipa editorial, o evento *aproximou o que sempre deveria estar próximo, paradigma da distância entre nós e o vizinho, questionando lugares e distâncias entre actores de um cenário urbano comum* ⁶⁸, tendo-se dividido em dois momentos: um ciclo de conferências e debates, e um *workshop* realizado em Campanhã. As conferências juntaram os participantes do *workshop* a outros profissionais (arquitectos, artistas, sociólogos, nacionais e estrangeiros), tendo sido apresentadas várias abordagens práticas desenvolvidas em diversos contextos e com diferentes condicionantes específicas, mas sempre com uma mesma base comum: *a interação e participação locais como elementos fundamentais para a reflexão, decisão e acção sobre a cidade.* ⁶⁹

O *workshop*, por seu lado, dividiu os participantes em cinco grupos de

70 — “Approaching Campanhã.” *Ibid.*

71 — “Resultados.” *Dédalo*. Revista Dédalo, 2013. Disponível em <http://cargocollective.com/dedalo/iii-resultados-results> [acedido a 20 de Abril de 2017, 18h00m]

72 — *Ibid.*

trabalho, sob a orientação de um coordenador nacional e outro estrangeiro. O local a trabalhar, a zona da Corujeira na freguesia de Campanhã, foi descrito pela equipa editorial como uma das *fracções esquecidas da cidade do Porto*.⁷⁰

Fortemente transformada pelo processo de industrialização da cidade, tanto a nível demográfico quanto físico, a sua condição periférica propiciou ainda maiores transformações, produzidas pela construção de múltiplos bairros sociais. Na ausência de políticas de manutenção adequadas, tanto do edificado quanto do espaço público e das relações sociais, estes bairros foram-se degradando, atingindo-se hoje situações gritantes de segregação social e estigmatização urbana. Esta guetização é simultaneamente agravada e promovida pelo isolamento da área em relação ao resto da cidade do Porto. A proximidade a grandes eixos de comunicação viária e ferroviária, bem como a grandes equipamentos urbanos não se traduz, aqui, numa maior conectividade.

Cada um dos cinco grupos identificou um problema e desenvolveu uma proposta com base em métodos de trabalho distintos. Um dos grupos propôs o projecto *Ágora*⁷¹, que procurava corrigir a sub-representação dos habitantes desta zona junto dos órgãos de decisão, bem como quebrar o isolamento de cada bairro relativamente a todos os outros, de modo a *reforçar a participação política da população e o desenvolvimento colectivo de capital simbólico do lugar*. Para isso, identificaram uma rede de pontos de partilha que se configurava como um percurso para uma oficina itinerante, um camião do lixo modificado e adaptável a vários programas, capaz de transformar cada ponto num local de encontro e discussão. O material produzido por esta oficina seria arquivado no Matadouro Municipal, que passaria a *apresentar-se como foco de desenvolvimento cultural e social*.

Outro grupo apresentou *Micro Re-activators of Social Space*.⁷² Originalmente pensado para o Bairro do Monte da Bela, esta proposta era, sobretudo, um conjunto de linhas orientadoras de intervenção, facilmente replicáveis, e procurava *responder às necessidades específicas de uma micro-comunidade*. O principal objectivo era *a criação de estruturas e infra-estruturas que potenciassem a abertura da comunidade à cidade*, construídas em espaço público (sob a orientação

73 — *Ibid.*

74 — *Ibid.*

75 — *Ibid.*

de arquitectos e estudantes) e auto-geridas pela comunidade.

Uma terceira abordagem, *Pintar Campanhã*⁷³, propunha a unificação do território através de uma imagem gráfica forte, capaz de criar *uma identidade simbólica renovada para esta fracção da cidade do Porto*. Os postes de iluminação pública seriam o suporte da intervenção, que consistiria na *pintura de uma faixa azul em cada um deles, e a disponibilização e incentivo à pintura de uma outra faixa, na parte inferior dos mesmos, por parte da população local, representada por escolas, associações de moradores, artistas locais e personalidades de destaque nesta arte*, mobilizando, assim, vários agentes sociais.

Foi, ainda, apresentado o projecto *Reage Corujeira*⁷⁴, que pretendia *reactivar a área de estudo através da exploração agrícola colaborativa de espaços públicos em desuso*, propondo, para o efeito, a criação de *uma rede de parcerias que permitam a partilha de sementes, ferramentas e conhecimentos entre habitantes, produtores e comerciantes*. A esta actividade somar-se-iam mercados e eventos que promovessem *a identidade e a produção local*, o que estimularia não só a economia local mas também a ecologia urbana da cidade.

Finalmente, o grupo que integrei – juntamente com Ana Galrão, António Teixeira e Filipa Viana, sob a coordenação de Tiago Mota Saraiva (Ateliermob) e Licia Soldavini (Makerlab) – apresentou *Viçinbar*⁷⁵, uma estratégia de divulgação e incentivo ao desenvolvimento cultural e comercial que teve como campo de pesquisa e actuação o Bairro do Falcão.

Durante as sessões de trabalho, foi-nos possível perceber, através de uma presença intensiva no território (tanto por observação directa como pela condução de entrevistas aos moradores), alguns actos de ‘resistência espacial’ pela apropriação e adaptação do edificado às necessidades sociais da população. Estes servem propósitos a várias escalas, desde o nível doméstico – como a delimitação de parte dos pátios comuns para criação de jardins privados, levada a cabo pelos moradores dos pisos térreos – até à escala comunitária – visível na transformação de alguns vãos de escada em oficinas de trabalho.

Como salienta Licia Soldavini, *estes actos visíveis de transformação do espaço construído são complementados por actos de apoio comunitário e de construção de identidade*, como sejam algumas *redes de solidariedade intergeracional* ou o

76 — Soldavini, Licia. “Vizinhar - Observando actos de resistência no Bairro do Falcão.”

Dédalo #10 Who Lives Next Door. Porto: Revista Dédalo – AEFAUP, 2013. Não publicado

77 — “Resultados.” *Dédalo*

79 — “Architectural Toys - Processos Complementares de Reprodução Disciplinar em

Arquitectura.” *Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*. Disponível em

https://sigarra.up.pt/faup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=387504 [acedido a 21 de Abril de 2017, 14h50m]

*desenvolvimento de uma identidade original, fundada no futebol e em heróis musicais, em contraste com a imagem de criminalidade difundida pela comunicação social (o famoso jogador de futebol João Pinto e membros da banda popular Santamaria nasceram no Bairro).*⁷⁶

Estes actos de resistência não são meras manifestações de uma pitoresca vida comunitária, mas sim a demonstração de uma energia vital na produção de um espaço social próprio por parte de uma comunidade à qual foi imposto um espaço físico pré-determinado.

O projecto Vizinhar nasceu do reconhecimento desta vitalidade e procurou potenciá-la, estruturando-a a partir do *mapeamento e catalogação das competências profissionais em desenvolvimento ou em potência, dos habitantes do bairro (artes, ofícios, prestação de serviços), no sentido de as partilhar e divulgar publicamente.*⁷⁷ Propuseram-se, então, duas acções participadas: a implementação de sinalética urbana indicativa da localização dessas competências profissionais; e a construção de uma oficina móvel de apoio às várias actividades, cuja partilha assentaria num sistema rotativo a definir pelos participantes. Sugeria-se, ainda, a criação de ‘*open days*’ para a divulgação e promoção externa da oferta existente no bairro, possibilitando a expansão destes micro-negócios e incentivando a utilização do espaço público. Consequentemente, criar-se-iam dinâmicas de envolvimento comunitário empoderadoras, que permitiriam aos habitantes transformar a realidade segundo a sua vontade, dando corpo às suas reivindicações.

2014

Durante o primeiro semestre do ano lectivo 2013-2014 frequentei a unidade curricular *Architectural Toys - Processos Complementares de Reprodução Disciplinar em Arquitectura*, leccionada pelo professor Marco Ginoulhiac. Esta disciplina tem como objectivo o desenvolvimento de *competências de compreensão e de concepção no âmbito da reprodução disciplinar da Arquitectura*⁷⁹, e pede aos alunos que concebam, fundamentalmente, um dispositivo simultaneamente lúdico e pedagógico da área da Arquitectura.

79 — Calvino, Italo. “Lecittà e gliscambi. 4.” *Le Città Invisibili*. Turim: Einaudi, 1972. 34-35.

Disponível em http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1008030.files/citta_calvino.pdf

[acedido a 8 de Fevereiro de 2014]

Juntamente com Ana Galvão e António Teixeira, apresentamos *As Brincadeiras Têm Limites*, um jogo infantil que associava uma mecânica (obrigatória em qualquer jogo) a uma estrutura modular que, ainda que facilitasse o jogo, não era de utilização obrigatória. Indo buscar inspiração tanto a brincadeiras da nossa infância como à cidade de Ersilia descrita por Italo Calvino n’*As Cidades Invisíveis*⁷⁹, o elemento central era a materialização do limite. A importância do limite advém do reconhecimento de uma prática disciplinar que observa como premissa principal a composição do espaço por vários outros espaços articulados segundo uma organização lógica e ponderada, criando um todo coeso que responde simultaneamente a questões construtivas e programáticas bem como sociais e (talvez acima de tudo) humanas.

Interessava-nos explorar a construção deste limite a partir da linha, tanto através da representação bidimensional como da concretização tridimensional, conformando simulacros de assentamentos urbanos primitivos que pudessem introduzir algumas questões binominais espacialmente incontornáveis (interior e exterior; público e privado; ...), reduzindo-os à expressão mínima possível. Era importante compreender que a forma urbana não é composta pela forma interior, mas sim pelas relações que os limites externos estabelecem entre si.

A actividade proposta materializava os planos pelas suas arestas, representando volumes e conformando espaços, continuamente renovados e modificados pela alteração das proporções e relações dos diferentes limites. Cada nova divisão do campo da actividade teria um significado atribuído pela criança, criando situações categorizadas que incluíam, imperceptível mas necessariamente, ideias básicas da organização do espaço: interior-exterior; público-privado; noção de escalas. Com a associação de vários “volumes” começariam a surgir conceitos de estrutura urbana, primários mas essenciais – frente-traseiras; rua e praça; vizinhança – potenciadas também pela introdução da possibilidade de desenhar aberturas hierarquizadas (porta-janela). Assistir-se-ia, assim, à organização de um campo tridimensional livre, interior ou exterior, em constante mutação.

A actividade assumiria um carácter aberto, não havendo um final

expectável nem tampouco regras definidas. Seria facilmente reprodutível e potenciada pela realização em grupo, uma vez que inevitavelmente surgiriam conflitos ‘urbanos’ cuja resolução exigiria uma mediação política primária, introdutória de noções básicas de cidadania. Este era, de resto, o objectivo último do jogo proposto.

2. SANTIAGO

2014

A questão de aproveitar, ou não, a possibilidade de estudar fora, ao abrigo de um programa de mobilidade estudantil, foi de fácil resolução. De facto, já antes do início do Ensino Superior existia a vontade de o fazer. Contudo, foi só no final do quarto ano do MIArq, quando confrontado com a necessidade de escolher a cidade na qual queria viver e estudar, que me decidi pela América Latina e, posteriormente, por Santiago do Chile. A esta decisão não foi alheio, claro, o apelo da descoberta de uma nova cultura, mas, em última análise, foi a memória da resposta à pergunta de TGOE (“porque decidiram estudar arquitectura?”), associada às experiências já descritas, que motivou a decisão.

Na Facultad de Arquitectura y Urbanismo frequentei duas unidades curriculares que foram determinantes para a escolha do tema desta dissertação: *Procesos Participativos en la multiescalaridad: vivienda, barrio y ciudad* e *Urbanización Extendida: teoría marxista contemporánea y metodologías de análisis*.

Procesos participativos visava o desenvolvimento de metodologias críticas de incorporação de uma efectiva participação cidadã (considerada uma condição básica do exercício democrático e da inclusão social urbana) no desenvolvimento urbano a diversas escalas territoriais. Tendo como premissa que os processos participativos de desenho urbano fortalecem a identidade tanto dos espaços como das pessoas que os ocupam, a disciplina propunha aos estudantes o desenvolvimento de projectos hierarquizados horizontalmente entre academia, população e instituições, estabelecendo relações entre os

80 — O primeiro anel de comunas à volta da comuna de Santiago.

81 — Um projecto de reconversão urbana é “mega” sempre que, pelas suas dimensões (físicas ou financeiras) seja capaz de tornar-se um motor de transformação e desenvolvimento urbano, tanto dentro dos seus limites como na sua envolvente, pelas externalidades directas ou indirectas que produza. Um mega-projecto dá origem a transformações na cidade tanto pela sua construção (físicas) como pelo seu funcionamento (financeiras). Obviamente, as necessidades e exigências de um mega-projecto são muito diferentes das de uma zona residencial em quase todos os aspectos das políticas urbanas (usos, circulações, transportes e acessos, oferta de serviços, ...). Estas diferenças traduzem-se em diferentes valores do solo urbano que podem motivar alterações nas políticas urbanas.

diversos intervenientes na urbanização do território. O principal objectivo era a consciencialização para a responsabilidade partilhada no desenho e construção da cidade, contribuindo simultaneamente para a reflexão, investigação e prática de uma cultura participativa que capacitasse a cidadania (tanto do indivíduo como do colectivo), informando-a quanto aos seus direitos a pensar e decidir sobre a cidade.

Já *Urbanización Extendida* propunha o desenvolvimento de um estudo de análise urbana e arquitectónica a partir de uma estrutura de pensamento marxista assente na luta de classes pelo espaço urbano como meio de reprodução social. O eixo principal da investigação era a gentrificação, construindo-se este conceito a partir de vários autores (de Engels até Harvey e Smith, passando necessariamente por Lefebvre) e abordando as dimensões política, económica, social e ambiental do direito à cidade.

Consideravam-se, ainda, três momentos de gentrificação. O primeiro – ‘potencial’ – implicava o reconhecimento de sintomas anteriormente identificados em bairros já gentrificados: recuperação urbana de iniciativa privada (iniciada ou anunciada); aumento significativo dos pedidos e autorizações de obra nos últimos anos; aumento do volume de vendas imobiliárias e do valor do solo (e consequente expulsão das populações mais desprotegidas). O segundo – ‘estabelecido’ – referia-se a bairros já em processo de gentrificação: alteração do perfil demográfico; obras em curso; protestos dos habitantes. Por fim, o terceiro – ‘consolidado’ – representava processos materializados e irreversíveis: desaparecimento da anterior população residente; fluxo constante de turismo; conversão programática dos edifícios e alteração dos usos do espaço público.

A investigação (conduzida em conjunto com Leonardo Gaete) centrou-se na análise das relações económico-espaciais (e as suas consequências políticas) entre o sector norte da comuna de Recoleta e a Cidade Empresarial de Huechuraba, na zona pericentral⁸⁰ norte de Santiago do Chile. Pretendia-se avaliar o impacto da construção de um mega-projecto⁸¹ de reconversão urbana não-residencial nas proximidades de uma zona residencial espacial e economicamente deprimida.

Concluiu-se que a proximidade de Huechuraba motivou uma alteração profunda dos instrumentos de planeamento urbano do sector norte de Recoleta, com vista à alteração da sua morfologia de ocupação de solo – passando do actual tecido habitacional, composto por pequenas parcelas com casas unifamiliares, a um Parque Tecnológico, para albergar indústrias de apoio ao funcionamento da cidade empresarial.

A alteração da estrutura de solo aumentou o seu potencial de rendimento, elevando o seu valor de uso. Em consequência, uma família recoletana média já não podia adquirir um terreno para construção, ou uma casa, sem contrair múltiplos empréstimos. Cruzando as suas caducidades com a esperança média de vida da comuna, percebeu-se que estes empréstimos se tornariam vitalícios, verdadeiras rendas sobre a propriedade. A principal conclusão que se pôde extrair destes resultados é que o sector estudado vai, seguramente, sofrer um processo de despovoamento por via da industrialização promovida pelos novos instrumentos comunais de planeamento urbano, despovoamento esse que é incentivado pelo próprio governo comunal e que ocorre por um processo de ‘expulsão passiva’.

3. SANTIAGO – PORTO 2015 – 2016

Entre Fevereiro e Julho de 2015 e Janeiro e Junho de 2016 estagiei, respectivamente, nos gabinetes de Juan Agustín Soza (em Santiago, Chile) e de Ren Ito e Alessandro Pepe (no Porto). Estas experiências profissionais, embora fundamentais na consolidação do aprendizado académico, foram sobretudo elucidativas relativamente ao meu posicionamento (actual) dentro da prática profissional da arquitectura.

Nestes escritórios tive a oportunidade de lidar com a realidade da profissão e dos vários momentos que conformam a actividade do arquitecto enquanto profissional liberal: desde o primeiro contacto do cliente até à construção da obra, incluindo o desenvolvimento do projecto em todas as

82 — Pinto, Mariana Correia. “Aitor quer ser o “arquitecto de família” da população do Bonfim.” *P3*. 29 de Março de 2016. Disponível em <http://p3.publico.pt/cultura/Arquitectura/20025/aitor-quer-ser-o-arquitecto-de-familia-da-populacao-do-bonfim> [acedido a 20 de Maio de 2016, 21h00m]

83 — “Quem somos?” *Habitar Porto*. 27 de Março de 2017. Disponível em <https://habitarporto.org/about/> [acedido a 12 de Abril de 2017, 15h55m]

suas fases (estudo prévio, arquitectura, execução). Senti, contudo, que a espera angustiante pela encomenda não é uma fatalidade e que há trabalho a ser feito fora destes moldes. Assim, quando soube da existência do Programa Habitar (através de uma reportagem publicada no P3 ⁸²) decidi tentar juntar-me à equipa – o que aconteceria no princípio de Junho de 2016.

4. PORTO 2016 – 2017

Desde Junho de 2016 integro a equipa do Programa Habitar – que surgiu inicialmente no Bonfim, tendo-se expandido já para a freguesia de Campanhã. O Programa Habitar é o resultado de um protocolo celebrado entre as duas Juntas de Freguesia e uma associação sem fins lucrativos, com o apoio da Câmara Municipal do Porto através do Pelouro da Habitação e Acção Social e do Pelouro do Urbanismo. É coordenado por Aitor Varea Oro (arquitecto) e por Liliana Lopes (educadora social), sendo a equipa de trabalho composta por membros (profissionais e estudantes) destas duas áreas de trabalho, apoiada por profissionais de outras áreas complementares.

Esta estrutura mista permite explorar dois objectivos integrados. ⁸³ O primeiro, ‘Viver na Cidade’, procura prestar apoio técnico, jurídico e burocrático, tanto a proprietários como a inquilinos (mas também a profissionais interessados), de modo a facilitar os processos de reabilitação do edificado, visando a introdução de habitação a preço justo no mercado de arrendamento urbano, bem como a criação de emprego à escala local. O segundo, ‘Viver a Cidade’, promove a mobilização de recursos (públicos, privados, locais, municipais, estatais...) de modo a criar uma cidade mais dinâmica e inclusiva, tomando partido da arquitectura enquanto prática espacial para pensar além do objecto arquitectónico.

Muito embora o Programa Habitar seja o fruto de uma preparação teórica decorrente da tese de doutoramento de Aitor Varea Oro, a verdade é que a sua aplicação prática é mais recente, tendo eu integrado a equipa numa

fase muito inicial. À data da minha entrada o Programa Habitar consistia num balcão de atendimento por marcação, disponível na Junta de Freguesia do Bonfim. Estes atendimentos traduziam-se em pontos de discussão nas reuniões de grupo, nas quais se analisava cada caso individualmente, de modo a encontrar a melhor solução possível (o que implicava, por vezes, relacionar vários casos até então separados).

Notou-se, contudo, que a população verdadeiramente mal alojada não procurava o balcão de atendimento, o que motivou um estreitamento das relações institucionais com o Gabinete de Acção Social (GAS) da J. F. do Bonfim. Esta aproximação resultou na possibilidade de telefonar aos utentes do GAS para marcação de visitas da equipa do Programa Habitar, organizada em ‘brigadas mistas’ (isto é, grupos de trabalho, de inspiração SAAL, compostos por arquitectos e educadores sociais) às habitações sinalizadas, durante as quais se conduzia um levantamento prévio, físico e social, que permitisse a discussão do caso em reunião de grupo.

Durante os primeiros meses houve visitas diárias, muitas vezes várias no mesmo dia. Esta primeira abordagem, intensíssima, ao território, permitiu testar algumas premissas do Programa, corrigir alguns pontos mais frágeis e ainda consolidar estratégias de intervenção. A partir deste ensaio inicial foi possível, também, fortalecer o discurso do Programa, afirmando-o politicamente, bem como vincar a sua presença nos meios institucionais, o que possibilitou a criação do protocolo actualmente em vigor.

Actualmente, o Programa Habitar tem vários processos em curso, de âmbito diverso. Há quatro casos que estão a ser trabalhados a partir do programa Reabilitar para Arrendar (RpA), que surgiram de maneiras diferentes e com necessidades muito díspares.

O caso A ⁸⁴ consiste na recuperação de uma casa unifamiliar que, apesar de negligenciada, é fortemente acarinhada pelos proprietários por ser, segundo os próprios, ‘a casa onde tudo aconteceu’. O facto de se tratar de uma só moradia e de o processo ter arrancado por iniciativa dos proprietários (que têm alguma solvência económica) facilitou o trabalho. Neste momento está concluído o projecto de execução e está-se à espera da aprovação da

candidatura ao IHRU para iniciar as obras. Prevê-se que a casa seja ocupada por inquilino sugerido pelo GAS da J. F. Bonfim durante os anos de pagamento do empréstimo.

O caso B também partiu da vontade da proprietária. Trata-se de uma ilha, actualmente com doze casas, das quais uma está ocupada. A restrição orçamental exigiu uma forte contenção de custos e uma ocupação plena desde o dia zero de pagamento do empréstimo. Para a garantir, o estudo prévio tipológico foi elaborado em conjunto com a proprietária e o GAS da J. F. Bonfim, que nos indicou o valor médio de renda que os seus utentes podem pagar bem como as carências tipológicas da freguesia. Esses dados condicionaram as áreas de cada casa, bem como a estratégia de intervenção (que prevê uma redução para oito casas).

De modo a assegurar valores de renda aproximados ao indicado optou-se por uma estratégia evolutiva: as casas T2, no momento do arrendamento, terão concluída a estrutura de um mezanine, bem como as escadas de acesso, sendo o chão colocado após a celebração do contracto. Assim, o valor de renda resultante das condições do programa RpA mantém-se abaixo do valor médio indicado pelo GAS, uma vez que é calculado aplicando um valor/m² de área útil. Actualmente está a ser elaborado o projecto de execução para orçamentação da empreitada.

O caso C trata-se de uma ilha tipologicamente incomum (mais próximo das vilas operárias lisboetas), com dezassete casas de ilha e quatro casas de rua, das quais sete estão habitadas e duas arrendadas mas desabitadas. O processo iniciou-se a partir de um atendimento a uma inquilina, queixando-se das condições do seu quarto de banho.

Com a visita prévia percebeu-se que o problema era bem mais extenso e que havia potencial para uma recuperação integral ao abrigo do RpA. Contactaram-se os proprietários (vários herdeiros), tendo o Programa Habitar sido contratado para efectuar um levantamento físico e social a partir do qual se elaborará o projecto de arquitectura. Pretende-se que o elevado número de ocupantes seja um factor positivo, estimulando sessões de desenho individuais (para cada casa ocupada) e colectivas (para os espaços comuns).

85 — “Reabilitar para Habitar: Espaços habitáveis no Porto.” *XXVII Edição Concurso de Soluções Construtivas Pladur*. Pladur. Disponível em <https://www.pladur.com/pt-pt/arquitectos/concursos-premios/Paginas/xxvii-concurso-iberico-soluciones-constructivas-pladur.aspx> [acedido a 13 de Julho de 2017, 19h30m]

Por fim, o caso D, o mais recente de todos e iniciado pela proprietária, consiste na recuperação de uma ilha já estudada no âmbito do SAAL. O levantamento físico e social está a ser efectuado. O objectivo é descentralizar a actividade do Programa Habitar, pelo que a experiência do XXVII concurso da Pladur ⁸⁵ (no qual o Programa Habitar teve um papel determinante na construção das bases) será aproveitada para promover um concurso de concepção para a reabilitação da ilha.

Há ainda um quinto caso que, por se tratar de habitação própria, não pode estar ao abrigo do RpA. Trata-se de uma casa de família, até recentemente arrendada mas que entretanto ficou vazia. Ao mesmo tempo, a família proprietária foi despejada da casa onde residia por insolvência do proprietário e consequente toma bancária. Não tendo fundos para recuperar a casa que lhe pertence, recorreu ao Programa Habitar. A solução encontrada passa por uma parceria com o CICCOPN – Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte e com os Gabinetes de Inserção Profissional das Juntas de Freguesia do Bonfim e de Campanhã para a promoção de um curso de formação em reabilitação de edifícios.

Alcança-se, assim, outro dos objectivos do Programa Habitar: formação da população e criação de emprego local, em conjunto com construção de qualidade. À primeira intervenção, que permitirá que a família ocupe o andar superior da casa, seguir-se-á uma segunda, de transformação do rés-do-chão (actualmente uma garagem) num segundo apartamento para arrendamento, criando uma fonte de rendimento para os proprietários.

Simultaneamente, há dois processos cooperativos em andamento. Um, de *co-working*, terá lugar num armazém em Campanhã e chegou ao Programa Habitar por via do proprietário. Após um período de procura de participantes interessados em integrar o projecto, está-se agora a desenvolver um projecto participado de reconstrução e reformulação do espaço. O outro, de *co-housing*, envolve vários participantes, no geral casais jovens, que, querendo viver numa casa típica portuense no Bonfim, não têm capacidade económica para a comprar e reabilitar. Estão a ser conduzidas reuniões de grupo para definição de prioridades (por zona, tipologia, programa, ...) e criação de afinidades

para que surjam soluções de compra e obra conjunta de uma série de casas assinaladas pelos participantes.

Por fim, e devido ao vínculo com as estruturas do poder local, nomeadamente com a Câmara Municipal do Porto, o Programa Habitar está a conduzir um levantamento físico e social nas ilhas (65, no total) da Área de Reabilitação Urbana de Campanhã-Estação.

São múltiplos os pontos de interesse que o Programa Habitar apresenta, e cada pessoa que o contacte – seja em busca de soluções para a habitação, seja para disponibilizar força de trabalho – saberá encontrar vários deles. Há, no entanto, três que, de um ponto de vista formativo pessoal, me são particularmente caros.

Um deles é, sem dúvida, a interdisciplinaridade na qual radica todo o processo. A participação de pessoas com formações e experiências pessoais diversas fomenta uma partilha constante de conhecimentos que informa todo o trabalho desenvolvido pela equipa. O que resulta do cruzamento entre a arquitectura e a educação social é a confirmação da proposição de Lefebvre: *o espaço (social) é um produto (social)*.⁸⁶

Outro ponto prende-se com a constatação, no terreno, de que a arquitectura não é apenas a concepção de edifícios a construir (uma visão que, apesar de redutora, está muito enraizada na tradição formativa académica), mas que é, sobretudo, uma forma de inteligência espacial, que se pode traduzir, entre outros modos, na reorganização do existente dentro de um campo multidimensional (no caso do Programa Habitar, o espaço – físico, social, económico, político, cidadão – das freguesias do Bonfim e Campanhã). Por outras palavras, a arquitectura pode (e deve) ser motor daquilo a que Jeremy Till chama ‘agência espacial’, activando e movendo recursos que, apesar de impotentes quando dispersos, podem ser fortemente transformadores quando postos em rede.

O Programa Habitar procura, em específico, fomentar a transformação social através da habitação, o que se pode constatar muito claramente em dois dos casos descritos. No caso B aproveita-se a tradição de intervenção continuada nas casas por parte dos inquilinos, mas prevendo as transformações

desde o projecto de arquitectura; no caso D procura-se, através do concurso, criar uma nova perspectiva profissional e disciplinar que permita reconhecer a justiça social como um critério válido de avaliação da qualidade arquitectónica.

Finalmente, interessa-me também o carácter tendencialmente permanente das soluções encontradas e das intervenções propostas pelo Programa. Muitas das experiências com as quais contactei até à data são efémeras, episódios de ‘activação urbana’, momentaneamente estimulantes mas inconsequentes a longo prazo. A grande mais-valia do Programa Habitar, relativamente a outras práticas semelhantes, é a sua preocupação com a sustentabilidade dos objectivos e durabilidade dos resultados. O processo é, aqui, isso mesmo: um processo, um meio para atingir algo (que pode ser material ou imaterial), e nunca um fim em si mesmo.

Motivações

ARQUITECTURA ΘΥ E REVOLUÇÃO

Análise

CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DE ACÇÃO

(de como se configuram eventos, agentes e objectos, enquadrando-os num todo maior, no qual cada um assume uma posição na rede de relações que dá resposta às perguntas do primeiro momento. Este ‘enredamento’ cria uma unidade tensa, que torna necessárias as ligações entre os vários elementos, fazendo deste um modelo ideal para a identificação pessoal e a auto-compreensão.)

Identifico este segundo momento como **Análise**.

Aqui entram em jogo os autores-pilar da investigação, através da leitura e análise de obras (textos, artigos, capítulos, livros) que nos pareceram essenciais para a construção das respostas às urgência sentidas no primeiro momento. Estão indicados segundo o título da edição utilizada. A ordem que aqui se apresenta, à falta de outra melhor, é alfabética por apelido do autor. As leituras são cruzadas, pelo que a organização presente não constitui uma obrigatoriedade sequencial.

ZYGMUNT BAUMAN

A Liberdade

1 — Bauman, Zygmunt. *A Liberdade*. 1988. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. P. 9

2 — *Ibid.* P. 10

3 — *Ibid.* P. 10

4 — *Ibid.* P. 12

1. A LIBERDADE ENQUANTO RELAÇÃO SOCIAL

Bauman começa por comentar a expressão: *Podemos dizer o que quisermos. Estamos num país livre.* ¹ Substituindo ‘dizer’ por ‘fazer’ a afirmação perde a sua validade. O que constitui crime não é a formulação da hipótese mas a actuação sobre essa hipótese. Como diz Bauman *a verdade ou a sensatez das nossas afirmações não são condições para as fazermos; uma acção não tem de ser razoável para ser permitida.* ²

A palavra ‘razoável’ abre o campo da incerteza: razoável sob que parâmetros? Para quem? Na verdade, *tudo o que fizermos é da nossa própria responsabilidade* e somos, portanto, *livres para errar.* ³ Fica em jogo a responsabilidade profissional (que é, no âmbito desta dissertação, o que nos importa), que não pode, evidentemente, ser dissociada de um certo código deontológico e ético – logo muito pessoal, na medida em que a actuação individual está ligada a um código de valores que é uma construção particular de cada um. Ainda assim, este código de valores assenta numa base cultural partilhada por um grupo de pessoas (no nosso caso, uma *sociedade ocidental, moderna, capitalista* ⁴), que naturaliza alguns comportamentos. Esta base cultural conforma uma ‘pressão externa’ que se configura em *conceitos como classe, poder,*

5 — *Ibid.* P. 15

6 — *Ibid.* P. 18

domínio, autoridade, socialização, ideologia, cultura e educação. ⁵ A liberdade é, portanto, uma construção social que *existe apenas como relação social* ⁶, materializada nas proibições impostas pelo espaço. Por outro lado, a acção livre é condicionada, sobretudo, pelos recursos disponíveis. A liberdade do mundo ocidental e capitalista constitui-se como liberdade do consumidor.

Enquanto relação social, a liberdade pressupõe um diálogo activo. Há um verso e um reverso: a acção livre de alguém condiciona sempre a de outrem. Actualmente há uma certa correlação entre ‘liberdade’ e ‘segurança’, que pressupõe formas de controlo social para manutenção da ordem. A vontade de ordenar (*will to order*), segundo Jeremy Till, impede o arquitecto de exercer a sua cidadania, sobrepondo o especialista ao cidadão.

Bauman indica-nos que há duas maneiras de exercer este controlo social: a prevenção (impedindo acções indesejadas) e o incentivo (encorajando acções desejadas). Ambas estão muito presentes no desenvolvimento de projectos de arquitectura, uma vez que o desenho do espaço (segundo nos é ensinado) condiciona o comportamento. Um dos propósitos desta dissertação é a inversão dos termos, evidenciando que é o comportamento que condiciona o desenho do espaço.

2. A LIBERDADE ENQUANTO PODER

Bauman analisa e interpreta o Panopticon (concebido por Jeremy Bentham em 1785) à luz da sociedade ocidental contemporânea. O poder do Panopticon assenta na ‘assimetria do conhecimento’: cada nível de vigilância sabe mais do que aquele que o precede, até alcançarmos o topo da hierarquia do poder, simultaneamente omnisciente e invisível. O jogo entre visibilidade e invisibilidade traduz-se numa relação de previsibilidade-imprevisibilidade e, portanto, de certeza-incerteza. A invisibilidade do poder permite que os seus detentores escapem às normas reguladoras do comportamento (tornando-o imprevisível), conferindo-lhes o controlo sobre as fontes da incerteza.

Bentham sugeria uma tipologia mas não um modelo: essa transposição

7 — *Ibid.* P. 43

8 — *Ibid.* P. 33

9 — *Ibid.* P. 42

10 — *Ibid.* P. 48

11 — *Ibid.* P. 60

caberia aos projectistas. O papel dos arquitectos do Panopticon é *tornar a conduta de uma parte transparente para a outra e a conduta da outra parte tão opaca à primeira quanto possível, assegurando a relação entre poder e subordinação*.⁷ Segundo Bauman, após a conclusão do projecto, *os projectistas passam as responsabilidades para o adjudicador. Os projectistas têm pressa em se retirar da cena completamente e evitam todas as tentações para se intrometerem mais no trabalho diário que criaram*.⁸ Surge, então, um interessante paralelo com o trabalho dos arquitectos tal como o critica Jeremy Till: desliga-se o acto de desenhar-construir das suas implicações sociopolíticas.

O nível de integração das actividades de cada grupo (estrato social) presente no Panopticon pode ser equiparado à mão-de-obra das fábricas. Na fábrica fordista, cada operário repete a mesma operação incessantemente, sem nunca ter uma visão global do produto final das acções conjuntas de todos os operários, que está reservada ao supervisor. David Harvey completa a analogia ao fazer equivaler, no período pós-industrial (actual) do capitalismo, a cidade à fábrica e, por extensão, os produtores urbanos ao proletariado.

Estabelecendo um paralelismo entre a sociedade em geral e o Panopticon, Bauman conclui que *a liberdade aparece como capacidade de dirigir; como uma solicitação de poder*⁹ e como *um factor no mecanismo de produção e reprodução da ordem social* – ou seja, *a liberdade é privilégio e é poder*.¹⁰

3. A LIBERDADE, HOJE

Para Bauman, duas das características essenciais da liberdade moderna são *a sua relação íntima com o individualismo e a sua ligação genética e cultural com a economia de mercado e o capitalismo*.¹¹

O individualismo moderno assenta na visão da sociedade formulada por Hobbes, composta por indivíduos pré-sociais trabalhando em conjunto. Este modelo está em clara oposição ao aristotélico, que vê o Homem como um animal político e a *polis* como a base da existência humana. É a negação desta visão do Homem como um ser intrinsecamente comunal que está na base da

12 — *Ibid.* P. 63

13 — *Ibid.* Pp. 71-72

14 — *Ibid.* Cf. Gasset, José Ortega y. “La barbarie del “especialismo”.” 1930. *Los grandes ensayos de la ciencia*. Coord. Martin Gardner. México: Nueva Imagen, 1999. Pp. 91-96. Disponível em <http://users.df.uba.ar/solari/Docencia/Complejos/ortega.pdf> [accedido a 20 de Abril de 2016, 15h10m]

15 — Zygmunt Bauman, *op. Cit.* P. 73

16 — *Ibid.* P. 79

concepção moderna e dual do individualismo: *por um lado, ela é pertença natural e inalienável de todos os seres humanos; mas por outro é algo a ser criado, treinado, legislado, imposto pelas autoridades agindo em nome do “bem comum” da sociedade como um todo.*¹²

Um dos aspectos mais interessantes do capitalismo, a respeito da liberdade (entendida enquanto poder), é a quebra que promove na ligação entre riqueza e património. Sob o modo de produção capitalista, os bens móveis – produtos – ganham o estatuto de prestígio antes reservado aos bens imóveis. Outro aspecto importante da sociedade moderna é a sua cientificidade, a necessidade de actuar com base em ‘verdades’, tornando-nos dependentes de peritos e reservando *o direito exclusivo de falar com a autoridade do conhecimento científico e objectivo*¹³ aos especialistas, uma posição que é fortemente contestada e criticada por Lefebvre e Illich (e para cujos perigos Ortega y Gasset nos alerta¹⁴).

Tanto o capitalismo quanto a liberdade moderna têm por base *a escolha e o cálculo meios-fins visando a satisfação das necessidades humanas.*¹⁵ São aplicadas às pessoas e às coisas os mesmos parâmetros de análise, o que resulta não numa humanização das coisas mas numa reificação das pessoas. A liberdade não é igual para todos – ou, parafraseando Orwell, é mais igual para uns do que para outros – e rege-se por códigos de conduta (leis) complementados pela burocracia. Infalivelmente, quem permanece menos-livre ou não-livre são as populações mais pobres e afastadas das esferas do poder; ou seja, há uma razão de proporção inversa entre a liberdade e a proximidade à fonte de incerteza/poder.

Existe, então, uma forte semelhança entre o Panopticon de Bentham e a sociedade ‘ocidental, moderna, capitalista’, uma vez que a liberdade *é alargada para a tarefa de planejar e impor coacções que se espera venham a produzir uma conduta desejável a todos os níveis do sistema.*¹⁶ É nossa crença que a tarefa planificadora deve, ao nível local, ser entregue às comunidades às quais diga respeito, devidamente auxiliadas por técnicos social e politicamente comprometidos capazes de utilizar o seu conhecimento específico como ferramentas conviviais, tal como as entende Illich, mas sem cair num instrumentalismo vazio de responsabilidade profissional.

17 — *Ibid.* P. 81

18 — *Ibid.* P. 81

19 — *Ibid.* P. 82. A Alegoria da Caverna, de Platão, permite uma leitura complementar, ao propor a imagem do homem agrilhado que toma uma projecção da realidade pela totalidade da existência. A oferta de uma só interpretação sobrepõe o verdadeiro à verdade, construindo uma realidade controlada e inequívoca e, assim mesmo, impedindo a tomada de consciência de classe.

20 — *Ibid.* P. 82

21 — *Ibid.* P. 83

22 — *Ibid.* P. 84

23 — *Ibid.* P. 84

24 — *Ibid.* P. 86

4. O CONSUMO COMO LIBERDADE

Para Bauman *o desejo da liberdade nasce da experiência da opressão*¹⁷, que pode surgir de duas fontes: os grupos pequenos, *sobrecarregados de expectativas que, ao serem frustradas, levam à mútua recriminação*¹⁸; e *uma fonte obscura e imprecisa, difícil de localizar e de nomear (recaindo sempre a culpa no “eles” anónimo*¹⁹). É esta opressão que permite o funcionamento do Panopticon, na medida em que *existe uma grande distância social entre a ordem e o seu cumprimento, entre o projecto e a execução, uma distância preenchida por muitas pessoas, cada uma delas apenas tendo um vago conhecimento da intenção original e do objectivo final da actividade para a qual contribuem.*²⁰

Surtem, de novo, equivalências entre o modelo da fábrica fordista (que, segundo Harvey, a cidade veio substituir) e os mecanismos da burocracia. Numa imagem gramsciana, podemos dizer que cada um dos níveis de informação é uma casamata que protege a fortaleza do poder, a fonte da opressão e da incerteza. Por ser obscura e incerta, e portanto impossível de pessoalizar, *temos tendência para falar de opressão social; uma opressão que deriva da própria existência da sociedade.*²¹

Assim sendo, a *“liberdade completa” só pode ser imaginada como plena solidão*²², como afastamento total da sociedade, o que (mesmo tomando a visão hobbesiana da natureza humana pré-social) é manifestamente perigoso pois levaria, segundo Bauman, às *calamidades gémeas da falta de protecção e de incerteza crescente, cada uma delas suficiente para transformar em perda todos os ganhos imagináveis da liberdade.*²³ Só a privacidade, enquanto *suspensão temporária das relações sociais*²⁴, constitui um momento de liberdade total, suportável devido à sua efemeridade e especificidade de local, momento e actividade. A liberdade joga-se entre estes dois pólos: o ‘horror à opressão’ e o ‘medo da solidão’, e é no equilíbrio entre os dois que se instala a aceitação do poder: ainda que seja repressivo, garante a regularidade (o mesmo é dizer: previsibilidade; ou ainda: certeza) das relações sociais através de normas impostas e aceites pela generalidade das pessoas.

O sucesso do capitalismo radica na sua capacidade de correlacionar a liberdade com os recursos que cada um tem ao seus dispor: se a liberdade

- 25 — *Ibid.* P. 99
- 26 — *Ibid.* P. 93
- 27 — *Ibid.* P. 106
- 28 — *Ibid.* P. 109
- 29 — *Ibid.* P. 136
- 30 — *Ibid.* P. 136
- 31 — *Ibid.* P. 137
- 32 — *Ibid.* P. 137
- 33 — *Ibid.* P. 113

existe em relação ao poder, se o poder é a potência de agir e, tal como é dito no início, a acção está dependente dos recursos disponíveis então, em última instância, a liberdade depende da disponibilidade de recursos.

A mutação mais interessante do capitalismo é *a substituição da competição pela riqueza e poder pela concorrência simbólica*.²⁵ A auto-afirmação individual já não se dá na *área da produção material*, mas no *mundo do consumo em rápida expansão, aparentemente ilimitado*.²⁶ Isto significa que a liberdade individual se traduz na capacidade de consumir, garantindo a reprodução do sistema capitalista. A agência do ‘ser’ é substituída pela potência do ‘ter’, transformando o mercado de consumo num *lugar onde a liberdade e a certeza são oferecidas e obtidas ao mesmo tempo*, resolvendo a *mais perniciosa das contradições da liberdade*.²⁷ Ora, se a liberdade se baseia na posse de recursos (para consumir), levanta-se o problema das pessoas cujos recursos (monetários) não são suficientes e que, portanto, escapam ao controlo social imposto pelo mercado de consumo.

Para resolver esta questão, a sociedade capitalista criou uma nova *versão da técnica do “Panopticon”*, mascarada com o benevolente nome de ‘bem-estar social’, que mais não é do que *um método para controlar todos aqueles em quem não se podia confiar para orientarem as suas acções*. *Estas pessoas têm de ser privadas da liberdade de escolher e colocadas em situações onde o seu comportamento possa ser completamente determinado e constantemente vigiado*.²⁸

Cria-se, assim, uma categoria de ‘cidadão falhado’, um ‘parasita’ a quem não pode ser confiada a tarefa de escolher (consumir) e que, portanto, não é digno de ser livre. A pobreza na sociedade de consumo é uma *incapacidade social e política, causada primeiramente pela inaptidão para desempenhar o papel de consumidor, e depois confirmada como condição de heteronomia e não-liberdade*.²⁹ Pode ser medida ‘objectivamente’ pelos rendimentos e volume de propriedades, mas *é, na sua essência, uma condição social determinada pelo grau de “eficiência social”*.³⁰

Ser pobre (ter poucos recursos) traduz-se numa *ineficiência social que é uma questão de estigma*.³¹ Contudo, *sermos estigmatizados torna-nos ainda menos eficientes*³², gerando um círculo vicioso que perpetua os ciclos de pobreza. Daqui se conclui que *a liberdade de consumo é um meio altamente eficaz de controlo social*.³³

34 — *Ibid.* Pp. 119-120

35 — *Ibid.* P. 115

36 — *Ibid.* P. 117

37 — *Ibid.* P. 119

38 — *Ibid.* P. 117

39 — *Ibid.* Pp. 128-129

5. A DESPOLITIZAÇÃO PELO CONSUMO

Na primeira fase da história do capitalismo, o trabalho ocupava uma *posição essencial simultaneamente nos planos individual, social e sistemático*.³⁴ No plano individual porque *era a norma moral principal que guiava a conduta individual*³⁵; no plano social uma vez que *era o local de trabalho que proporcionava o cenário fundamental para o treino e a “socialização” do indivíduo como pessoa social*³⁶; e no plano sistemático dado que a natureza do sistema produtivo dependia *do facto de o capital ocupar o resto da população no papel de produtores*.³⁷

O principal ponto de contestação era a opressão exercida pelos capitalistas sobre o proletariado, que queria *conservar ou restaurar o direito à autodeterminação*, mas rapidamente o foco se desviou para o problema *da distribuição da mais-valia*. Assim, *o que foi inicialmente um conflito de poder tornou-se progressivamente “economizado”*.³⁸

Com a fase consumista do desenvolvimento do capitalismo – na qual, como já vimos, o consumo substitui o trabalho (a produção) – o aumento salarial obtido através da redistribuição das mais-valias produzidas é reabsorvido pelo mercado de consumo, gerando um ciclo de exploração. Na fase de consumo, o trabalho é um instrumento que permite aceder ao prazer de consumir.

O capitalismo estimula o prazer, dominando-o e transformando, segundo Lefebvre, o consumo não-produtivo em produtivo. Elimina-se, assim, uma potencial fonte de perturbação da ordem social pela celebração do hedonismo, simbolizado em expressões como ‘qualidade de vida’ ou ‘luxo’. A felicidade que está associada à qualidade de vida passa, através da sua mercantilização, de um direito a um dever, uma vez que o indivíduo deve consumir para exercer plenamente a sua liberdade. Aliás, *a orientação do consumidor serve, ao nível social, como principal factor de integração social*.³⁹

Estando resolvidos os planos individual (a vontade de consumir) e social (a necessidade de consumir), resta o plano sistemático que, por ser mais abstracto, é menos comunicável através dos *media*. Esta incomunicabilidade – ou antes, a impossibilidade de redução da mensagem a expressões mais

40 — *Ibid.* P. 130

41 — *Ibid.* P. 131

42 — *Ibid.* P. 152

43 — *Ibid.* P. 132

44 — *Ibid.* P. 132

45 — Consagrado, em Portugal, no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa como o direito “a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, tendo só recentemente sido criado um grupo de trabalho para a elaboração de uma lei geral.

Cf. Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional [2005], disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf> [acedido a 26 de Junho de 2016, 18h00m]

46 — *Ibid.* P. 134

imediatas ou a imagens – leva à despolitização da sociedade, pelo que *a política goza de considerável imunidade em relação ao controlo público. Como os inspectores de Bentham, “vê sem ser vista”*.⁴⁰

Por outro lado, a intervenção política no quotidiano deixou de fazer sentido, porque a relação consumidor-mercado substituiu a relação operário-patrão. Interagir com o mercado de consumo é entendido como uma ‘escolha’ (embora já tenhamos visto que não), pelo que a política é vista como uma intromissão abusiva na esfera pessoal de cada um. Assim, *o desaparecimento da política do horizonte da vida diária não é forjado nem lamentado*.⁴¹

Talvez mudando a representação social do plano pessoal do sistema produtivo – recentrando-o novamente na produção e não no consumo – se consiga alterar a percepção do plano sistémico. Isto obriga a uma repolitização do indivíduo, desde a escala mais íntima até à mais pública, numa lógica ascendente. Para isso, há que reconstruir a confiança nas instituições políticas. Abre-se, então, *uma terceira alternativa até agora desprezada: a da autonomia individual conseguida por meio da cooperação comunal e baseada no auto-governo comunal*.⁴²

Contudo, tal como é preciso alterar a visão sobre as instituições políticas, também é preciso alterar a visão *das* instituições políticas. Estas alimentam a despolitização da sociedade, porque isso se traduz na *ausência de dissidentes*⁴³ e, portanto, no consentimento tácito relativamente às suas acções.

Se o mercado de consumo oferece tudo ‘mais e melhor’, e se os cidadãos não só estão disponíveis para, como exigem participar no jogo de mercado, então os governos promovem esta lógica, já que isso permite que se desliguem do fornecimento de serviços de qualidade. *O mercado de consumo como um todo pode ser visto como uma saída institucionalizada da política*⁴⁴, ainda que à custa do desrespeito pelos direitos constitucionais básicos, como a saúde, a educação, a justiça e a habitação.⁴⁵

*Com a saída maciça dos mais favorecidos torna-se possível ignorar a “voz” dos menos favorecidos*⁴⁶ que, por não serem considerados representativos da normalidade, perdem força democrática: são vistos como desordeiros e *o seu protesto é classificado como uma questão de lei e de ordem, e como tal reprimido*. O paradoxo da política na era do consumo é o facto de aqueles que podem ter impacto nas decisões

47 — *Ibid.* P. 134-135

48 — *Ibid.* P. 137

49 — *Ibid.* P. 141

50 — *Ibid.* P. 144

51 — *Ibid.* P. 145

52 — *Ibid.* P. 152

53 — *Ibid.* P. 145

54 — Caminante, son tus huellas

el camino, y nada más;

caminante, no hay camino,

se hace camino al andar.

Al andar se hace el camino,

y al volver la vista atrás

se ve la senda que nunca

se ha de volver a pisar.

Caminante, no hay camino,

sino estelas en la mar.

Machado, Antonio. "CXXXVI Proverbios y Cantares". *Poesías Completas*. Madrid: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 1917. P. 229

políticas terem pouco estímulo para o fazerem, enquanto aqueles que mais dependem das decisões políticas não terem recursos para as influenciar. ⁴⁷

O que se pretende defender nesta dissertação é a responsabilidade dos arquitectos, enquanto profissionais social e politicamente comprometidos e envolvidos, em ajudar a organizar e amplificar a ‘voz’ dessa camada demográfica ‘politicamente irrelevante’, os ‘cidadãos falhados’, ‘socialmente ineficientes’ que não têm direito a ser ‘livres’. Para estes cidadãos, *a política é omnipresente e onnipotente mas simultaneamente distante, estranha e inacessível.* ⁴⁸

À liberdade do consumidor contrapõe-se a opressão burocrática que, por sua vez, só tem como saída o mercado de consumo. Bauman conclui, portanto, que *a liberdade de consumo e a liberdade de expressão não são politicamente dificultadas desde que se mantenham politicamente ineficazes.* ⁴⁹

Ainda assim, adverte que *o facto de algo ter acontecido, mesmo durante muito tempo, não é prova de que continuará a acontecer* ⁵⁰, pelo que *o futuro da liberdade não é predeterminado* ⁵¹, o que abre espaço à esperança e à mudança. A ‘terceira alternativa’ proposta anteriormente, baseada na auto-afirmação através da participação *nas áreas da produção, de governo comunitário e de política nacional* ⁵² permitiria redefinir a ‘pobreza’ como ‘desinteresse’ pela participação pública, uma vez que esse seria o único entrave à agência pessoal. Bauman avisa-nos que o futuro será decidido pela *direcção que tomarem os esforços dos homens. E isto será decidido por quem fizer esses esforços.* ⁵³ Se quisermos explorar esta ‘terceira alternativa’ cabe-nos lutar para que se torne realidade. Parafraseando Antonio Machado, o caminho faz-se caminhando. ⁵⁴

ZYGMUNT BAUMAN

Modernidade Líquida

1 — Bauman, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. 2000. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. P. 8

2 — *Ibid.* P. 10

3 — *Ibid.* P. 12

4 — *Ibid.* P. 15

5 — *Ibid.* P. 16

1. O ESPAÇO COMO RESISTÊNCIA

Importa, primeiro, perceber o que significa ‘líquido’. Como Bauman explica, ao passo que *os sólidos têm dimensões espaciais claras e, portanto, diminuem a significação do tempo, os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo.*¹ De acordo com esta definição, classifica-se como ‘líquido’ tudo quanto escape às imposições espaciais físicas e seja capaz de se mover e adaptar ao longo do tempo.

O que começou por ser um processo de eliminação das *obrigações irrelevantes que impediam a via do cálculo racional dos efeitos* – e que *deixou o campo aberto para a invasão e dominação da racionalidade instrumental ou para o papel determinante da economia*² – representa, hoje, a dissolução dos *elos que entrelaçam as escolhas individuais em projectos e acções colectivas.*³ Separam-se o tempo e o espaço *da prática da vida e entre si.*⁴ O tempo é agora medido em relação à velocidade (em relação ao espaço percorrido), deixando de ser *um atributo da realidade inumana e pré-humana* para se transformar numa *questão de inventividade e resolução humanas.*⁵ Enfim, a principal característica da modernidade líquida é a dominação do tempo pelo Homem.

6 — *Ibid.* P. 18

7 — *Ibid.* P. 18

8 — *Ibid.* P. 20

9 — *Ibid.* P. 22

10 — *Ibid.* P. 21

11 — *Ibid.* P. 22

12 — *Ibid.* P. 24

O aperfeiçoamento da electrónica acelerou a velocidade do movimento até à instantaneidade, tornando o poder *verdadeiramente* extraterritorial, *não mais limitado, nem mesmo desacelerado, pela resistência do espaço*.⁶ Todos os mecanismos físicos de controlo são desnecessários, pelo que *o que quer que a história da modernidade seja no estágio presente, ela é também, e talvez acima de tudo, pós-Panóptica*, o que representa o *fim da era do engajamento mútuo*⁷ entre os detentores do poder e os seus subordinados.

O *meta-propósito da política*⁸ actual é a manutenção dessa mobilidade permanente, que Bauman vê como um nomadismo extraterritorial. O poder actua com base na *arte da fuga*⁹, provocando a *derrocada das agências efectivas de acção colectiva que é lamentada como “efeito colateral”*.¹⁰ A desintegração social resultante é um meio e um fim, uma vez que *qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado*.¹¹

Esta dissertação pretende defender a arquitectura como um possível campo de luta contra o desengajamento político, valendo-se da sua própria materialidade física. Uma vez que o confronto directo com o espaço é incontornável, a instantaneidade do poder é impossível, tornando-se necessário o diálogo entre os vários participantes. O acto de fazer arquitectura (tal como o entendemos nesta dissertação; isto é, como um processo participado desde a encomenda à construção e ao uso, passando por todas as fases do projecto) apresenta-se como um possível foco de ‘resistência pelo espaço’, sendo a arquitectura uma ferramenta política ao serviço da população.

2. DECLÍNIO E QUEDA DA CIDADANIA

Já em *A Liberdade*, Bauman conclui dizendo que o futuro não é uma inevitabilidade lógica mas antes uma construção impulsionada pela vontade de agir. Resume a liberdade ao equilíbrio entre os desejos de cada um e a sua capacidade de acção, que pode ser atingido *de duas maneiras diferentes: ou reduzido os desejos, ou ampliando a nossa capacidade de acção*.¹² Enquanto o desejo se mantiver na esfera do consumo, a capacidade de acção será sempre muito reduzida

13 — *Ibid.* P. 28

14 — *Ibid.* P. 30

15 — *Ibid.* P. 39

16 — *Ibid.* P. 37

17 — “There is no such thing [as society]! There are individual men and women and there are families.” Thatcher, Margaret. “Woman’s Own (“no such thing as society”).” Entrevista por Douglas Keay. 23 de Setembro de 1987. *Margaret Thatcher Foundation*. Disponível em <http://www.margaretthatcher.org/document/106689> [acedido a 05 de Janeiro 2017 10h50]

18 — Zygmunt Bauman, *op. Cit.* P. 44

19 — *Ibid.* P. 45

20 — *Ibid.* P. 45

21 — *Ibid.* P. 46

22 — *Ibid.* P. 33

porque perde a força da colectividade.

Numa crítica ao homem hobbesiano pré-social, Bauman deixa o aviso de que *a liberdade não pode ser ganha contra a sociedade* ¹³, uma vez que se traduz não na ausência de regras (a anarquia que transforma os outros no Inferno, parafraseando Sartre) mas na ausência de certezas quanto ao que nos rodeia (uma vez que a incerteza é a fonte do poder opressor).

É esta a grande vitória e a principal característica da fase consumista do capitalismo: a dissolução das comunidades e o triunfo do individualismo, levando à perda da partilha verdadeira de identidades e substituindo-a por conceitos mais abstractos. *O que está errado com a sociedade em que vivemos é que ela deixou de se questionar.* ¹⁴ *Se no mundo dos indivíduos há apenas outros indivíduos* ¹⁵, a crítica não recai sobre o colectivo mas sobre o indivíduo abstracto. Por outras palavras, não se critica o modo de produção, mas sim o modo de consumo.

O crescimento do individualismo decorre de duas características que fazem da *nossa forma de modernidade algo novo e diferente*: o desencantamento produzido pelo *declínio da crença de que há um Estado de perfeição a ser atingido amanhã* ¹⁶; e a despolitização através da desresponsabilização do indivíduo face à sociedade e vice-versa, cuja expressão máxima pode bem ser a exaltação de Thatcher: *A sociedade não existe! Há homens e mulheres individuais e há famílias.* ¹⁷

A identidade humana deixa de ser um ‘dado’ para se tornar uma ‘tarefa’, e as responsabilidades e consequências da sua realização recaem sobre os actores. De caminho, pela extinção da *convergência e condensação das queixas individuais em interesses partilhados, e depois em acção conjunta* ¹⁸, elimina-se a existência de classes definidas. O carácter não-aditivo dos problemas individuais impede a formação de causas comuns, restando apenas uma espécie de comiserção cuja *única vantagem é garantir a cada um [de nós] que enfrentar os problemas solitariamente é o que todos fazem diariamente* ¹⁹, numa lógica paradoxal de ‘sozinhos, mas juntos’.

Deste modo, *o indivíduo é o pior inimigo do cidadão* ²⁰ (levantando-se aqui a questão: é possível a democracia sem cidadãos?) uma vez que *o outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania* ²¹, o que configura uma *profunda transformação do espaço público.* ²²

23 — *Ibid.* P. 49

24 — *Ibid.* P. 51

25 — *Ibid.* P. 58

26 — Argan, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. 1964. São Paulo: Ática, 2001. P. 42

27 — Zygmunt Bauman, *op. Cit.* P. 56

28 — *Ibid.* P. 59

29 — *Ibid.* P. 59

30 — *Ibid.* P. 81

31 — *Ibid.* P. 100

32 — “...obsolescence in this area tends to be slow (...).” Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. 1974. Oxford: Blackwell, 1991. P. 336

Este deixou de ser o lugar *onde a política-vida encontra a Política* ²³, o mediador entre o cidadão e a sociedade, o privado e o público. De facto, a fase consumista do capitalismo, substituindo a qualidade pela quantidade, fez com que o espaço passasse de ‘mediador’ a ‘medidor’. O ‘abismo’ que se abre diante de cada indivíduo é o espaço de trabalho possível do arquitecto politizado, uma vez que é a mesma distância que afasta a arquitectura da sociedade. Como diz Bauman, *os indivíduos que [reapropriem as] ferramentas perdidas da cidadania [serão] os únicos construtores à altura de erigir [a] ponte* ²⁴ capaz de vencer esse abismo. Pretendemos defender aqui que os arquitectos, devido às condições próprias – espaciais e temporalmente extensas – da arquitectura, estão numa posição privilegiada para serem parte desses construtores.

O principal problema do envolvimento político é encontrar o equilíbrio entre a teoria e a prática, entre *a verdade fadada à impotência e a potência fadada a ser infiel à verdade* ²⁵ (ou, nas palavras de Argan, *ordem sem realidade, realidade sem ordem* ²⁶). Ainda assim, *o radical distanciamento da prática política* ²⁷ é pior do que a participação activa, mesmo que conceptualmente imperfeita.

Como nos mostra Jeremy Till, o trabalho ‘no terreno’ é fundamentalmente contingente, obrigando a uma enorme capacidade de adaptação constante – a uma fluidez – que permita trabalhar a cada momento num *território ainda não inteiramente explorado*. ²⁸ Esse território, o espaço do abismo, é a *nova agenda pública de emancipação* ²⁹ e requer que se dê uma resposta à tradução dos problemas privados em questões públicas.

No território inexplorado da emancipação pública *nomear o problema é em si uma tarefa assustadora* ³⁰ – e particularmente ingrata no estágio líquido da modernidade – porque estabelecer objectivos obriga ao planeamento e, por isso, à aceitação do prolongamento no tempo.

Num mundo em que *a produção de mercadorias como um todo substitui “o mundo dos objectos duráveis” pelos produtos perecíveis projectados para a obsolescência imediata* ³¹, importa lembrar, de novo, que a arquitectura não luta com o tempo, mas trabalha com ele (de resto, Lefebvre lembra, a propósito da urbanização, que *a obsolescência nesta área tende a ser lenta* ³²). Um dos actuais inimigos internos da arquitectura é a proliferação de propostas de ‘arquitectura efémera’ e ‘low-

33 — Zygmunt Bauman, *op. Cit.* P. 106

34 — *Ibid.* P. 111

35 — *Ibid.* P. 112

36 — *Ibid.* P. 112

37 — *Ibid.* P. 118

38 — *Ibid.* P. 118

39 — *Ibid.* P. 118

40 — *Ibid.* P. 119

cost’, que se traduzem em actividade pontuais, muitas vezes mascaradas de ‘activação social’ do espaço público, sem efeitos duradouros mas perpetuando a alienação de que o poder se preocupa e pretende fazer algo.

A construção do espaço é, como nos mostra Lefebvre, uma construção social e, como tal, é uma tarefa *compartilhada por todos* que não pode de maneira alguma *ser realizada por cada um sob condições inteiramente diferentes*, sob o risco de ser incapaz de *unificar uma condição humana inclinada a gerar cooperação e solidariedade*.³³

3. DECLÍNIO E QUEDA DO ESPAÇO PÚBLICO

Ser ‘urbano’, participar na vida urbana, requer *um grupo de habilidades que Senett listou sob a rubrica “civilidade”*³⁴ e que deve ser potenciado pelo próprio espaço urbano. Isto *significa, antes e acima de tudo, a disponibilidade de espaços que as pessoas possam compartilhar como personae públicas*³⁵, e que a cidade seja um bem verdadeiramente comum, composto por espaços simultaneamente públicos e civis.

Bauman aponta quatro tipos de *lugares públicos mas não civis*³⁶, que permitem *enfrentar a alteridade dos outros*³⁷ de formas distintas:

(1). Lugares ‘antropoémicos’, nos quais os outros são vistos *como incuravelmente estranhos e alheios havendo que impedir o contacto físico, o diálogo, a interação social pelo seu exílio ou aniquilação*. São exemplo todas as formas de *separação espacial, os guetos urbanos, o acesso selectivo a espaços e o impedimento selectivo a seu uso*³⁸;

(2). Lugares ‘antropofágicos’, que procuram fazer dos outros, *pelo metabolismo, idênticos aos corpos que os ingerem, e portanto não distinguíveis*. Visam à *suspensão ou aniquilação da sua alteridade*.³⁹ Todos os espaços de consumo são antropofágicos;

(3). Não-lugares, que desencorajam a permanência, *tornando a colonização ou domesticação do espaço quase impossível*.⁴⁰ A permanência é temporária e indiferente, tanto para o espaço como para os ocupantes, que são convidados a

41 — *Ibid.* P. 120

42 — *Ibid.* P. 120

43 — *Ibid.* P. 121

44 — *Ibid.* P. 122

45 — *Ibid.* P. 125

46 — *Ibid.* P. 127

47 — *Ibid.* P. 136

48 — *Ibid.* P. 137

49 — *Ibid.* P. 137

sentir-se *como se estivessem em casa* ⁴¹ ainda que ninguém se deva comportar como tal. Tentam neutralizar a alteridade pela padronização de comportamentos. Os hotéis e aeroportos são espaços deste tipo;

(4). Espaços vazios, que *são antes de mais nada vazios de significado* ⁴² e invisibilizam as diferenças. São espaços sobrantes e marginais, mas necessários para o processo *de mapear o espaço partilhado por muitos usuários diferentes*. ⁴³ É pela existência de vazios (cuja vacuidade *está no olho de quem vê* ⁴⁴) que o ‘preenchido’ faz sentido.

A vontade de excluir a interacção com estranhos não é *uma resposta racional à crise genuína do “espaço público” – e portanto da política*. ⁴⁵ É, isso sim, um problema social, *uma patologia do espaço público que resulta numa patologia da política* ⁴⁶ cujo sintoma mais grave é a substituição do engajamento pela fuga. Torna-se claro que a *aniquilação do tempo* acarreta disfarçadamente a *irrelevância do espaço*: a instantaneidade electrónica característica da modernidade na sua fase líquida cancela a *diferença entre “longe” e “aqui”* ⁴⁷ (ou, nos termos de Lefebvre, entre o poder e o corpo).

A ‘aniquilação do tempo’ também está presente nas novas formas de projectar e comunicar arquitectura. As ferramentas digitais de simulação virtual procuram anular a espera decorrente da construção real, mas são pobres substitutos que acabam por banalizar o espaço. Na procura incessante do novo, tudo se torna repetitivo, anulando as diferenças, uma vez que não há tempo para a ‘pesquisa paciente’ corbusiana.

Nas palavras de Bauman, *o tempo não é mais o “desvio da busca”, e assim não mais confere valor ao espaço*. ⁴⁸ O espaço, quando analisado à luz da velocidade (neste caso, ao tempo nenhum), perde atractividade e propósito pois *se todas as partes do espaço podem ser alcançadas a qualquer momento, não há razão para alcançar qualquer uma delas* e, não havendo *urgência em visitá-las também garantir o direito de acesso* ⁴⁹ se torna desnecessário.

Novamente chegamos à conclusão de que a maior velocidade de movimentos corresponde maior poder; logo, a menor capacidade de deslocação corresponde menor liberdade no geral. Talvez radique aqui a resistência da direita política ao acesso generalizado à habitação pelo

50 — Cf. Engels, Friedrich. *Para a Questão da Habitação*. 1873. Disponível em http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf [acedido a 11 de Julho de 2017, 18h30m]

51 — Cf. Saraiva, Tiago Mota. “Queremos um país de proprietários e não de proletários.” 6 de Outubro de 2015. Disponível em <https://www.facebook.com/notes/tiago-saraiva/queremos-um-pa%C3%ADs-de-propriet%C3%A1rios-e-n%C3%A3o-de-prolet%C3%A1rios1/10153299834901775/> [acedido a 10 de Julho de 2017, 16h10m]

52 — Zygmunt Bauman, *op. Cit.* P. 141

53 — *Ibid.* P. 174

54 — *Ibid.* P. 172

55 — *Ibid.* P. 172

arrendamento (defendido por Engels em *Para a Questão da Habitação* ⁵⁰), que se traduziu, em Portugal, na invenção da casa portuguesa (pelo Estado Novo) e, após o 25 de Abril, no sonho proprietarista (efectivamente passando Portugal de um país de proletários a um país de proprietários ⁵¹); e, a nível internacional, na crise do crédito imobiliário *subprime* de 2007-08.

A modernidade líquida urge ao rompimento dos laços com o espaço mas também com os outros. O desengajamento parte das pessoas com capacidade para se movimentarem – os possuidores de capital. O capital fica *livre da tarefa que o prendia e forçava ao enfrentamento directo com os agentes explorados em nome da sua reprodução*, tornando literal a desumanização do capitalismo: *a descorporificação do trabalho* ⁵² manifesta-se pela ausência de seres humanos. A durabilidade é um risco e a transitoriedade uma virtude.

4. DECLÍNIO E QUEDA DO TRABALHO

Citando Robert Reich, Bauman descreve quatro categorias de pessoas envolvidas em actividades económicas. A primeira é composta por *pessoas que inventam ideias e maneiras de torná-las desejáveis e vendáveis* (actualmente chamados ‘empreendedores’); à segunda pertencem todos os *envolvidos na reprodução do trabalho*, ou seja todos aqueles que se dedicam à manutenção do Estado (funcionários públicos); da terceira fazem parte *os vendedores de produtos e os produtores do desejo*, ou toda a gente que trabalhe em redor da área do marketing; por fim, *a quarta categoria inclui as pessoas que pelo último século e meio formaram o “substrato social” do movimento operário* ⁵³, o proletariado.

Aliadas, a ‘descorporificação do trabalho’ – que torna irrelevante o papel de cada trabalhador específico – e a ‘extraterritorialidade do capital’ – que torna indiferente a sua localização – obrigam os governos a garantir aos membros da primeira categoria as *melhores condições para a livre empresa* o que significa a *desregulação das leis e estatutos “restritivos às empresas”* ⁵⁴, advogada pelo neoliberalismo, o que por sua vez exige uma *população dócil, incapaz ou não-desejosa de oferecer resistência organizada.* ⁵⁵

56 — *Ibid.* P. 170

57 — *Ibid.* P. 175

58 — *Ibid.* Pp. 160-161

59 — Cf. Giulio Carlo Argan, *op. Cit.* Pp. 7-63

60 — Zygmunt Bauman, *op. Cit.* P. 194

A volatilidade do trabalho (conseguida pela flexibilização do mercado laboral – ou seja pela precarização das relações profissionais) ocupa os membros da quarta categoria numa preocupação incessante pela garantia de emprego e impede a formação de uma consciência de classe capaz de organizar as demandas pessoais numa causa comum que ofereça essa resistência (porque *a incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora* ⁵⁶). Os trabalhadores *sabem que são dispensáveis e por isso não vêem razões para aderir ou se comprometer com seu trabalho.* ⁵⁷ Por outro lado, *o trabalho adquiriu uma dimensão estética, satisfazendo não tanto a vocação ética do produtor e criador quanto as necessidades e desejos estéticos do consumidor.* ⁵⁸

A agência político-espacial só surge quando há uma visão de futuro partilhada e claramente orientada, capaz de motivar a acção política e social. A transformação exige objectivos (para quê?; em quê?) e, portanto, espaço (onde?) e tempo (quando?; para quando?), mas também, fundamentalmente, pessoas (quem?; com quem?; para quem?; contra quem?). A transformação produzida pela agência activa é fruto de um plano – orientado por um projecto, segundo Argan ⁵⁹ – e do compromisso dos agentes com esse plano.

Este processo não é, de todo, instantaneamente gratificante, podendo mesmo ser de uma morosidade extenuante, porque as comunidades não são *existentes a priori: na medida em que precisam ser defendidas para sobreviver, todas as comunidades são postuladas, mais projectos que realidades, alguma coisa que vem depois e não antes da escolha individual.* ⁶⁰

Sociologicamente, a associação de semelhantes é a resposta óbvia à falta de segurança. Contudo, na fase líquida da modernidade, o que importa não é a semelhança entre ‘nós’ mas a diferença em relação a ‘eles’, conducente ao nacionalismo (que se pauta pela recusa absoluta de tudo quanto seja externo) ou, numa versão mais esbatida, ao patriotismo.

61 — “For there is a point at which a state may attain such a degree of unity as to be no longer a state, or at which, without actually ceasing to exist, it will become an inferior state, like harmony passing into unison (...).”Aristóteles. *Politics*. Kitchener: Batoche Books, 1999. Pp.

28-29

62 — Zygmunt Bauman, *op. Cit.* P. 203

63 — *Ibid.* P. 204

64 — *Ibid.* P. 204

65 — *Ibid.* P. 204

66 — *Ibid.* P. 245

67 — *Ibid.* P. 246

68 — *Ibid.* P. 246

5. DA HARMONIA

Na sua *Política*, Aristóteles critica a unidade que *transforma a harmonia em uníssono*.⁶¹ *A sociedade civilizada é inerentemente pluralista*⁶² e a melhor *unidade é a que é alcançada, e realçada a cada dia, pelo confronto, debate, negociação e compromisso entre valores, preferências e caminhos*⁶³ diferentes; pelo encontro político. Este modelo ‘republicano’ caracteriza-se pela sua *unidade emergente que é uma realização conjunta de agentes engajadas na busca de auto-identificação; uma unidade que é um resultado*⁶⁴ e não um dado.

As comunidades (ou identidades) da modernidade líquida *não podem deixar de parecer frágeis e temporárias*, pelo que a escolha tem de ser feita entre *aprender a difícil arte de viver com a diferença ou produzir condições tais que façam desnecessário esse aprendizado*.⁶⁵ A sociedade da segunda opção é a mesma que produz os espaços públicos mas não civis mencionados anteriormente.

Bauman conclui lembrando que não basta que nos tornemos conscientes *dos mecanismos que fazem a vida penosa*⁶⁶ e que é necessário fazer visíveis esses mecanismos para que possam ser combatidos colectivamente. Participar *do credo “não há alternativa”, implica cumplicidade*.⁶⁷ Podemos substituir, nas seguintes frases, a palavra ‘sociologia’ por [arquitectura] sem que estas percam a sua validade:

— *Fazer [arquitectura] tem por objectivo revelar a possibilidade de viver em conjunto de modo diferente, com menos miséria ou sem miséria.*

— *Não há escolha entre maneiras “engajadas” e “neutras” de fazer [arquitectura]. Uma [arquitectura] descomprometida é uma impossibilidade.*⁶⁸

DAVID HARVEY

Rebel Cities

1 — “... the right to the city (...) rises from the streets, out from the neighborhoods, as a cry for help and sustenance by oppressed peoples in desperate times.” Harvey, David. *Rebel Cities*. Londres: Verso, 2012. P. xiii

2 — “... fragmented and divided, multiple in its aims and needs, more often itinerant, disorganized and fluid rather than solidly implanted.” *Ibid.* P. xiii

3 — *Precariat*, no original

4 — “The traditional city has been killed by rampant capitalism development, a victim of the never-ending need to dispose of overaccumulating capital driving towards endless and sprawling urban growth (...)” *Ibid.* Pp. xv-xvi

5 — “But that cannot occur without the creation of a vigorous anti-capitalist movement that focuses on the transformation of daily urban life as its goal.” *Ibid.* P. xvi

1. O NOVO PROLETARIADO

A premissa inicial desta obra é que *o direito à cidade irrompe das ruas, dos bairros, como um pedido de ajuda e sustento de povos oprimidos numa altura de desespero.*¹

Tal como Bauman em *A Liberdade*, Harvey sugere que a população urbana *fragmentada e dividida, múltipla nos seus objectivos e necessidades, mais itinerante, desorganizada e fluída do que solidamente implantada*², é a nova classe trabalhadora revolucionária. Esta nova classe, o ‘precariado’³, veio substituir o proletariado, e o grande problema político é a organização das suas exigências.

Considerando que *a cidade tradicional foi morta pelo capitalismo desenfreado e pela necessidade deste eliminar o capital sobreacumulado através do crescimento urbano sem limites*⁴, a resposta reside na *criação de um vigoroso movimento anti-capitalista focado na transformação da vida urbana quotidiana*⁵, o que só acontecerá quando o novo proletariado urbano for reconhecido como tal (o autor deixa, ao longo do livro, uma crítica à esquerda tradicional, que não entende a luta urbana como luta de classes).

Através do princípio marcadamente marxista de que *quem constrói e*

- 6 — "... those who build and sustain urban life have a primary claim to that which they have produced (...)." *Ibid.* P. xvi
- 7 — "... a city more after their own heart's desire (...)." *Ibid.* P. xvi
- 8 — "... around the world (...) there are plenty of people and a critical mass of political energy available to do it." *Ibid.* P. 88
- 9 — "The right to the city is (...) a right to change and reinvent the city more after our heart's desire. It is, moreover, a collective rather than individual right, since [it] depends upon the exercise of a collective power over the process of urbanization." *Ibid.* P. 4
- 10 — "We live in an era when ideals of human rights (...) are individualistic and property-based and, as such, do nothing to challenge hegemonic liberal and neoliberal market logics, or neoliberal modes of legality and state action." *Ibid.* P. 3
- 11 — "... capitalism often recovers from crises (...) by "building houses and filling them with things" (...)." *Ibid.* P. 130
- 12 — "Quality of urban life has become a commodity for those with money (...)."; "... surrounds the contemporary urban experience with an aura of freedom of choice in the market (...)."; "This is a world in which the neoliberal ethic of intense possessive individualism can become the template for human personality socialization." *Ibid.* P. 14

*sustenta a vida urbana tem direito àquilo que produz*⁶, Harvey renova a reivindicação de Lefebvre: permitir que a população urbana viva numa *cidade de acordo com os seus desejos*⁷. Marx defendia, para os operários fabris, o direito a reivindicar a sua parte do objecto produzido; nós devemos reclamar o direito à cidade que colectivamente produzimos – é esta a premissa basilar da reivindicação do direito à cidade.

Começa a despertar a consciência para a dimensão deste problema (como o reflecte o tema da Bienal de Veneza de 2016, por exemplo), havendo *em todo o mundo bastantes pessoas e massa crítica política suficiente*⁸ para encontrar soluções. Esta dissertação pretende juntar-se a essa energia política potencialmente transformadora.

2. O DIREITO À CIDADE

Harvey define o ‘direito à cidade’ como o *direito a alterar e reinventar a cidade de acordo com os nossos desejos, um direito não individual mas colectivo e que depende do exercício de um poder colectivo sobre o processo de urbanização*⁹. A ideia de ‘poder colectivo’ é particularmente importante numa altura em que *os ideais de direitos humanos são individualistas e baseados na propriedade e, como tal, nada fazem para desafiar as lógicas de mercado liberais e neoliberais hegemónicas, nem os modos de legalidade e acção estatal neoliberais*¹⁰. A mesma ideia é defendida por Bauman em *A Liberdade*, quando defende que o ‘direito a possuir’ se metamorfoseou num ‘dever de consumir’.

Existe uma correlação entre o modo de produção capitalista e a urbanização por ele promovida: por um lado, a expansão urbana permite criar o excedente de produção necessário à criação de valor excedente; por outro, a própria urbanização absorve parte dos produtos excedentes, permitindo *ao capitalismo recuperar das crises construindo casas e enchendo-as de coisas*.¹¹ Deste modo, *a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria*, assente num ideal de *liberdade de escolha no mercado*, fazendo da *ética neoliberal de intenso individualismo possessivo o modelo de socialização humana*.¹²

13 — “The neoliberal protection of private property rights and their values becomes the hegemonic form of politics, even for the lower middle class.”; “The results of this increasing polarization in the distribution of wealth and power are indelibly etched into the spatial forms of our cities, which increasingly become cities of fortified fragments (...) kept under constant surveillance.” *Ibid.* P. 15

14 — “A process of displacement and dispossession, in short, also lies at the core of the urban process under capitalism. This is the mirror image of capital absorption through urban redevelopment.” *Ibid.* P. 18

15 — Engels, Friedrich. *Para a Questão da Habitação*. 1873. Disponível em http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf [acedido a 11 de Julho de 2017, 18h30m]

16 — “... whether something functions as fixed capital or not depends upon its use and not upon its physical qualities.” David Harvey, *op. Cit.* P. 41

17 — “Under these conditions (...) even the idea that the city might function as a collective body politic (...) appears, at least on the surface, increasingly implausible. (...). Is there an urban alternative and, if so, from where might it come?” *Ibid.* Pp. 15-16

18 — “The concomitant effect [of granting such rights] is often to destroy collective and non-profit-maximizing modes of social solidarity and mutual support [creating] a “market of dispossession” that in effect seeks to suck value out of a moral economy based on mutual respect and reciprocity, to the advantage of capitalist institutions.” *Ibid.* Pp. 20-21

19 — “[If the urban and peri-urban social movements of opposition] did somehow come together – coalesce, for example, around the slogan of the right to the city – then what should they demand?

The answer to the last question is simple enough: greater democratic control over the production and use of the surplus (...) through urbanization.” *Ibid.* Pp. 22-23

De facto, a *protecção neoliberal dos direitos de propriedade privada tornou-se o principal modelo político, até para a baixa classe média. A polarização, daí decorrente, na distribuição da riqueza e do poder grava-se na forma espacial das cidades*¹⁵ através, por exemplo, da proliferação de comunidades e condomínios fechados e de sistemas de segurança e videovigilância. A absorção de excedentes através da transformação urbana estimula a ‘destruição criativa’, que adquire sempre uma dimensão de classe uma vez que, geralmente, são os que estão mais afastados das ‘fontes de incerteza’ (como Bauman chama às estruturas do poder), quem mais sofre com estes processos violentos de *deslocação e desposseção*¹⁴ (já descritos por Engels em 1872, na primeira parte de *The Housing Question*¹⁵).

Os espaços e estruturas transformados em locais de produção convertem-se em capital fixo, facto que está na raiz destes processos de desposseção e gentrificação. Esta transformação *depende do uso, não das qualidades físicas*¹⁶ desses espaços e estruturas. Geralmente, estes processos conduzem a revoltas.

Numa sociedade dividida e individualista, é muito difícil sustentar a ideia da cidade como um corpo político, como uma verdadeira ‘polis’. A pergunta que se levanta é: *haverá alguma alternativa urbana e, se sim, de onde partirá?*¹⁷ Algumas respostas que têm sido ensaiadas passam pela atribuição de direitos de propriedade ou concessão de microcréditos, não constituindo uma resposta eficaz ao problema já que não alteram nem desafiam a lógica de funcionamento do capitalismo, mas perpetuam o *status quo*. Alteram, isso sim, a posição de alguns dos actores mais vulneráveis, resultando *na destruição de modos colectivos de solidariedade social e apoio mútuo não assentes na maximização de capital, criando um “mercado de desposseção” que extrai valor de uma economia moral baseada na reciprocidade.*¹⁸

A solução passa, então, pela agremiação dos movimentos urbanos de oposição em torno da ideia de ‘direito à cidade’, exigindo, em conjunto, *um maior controlo democrático sobre a produção e uso dos excedentes através da urbanização.*¹⁹ Na sua forma actual, o direito à cidade está reservado a uma elite política e económica detentora do poder (dos recursos) para agir de acordo com os seus interesses.

20 — “... there has been no serious attempt to integrate an understanding of processes of urbanization and built-environment formation into the general theory of the laws of motion of capital.” *Ibid.* P. 35

21 — “... degrading qualities of urban life, through foreclosures, the persistence of predatory practices in urban housing markets, reductions in services, and above all the lack of viable employment opportunities in urban labor markets (...).” *Ibid.* P. 53

22 — “This activity is clearly speculative in the long term (...).” *Ibid.* P. 42

23 — “... cultural values flourish remarkably when promoted and subsidized by state policies.” *Ibid.* P. 50

24 — “On top of all comes a class politics of austerity that is being pursued for political and not economic reasons.” *Ibid.* P. 52

3. A LUTA URBANA COMO LUTA DE CLASSES

Está ainda por fazer a reflexão que permita *integrar os processos de urbanização na teoria geral das leis de movimento de capital*.²⁰ No entanto, é inegável que a crise sistémica que teve início em 2007-08 tem uma forte dimensão urbana, não só na sua origem mas sobretudo nos seus efeitos: *a degradação da vida urbana através dos despejos* (particularmente em Espanha, onde deu origem a vários movimentos de protesto político de base cidadã e local que, muitas vezes, alcançaram o poder), *a persistência de práticas predatórias nos mercados de habitação, as reduções de serviços e, acima de tudo, a escassez de oportunidades viáveis de emprego nos mercados de trabalho urbanos*.²¹ Os mais afectados são as vítimas dos processos de desposseção: as classes mais baixas e as minorias raciais e étnicas. A luta urbana adquire a dimensão de luta de classes.

Para que se tornem rentáveis, os investimentos urbanos para absorção de capital excedente requerem dois factores: prazos alargados e a integração nas dinâmicas de acumulação locais. *Esta actividade é claramente especulativa a longo prazo*²², e a sua propensão a gerar crises deve-se à possibilidade de replicar as condições de sobreacumulação que pretende mitigar. No entanto, são precisamente estas duas características que podem ajudar-nos a encontrar uma solução. Neste tipo de investimentos é impossível tornar o espaço irrelevante pela aniquilação do tempo, pelo que se configuram como um potencial foco de resistência aos fenómenos de desposseção; e os arquitectos, pela natureza própria da sua profissão, são potenciais agentes de contestação social e mudança política.

Os valores culturais de uma sociedade reflectem a ideologia da classe dominante, *sobretudo quando promovida e subsidiada por políticas estatais*.²³ Tem sido implementada recentemente, sobretudo nos países europeus, *uma política de austeridade com base em princípios ideológicos e não económicos*²⁴ (cujas consequências e oportunidades têm sido estudadas por Jeremy Till) e que se pauta pela ‘flexibilização’ do mercado de trabalho e pela precarização das relações laborais.

Os resultados desta política são, segundo a análise de Bauman na

25 — “... real wage concessions to workers can be clawed back for the capitalist class as a whole through predatory and exploitative activities in the realm of consumption.” *Ibid.* P. 57

26 — “If the capitalist form of urbanization is so completely embedded in and foundational for the reproduction of capitalism then it also follows that alternative forms of urbanization must necessarily become central to any pursuit of an anti-capitalist alternative.” *Ibid.* P. 65

27 — “The city and the urban process that produces it are therefore major sites of political, social and class struggles.” *Ibid.* P. 66

28 — “... upon the potentiality to build or inhibit new forms of social relations (a new commons) (...).” *Ibid.* P. 67

29 — “When Hardt and Negri, for example, argue that should view “the metropolis as a factory for the production of the common”, they suggest this as an entry point for anti-capitalist critique and political activism.” *Ibid.* P. 67

30 — “This damage can only be contained and reversed by the socialization of surplus production and distribution, and the establishment of a new common of wealth open to all.” *Ibid.* P. 86

Modernidade Líquida, a individualização da sociedade e a redução do trabalho a uma fonte de satisfação dos desejos estéticos do consumidor. Isto constitui uma outra forma de acumulação por despossessão, pois quaisquer *concessões remuneratórias dadas aos trabalhadores podem ser recuperadas pela classe capitalista através de actividades predatórias na esfera do consumo* ²⁵, reformulando (tal como Bauman aponta em *A Liberdade*) o problema: o que era um conflito de poder passa a ser ‘economizado’ e transformado numa questão de consumo.

Se os mecanismos capitalistas de urbanização estão, de facto, tão interligados com a reprodução do capitalismo, então quaisquer formas alternativas de urbanização deverão tornar-se centrais na procura por uma alternativa anti-capitalista. ²⁶ Controlar o processo urbano implica controlar tanto o Estado (pela economia) como a população (pela opressão ou pela ‘liberdade’ de consumir). *Assim, tanto a cidade como os processos de urbanização que a produzem são o palco das lutas sociais, políticas e de classe.* ²⁷ Apenas retomando o controlo dos processos de produção urbana é que poderemos exercer, colectivamente, o nosso inalienável direito à cidade. Isto passa pela organização da luta e pelo esforço de construção de uma consciência de classe urbana capaz de empoderar a população, unificando-a sob um princípio operativo de reivindicação desse direito.

4. PROPRIEDADE COMUM

Uma das principais consequências, a nível urbano, das políticas neoliberais prende-se com o impacto que estas têm *no aparecimento ou inibição de novas formas de relações sociais, de novas ‘propriedades comuns’.* ²⁸ Entender a cidade como uma *fábrica de produção do ‘comum’* é reconhecer-lhe potencial enquanto campo de *crítica anticapitalista e de activismo político.* ²⁹ As medidas de austeridade impostas no mundo ocidental/europeu como resposta à crise global de 2007-08, com os cortes na despesa pública, fragilizaram o processo de produção da propriedade comum. *Os danos só podem ser contidos e revertidos pela socialização do excedente de produção, e pelo estabelecimento de uma nova propriedade comum de riqueza aberta a todos.* ³⁰ O reconhecimento político de que a propriedade comum pode ser produzida,

31 — “The political recognition that the commons can be produced, protected, and used for social benefit becomes a framework for resisting capital power (...); “... to keep the value produced under the control of the laborers who produced it.” *Ibid.* P. 87

32 — “... like air with breathe (...) like the streets of our cities (...) like a common water resource controlled by fifty farmers (...).” *Ibid.* P. 71

33 — “... other forms of the commons, such as genetic material, knowledge, cultural assets, and the like (...) are also very much under assault these days through commodification and enclosure [and are] often bowdlerized (...).” *Ibid.* P. 72

34 — “Why Does Monsanto Sue Farmers Who Save Seeds?” *Monsanto*. 11 de Abril de 2017. Disponível em <http://www.monsanto.com/newsviews/pages/why-does-monsanto-sue-farmers-who-save-seeds.aspx> [acedido a 9 de Janeiro de 2017, 21h15m]

35 — “Does Peter Brabeck-Letmathe believe that water is a human right?” *Nestlé*. Disponível em <http://www.nestle.com/ask-nestle/human-rights/answers/nestle-chairman-peter-brabeck-letmathe-believes-water-is-a-human-right> [acedido a 9 de Janeiro de 2017, 22h50m]

36 — “Public spaces and public goods in the city have always been a matter of state power and public administration and (...) do not necessarily a commons make.” David Harvey, *op. Cit.* P. 72

37 — “... it takes political action on the part of the citizens and the people to appropriate them or to make them so. (...). The struggle to appropriate the public spaces and public goods in the city for a common purpose is ongoing.” *Ibid.* P. 73

38 — “The common is not to be construed, therefore, as a particular kind of thing, asset or even social process, but as an unstable and malleable social relation between a particular self-define social group and those aspects of its actually existing or yet-to-be-created social and/or physical environment deemed crucial to its life and livelihood.” *Ibid.* P. 73

39 — “The ambience and attractiveness of a city, for example, is a common product of its citizens, but it is the tourist trade that commercially capitalizes upon that common to extract monopoly rents.” *Ibid.* P. 74

*protegida e usada para benefício social torna-se o enquadramento para a resistência anticapitalista, de modo a manter o valor produzido sob o controlo dos seus produtores.*³¹

A propriedade comum pode ter vários tipos de acesso: livre (*como o ar que respiramos*); livre mas regulado (*como as ruas das nossas cidades*) ou particular (*como um recurso hídrico partilhado por cinquenta agricultores*).³² Há, ainda, outro tipo de propriedade comum (*materiais genéticos, conhecimento, bens culturais*³³), que estão em risco de serem mercantilizados e expurgados da sua representatividade patrimonial.

Entre os casos mais recentes estão as tentativas de grandes grupos agrícolas (como a estadunidense Monsanto) de patentear sementes³⁴ – criminalizando a prática comum de troca de sementes entre agricultores para fortalecimento das colheitas – ou o pedido de patente que a Nestlé apresentou para a água³⁵ – privatizando todo o recurso, à escala mundial. A mercantilização e monopolização do conhecimento, por outro lado, cria elites especializadas, acarretando todos os perigos da ‘barbárie do especialismo’.

É importante marcar a diferença entre espaços e bens públicos, e propriedade comum. Os primeiros *sempre foram uma questão de controlo estatal e administração pública e não constituem, necessariamente, propriedade comum*.³⁶ A apropriação comum destes espaços e bens depende da acção política dos cidadãos, o que constitui um processo em curso.³⁷

Outra diferença crucial é a natureza colectiva e não-mercantilizável da propriedade comum, ao passo que os bens públicos são vistos como despesas públicas produtivas. Assim, a propriedade comum *não é uma coisa, um bem ou mesmo um processo social, mas uma relação social, instável e maleável, entre um grupo social autodefinido em particular e os aspectos do seu ambiente social e/ou físico, existente ou ainda-por-criar, considerados cruciais para a sua vida e subsistência*.³⁸

Contudo, há certos aspectos da propriedade comum que podem ser mercantilizados. *A atmosfera e atractividade de uma cidade, por exemplo, são um produto colectivo dos seus cidadãos, mas é a actividade turística que a capitaliza comercialmente para daí extrair rendimentos*.³⁹ O mesmo argumento é defendido por Lefebvre, quando explica a passagem do consumo não-produtivo a produtivo, e a

40 — “The common is (...), like the urban commons, continuously being produced. The problem is that it is just as continuously being enclosed and appropriated by capital in its commodified and monetized form (...).” *Ibid.* P. 77

41 — “... there is a non-commodifiable reason to go to a smaller scale.” *Ibid.* P. 82

42 — “... I am not saying horizontality is bad (...) but that we should acknowledge its limits as a hegemonic organizational principle, and be prepared to go far beyond it when necessary.” *Ibid.* P. 70

43 — “... exclusive control over some directly or indirectly tradable item which is in some aspects unique and non-replicable.” *Ibid.* P. 90

44 — “The first arises because social actors control some special quality resource, commodity, or location which, in relation to a certain kind of activity, enables them to extract monopoly rents from those desiring to use it. (...). It is not the land, resource or location of unique qualities which is traded, but the commodity or service produced through their use.”; “In the second case, the land, resource or asset is directly traded upon.” *Ibid.*

Pp. 90-91

consequente passagem das obras (criação) a produtos (produção).

A propriedade comum é continuamente produzida (recordemos que o espaço é um produto social) e *continuamente apropriada pelo capital na sua forma mercantilizada e monetária*.⁴⁰ Esta apropriação pode acabar por destruir a propriedade comum, sobretudo em contextos urbanos.

Este fenómeno não é desconhecido da realidade portuguesa, bastando uma rápida pesquisa online para encontrar várias notícias da contestação de moradores de ‘bairros típicos’ (sobretudo em Lisboa e cada vez mais no Porto) relativamente à ‘turistificação’ das suas ruas e ao aumento dos valores de renda que daí decorrem (e que culminam, muitas vezes, na ‘expulsão passiva’ dos moradores).

No entanto, estes grupos de protesto de dimensão local não foram ainda capazes de concentrar as suas exigências num só corpo político. Ainda que haja uma *justificação não-mercantilizável para preferir a pequena escala*⁴¹ (tal como Till defende em *The Urban Miniature*), Harvey adverte que a eficácia da contestação depende da sua correcta organização – o que implica uma estrutura vertical. O maior problema da gestão da propriedade comum é o facto de esta não ser trans-escalar nem compatível com organizações hierárquicas. *A horizontalidade não é má, mas há que reconhecer as suas limitações como princípio de organização*⁴² e recorrer a formas organizacionais verticais que permitam tornar a luta de classes urbana mais eficaz.

5. A AUTENTICIDADE COMO ARMA PARA A LUTA URBANA

Extraír rendimentos pressupõe o monopólio, ao longo do tempo, sobre um determinado bem *em alguns aspectos único e não-reproduzível*.⁴³ Os rendimentos de monopólio podem surgir de duas formas: por um lado, pelo *controlo de um recurso, mercadoria ou localização necessário para uma determinada actividade produtiva cujo produto é a mercadoria comercializável final*, por outro, pela *transacção directa do recurso, mercadoria ou localização*.⁴⁴ Em ambos casos, os rendimentos extraídos podem ser inflacionados pela construção de escassez – que é, segundo Till, um

45 — “There is (...) a certain difficulty of “market formation” here.” *Ibid.* P. 92

46 — Cf. Mandel, Ernest Germain. “The Marxist Theory of Imperialism and its Critics.”

1955. *Marxists Internet Archive*. Disponível online em <https://www.marxists.org/archive/mandel/1955/08/imp-crit.html> [acedido a 10 de Janeiro de 2017, 12h15m]

47 — “... [local] monopoly powers (...) claims to uniqueness and authenticity can best be articulated as distinctive and non-replicable cultural claims.” David Harvey, *op. Cit.* P. 96

48 — “... current interest in local cultural innovation and the resurrection and invention of local traditions (...); “... the most avid globalizers will support local developments that have the potential to yield monopoly rents even if the effect of such support is to produce a local political climate antagonistic to globalization.” *Ibid.* P. 100

49 — “They can be the locus of alternative lifestyles, or even of social philosophies (...).” *Ibid.* P. 111

50 — “The dilemma – between veering so close to pure commercialization as to lose the marks of distinction that underlie monopoly rents, or constructing marks of distinction that are so special as to be very hard to trade upon – is perpetually present.” *Ibid.* P. 108

51 — “... what is at stake here is the power of collective symbolic capital (...).” *Ibid.* P. 103

52 — “It is a matter of determining which segments of the population are to benefit most from the collective symbolic capital to which everyone has, in their own distinctive ways, contributed both now and in the past. Why let the monopoly rent attached to that symbolic capital be captured only by the multinationals, or by a small, powerful segment of the local bourgeoisie?” *Ibid.* Pp. 105-106

53 — “... whose collective memory, whose aesthetics, and whose benefits are to be prioritized.” *Ibid.* P. 106

campo fértil para movimentos de oposição anticapitalista.

Harvey identifica três contradições na extracção destes rendimentos. Uma é a manutenção do equilíbrio entre o carácter transaccionável do produto e a sua unicidade, que pode gerar uma *dificuldade de “formação de mercado”*.⁴⁵ Outra prende-se com a natureza tendencialmente imperialista do capitalismo⁴⁶: a monopolização acaba com o modelo capitalista porque concentra o mercado livre nas mãos de poucos, destruindo a concorrência e monopólios locais (muito por causa da ‘irrelevância do espaço’ provocada pela ‘aniquilação do tempo’). Os monopólios locais são necessários precisamente *porque as suas alegações de autenticidade podem ser articuladas como alegações culturais distintivas e não-reproduzíveis*.⁴⁷ Como consequência, a terceira contradição surge do *interesse actual pela inovação cultural local*, e materializa-se no apoio que *certos globalizadores oferecem ao desenvolvimento local com potencial para gerar rendimentos de monopólio, ainda que isso crie um clima político antagónico à globalização*.⁴⁸

É dentro desta contradição que devemos trabalhar: não desde fora do mercado, tentando derrotá-lo, mas a partir dos seus interstícios. É nestas bolsas de oportunidade de contestação que podem surgir *estilos de vida alternativos, ou mesmo filosofias sociais*⁴⁹, novos modos de produção do quotidiano mais alinhados com a ideia de convivialidade defendida por Illich. Cria-se um dilema entre *uma comercialização tão pura que apaga as marcas de distinção que estão na génese destes monopólios e a construção de marcas de distinção tão exclusivas que acabam por não ser transaccionáveis*.⁵⁰

O património construído e cultural é, pela sua natureza, um dos bens mais ‘distintivos’ e, portanto, mais avidamente capturados para a extracção de rendimentos de monopólio. Mas como *o que está em jogo é o poder do capital colectivo simbólico*⁵¹, a questão central prende-se com quem *deve beneficiar mais desse capital para o qual todos contribuíram, ainda que de formas distintas, tanto hoje como no passado. Porquê permitir que o rendimento extraída desse capital simbólico seja captada apenas pelas multinacionais, ou por um pequeno, poderoso segmento da burguesia local?*⁵²

Importa saber para quem se renovam as cidades, *de quem são as memórias colectivas, a estética, e os benefícios que devem ser priorizados*.⁵³ Resolver este problema implica converter as intervenções de manutenção da ‘autenticidade’ numa arma

54 — “Here lies one of the key spaces for the construction of an alternative kind of globalization and a vibrant anti-commodification politics (...).” *Ibid.* P. 112

55 — “The urban obviously functions, then, as an important site of political action and revolt.” *Ibid.* Pp. 117-118

56 — “So worker-controlled and cooperative enterprises tend at some point to mimic their capitalistic competitors, and the more they do so the less distinctive their practices become (...) [ending] up in a condition of collective self-exploitation that is every bit as repressive as that which capital imposes.” *Ibid.* P. 122

57 — “At this point it becomes irrelevant whether an enterprise is nominally owned by individuals, corporations, or the state, because no form of management can make such fundamental destruction serve a social purpose.” Illich, Ivan. *Tools for Conviviality*. 1973. Glasgow: Fontana/Collins, 1975. P. 11

58 — “The first is that of crushing material impoverishment for much of the world’s population, along with the concomitant frustration of the potential for the full development of human capacities and creative powers.”; “... the imminent dangers of out-of-control environmental degradations and ecological transformations (...). There have to be significant lifestyle changes (...) as well as major shifts in consumerism, productivism, and institutional arrangements.”; “This is the (...) law of endless capital accumulation that has to be challenged and eventually abolished.” David Harvey, *op. Cit.* Pp. 127-128

da luta de classes capaz de promover um *outro tipo de globalização e de políticas de anti-mercantilização*.⁵⁴

A manutenção de monopólios sobre a autenticidade local depende da manutenção dessa mesma autenticidade – e, portanto, dos modos de produção (geralmente anticapitalistas) que a produzem e espacializam. É neste interstício de preservação da quotidianidade que encontramos espaço para luta de classes. As perguntas a fazer são: quem faz a cidade? Para quem se faz a cidade? E ainda, à semelhança de Neil Smith: para quem se recupera a cidade?

6. A REVOLUÇÃO URBANA

O espaço urbano pode ser entendido como um ‘campo de batalha’, um *local de acção política e revolta*⁵⁵, pelo que é essencial alterar a percepção (comum entre a esquerda política tradicional) de que a luta urbana não constitui luta de classes. É importante, ainda, perceber que não basta reorganizar a hierarquia de trabalho; é necessário repensar o modo de produção. Uma cooperativa de trabalhadores que *mimetize as práticas dos seus concorrentes capitalistas acaba por gerar condições de auto-exploração colectiva, que é tão repressiva como a exploração imposta pelo capital*.⁵⁶ A mesma afirmação é feita por Illich, quando diz que *neste ponto torna-se irrelevante se a empresa pertence a indivíduos, corporações, ou ao Estado, porque nenhum modelo de gestão pode fazer com que uma destruição tão fundamental sirva um propósito social*.⁵⁷

Para Harvey, qualquer que seja a resposta que se encontre para a questão do direito à cidade, há sempre que solucionar três problemas: *o empobrecimento geral da população mundial que frustra o potencial para o desenvolvimento humano pleno*, uma vez que representa a diminuição (e até a ausência) dos recursos necessários à acção (definidores da liberdade); *a degradação ambiental e as transformações ecológicas*, que requerem uma nova atitude face ao ambiente ‘natural’, *implicando mudanças significativas nos comportamentos de consumo, de produção e das instituições*; e, por fim, subjacente às anteriores, *o questionamento e eventual abolição da lei da acumulação contínua de capital*.⁵⁸

59 — “... the conventional factory proletariat has been radically diminished.” *Ibid.* P. 130

60 — “... urbanization is itself produced.” *Ibid.* P. 129

61 — “This is (...) a very different kind of proletariat (...) and is very difficult to organize on a workplace basis.” *Ibid.* P. 130

62 — “So we now have a choice: mourn the passing of the possibility of revolution because the proletariat has disappeared, or change our conception of the proletariat to include the hordes of unorganized urbanization producers (...), and explore their distinctive revolutionary capacities and powers.” *Ibid.* P. 130

63 — “[In the living space] distinctions based on gender, race, ethnicity, religion, and culture are frequently more deeply etched into the social fabric, while issues of social reproduction play a more prominent, even dominant role in the shaping of political subjectivities and consciousness.” *Ibid.* P. 133

64 — “But it is also in neighborhood spaces that profound cultural ties (...) can just as often bind as divide, to create the possibility of social and political solidarities (...)” *Ibid.* Pp. 133-134

65 — “... claiming back the right for everyone to live in a decent house in a decent living environment can be seen as the first step towards a more comprehensive revolutionary movement.” *Ibid.* P. 137

66 — Cf. Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional [2005].

Disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf> [acedido a 26 de Junho de 2016, 18h00m]

67 — Antunes, Marisa. “Vem aí a Lei de Bases da Habitação.” *Jornal Expresso*. 29 de Abril de 2017. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-04-29-Vem-ai-a-Lei-de-Bases-da-Habitacao> [acedido a 30 de Abril de 2017, 15h00m]

68 — “... all those whose labors are engaged in producing and reproducing the city have a collective right (...) to decide what kind of urbanism is to be produced where, and how. Alternative democratic vehicles (...) need to be constructed (...)” David Harvey, *op. Cit.* P. 137

Numa altura em que o proletariado (tal como o define a terminologia marxista ‘tradicional’) *foi radicalmente diminuído* ⁵⁹, é de especial importância reconhecer na população que produz a cidade um novo proletariado – sobretudo porque, tal como afirma Lefebvre, *a urbanização também é produzida*. ⁶⁰ Este proletariado – a que Harvey chama precariado, devido à precaridade das suas relações laborais – *é difícil de organizar com base no local de trabalho*. ⁶¹ Há dois caminhos possíveis: *lamentar a perda da possibilidade de revolução porque o proletariado desapareceu, ou alterar o nosso conceito de proletariado de modo a incluir os produtores urbanos e explorar o seu potencial revolucionário*. ⁶² À semelhança de Smith, Harvey sugere que se alarguem as fronteiras do marxismo, permitindo analisar a luta urbana como (a nova) luta de classes.

Ao proletariado urbano pertence toda a gente envolvida na produção e reprodução da cidade: desde os extractores das matérias-primas usadas na construção até às equipas de manutenção, dos produtores agrícolas aos distribuidores para consumo urbano. A diversidade de ocupações deste novo proletariado urbano torna a sua organização muito mais complexa porque não tem por base o local de trabalho, mas sim o bairro. Por outro lado, no bairro entram em jogo *distinções com base no género, raça, etnicidade, religião e cultura, e as questões de reprodução social têm um papel mais proeminente, dominante até, na formação das subjectividade e consciência políticas*. ⁶³ Mas são precisamente estes aspectos que *possibilitam solidariedades sociais e políticas*. ⁶⁴

Harvey sugere que *o primeiro passo a tomar é reivindicar o direito à habitação digna*. ⁶⁵ Este é consagrado, em Portugal, pelo artigo 65º da Constituição da República Portuguesa como o direito *a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar*. ⁶⁶ Não lhe corresponde, hoje, nenhuma lei geral nem qualquer política definida e unificada a nível nacional. No entanto, foi constituído nos últimos meses um grupo de trabalho para a criação de uma lei de bases. ⁶⁷

O direito à cidade inclui, ainda, *o direito colectivo a decidir o tipo de urbanismo a produzir, e como. Para isso, há que construir veículos democráticos alternativos* ⁶⁸ capazes de estimular e conduzir eficazmente processos participativos de base cidadã, de modo a exercer *o direito a reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista*

69 — “... the right to the city has to be construed (...) as a right to rebuild and re-create the city as a socialist body politic (...) one that eradicates poverty and social inequality, and one that heals the wounds of disastrous environmental degradation.” *Ibid.* P. 138

70 — “... it is possible to build a political city out of the debilitating processes of neoliberal urbanization, and thereby reclaim the city for anti-capitalist struggle.” *Ibid.* P. 150

que erradique a pobreza e a desigualdade social, e que sara as feridas da degradação ambiental. ⁶⁹

A revolução urbana apoiar-se-á, então, em três teses. Primeira: as lutas laborais são mais bem-sucedidas tendo um forte apoio popular ao nível do bairro (sendo necessária uma vontade política comprometida com a criação e manutenção desse apoio). Segunda: é preciso redefinir o conceito de trabalho de modo a incorporar o esforço de produção e reprodução da cidade, bem como alargar a definição de proletariado para que inclua toda a gente envolvida nesses processos. Esta operação permite que a formação de classes deixa de acontecer num lugar de produção isolado dos locais de reprodução social. Terceira: há que garantir às lutas pela recuperação do valor excedente nos espaços de vivência quotidiana o mesmo estatuto concedido a lutas semelhantes nos vários espaços de produção. Só assim será *possível construir uma cidade política a partir dos processos debilitantes da urbanização neoliberal para, desse modo, recuperar a cidade para a luta anticapitalista.* ⁷⁰

IVAN ILLICH

Tools for Conviviality

- 1 — “The first leads to specialization of functions, institutionalization of values and centralization of power and turns people into the accessories of bureaucracies or machines.”; “The second enlarges the range of each person’s competence, control, and initiative, limited only by other individuals’ claims to an equal range of power and freedom.” Illich, Ivan. *Tools for Conviviality*. 1973. Glasgow: Fontana/Collins, 1975. P.12
- 2 — “At first, new knowledge is applied to the solution of a clearly stated problem and scientific measuring sticks are applied to account for the new efficiency.”; “But at a second point, the progress demonstrated in a previous achievement is used as a rationale for the exploitation of society as a whole in the service of a value which is determined and constantly revised by an element of society, by one of its self-certifying professional élites.” *Ibid.* P. 20

1. DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Illich identifica dois modos opostos de utilização das descobertas científicas: *o primeiro conduz à especialização das funções, à institucionalização dos valores e à centralização do poder, transformando as pessoas em acessório de burocracias ou máquinas, minando as texturas das comunidades; o segundo aumenta o alcance da competência, do controlo e da iniciativa de cada um, apenas limitado pelo direito ao mesmo nível de poder e liberdade reivindicado pelos outros*¹, encarando o conhecimento científico e os avanços técnicos e tecnológicos não como a propriedade exclusiva de uma elite especializada, mas como uma ferramenta comum, convivial, que deve estar ao serviço de todos.

A par disto, o autor considera que há dois marcos, dois pontos de viragem, na produção de todo o conhecimento. Numa primeira fase, *o novo conhecimento é aplicado na solução de um problema claramente estipulado e medido de acordo com bitolas científicas que avaliam a sua eficiência*. O segundo momento pauta-se pela utilização do progresso demonstrado como *fundamento para a exploração da sociedade como um todo ao serviço de um valor determinado e constantemente revisto por um elemento da sociedade, por uma das suas elites profissionais auto-certificadas*.²

3 — “While evidence shows that more of the same leads to utter defeat, nothing less than more and more seems worthwhile in a society infected by the growth mania.” *Ibid.* P. 21

4 — “People need new tools to work with rather than tools that ‘work’ for them.” *Ibid.* P. 23

5 — Quinze anos após a publicação de *Tools for Conviviality*, Zygmunt Bauman demonstrou – em *A Liberdade* (1988) – que este fenómeno já é uma realidade.

Ou seja, os resultados positivos do passado são razão suficiente (porque autodeterminada) para a aplicação das mesmas soluções no presente, não havendo necessidade de reformular o problema à luz das novas condições. *Ainda que seja comprovável que mais do mesmo conduza a uma derrota inevitável, apenas mais e mais parece valer a pena numa sociedade infectada pela mania do crescimento.* ³

O que isto representa, para a arquitectura, é a necessidade de rever os processos de produção arquitectónica empregues até agora e que conduziram à reconhecida ‘crise profissional’. A nível urbano, significa alterar os princípios condutores das políticas de urbanização: o mau planeamento não se corrige com mais planeamento mas com novas formas de planear, que devem incluir a discussão aberta e participada por todos os cidadãos, num verdadeiro exercício de democracia política.

O uso de ferramentas industriais promove a homogeneização dos produtos e dos produtores, o que se reflecte também no espaço urbano – por um lado porque os materiais e as formas arquitectónicas e urbanas empregues são idênticos em todo o lado (uniformizando a paisagem construída) e por outro porque neutralizam o carácter único das tradições construtivas e espaciais locais (reduzindo as populações ao mínimo denominador comum).

Actualmente, como analisou Harvey em *Rebel Cities*, há uma tentativa, por parte do capital, de reversão desta homogeneização, de modo a permitir a extracção de rendimentos pela monopolização do património cultural com base na exclusividade e autenticidade (e, mais recentemente, na partilha) – que se manifesta em Portugal sobretudo através da indústria do turismo (capaz de transformar o consumo não-produtivo em produtivo). Esta reversão estimula a diferença e a auto-afirmação das comunidades produtoras da herança cultural, abrindo espaço para a contestação política e social.

São necessárias novas ferramentas que capacitem os seus utilizadores, *com as quais se possa trabalhar em vez de ferramentas que trabalhem por eles* ⁴, sob o risco de nos tornarmos ‘escravos’ das nossas máquinas e reduzidos a consumidores. ⁵

Consumir é uma inevitabilidade, porque há coisas que não podemos fazer ou produzir. Contudo, as pessoas também *necessitam sobretudo da liberdade*

6 — “People need not only to obtain things, they need above all the freedom to make things among which they can live, or give shape to them according to their own tastes (...).” *Ibid.* P. 24

7 — “I choose the term ‘conviviality’ to designate the opposite of industrial productivity. I intend it to mean autonomous and creative intercourse among persons, and the intercourse of persons with their environment (...). I consider conviviality to be individual freedom realized in personal interdependence and, as such, an intrinsic ethical value.” *Ibid.* P. 24

8 — “The increasing demand for products has come to define society’s process.” *Ibid.* P. 25

9 — “... build new homes as fill them with things (...).” Harvey, David. *Rebel Cities*. Londres: Verso Books, 2012. P. 52

10 — “... ensure that controls over the tools of society are established and governed by political process rather than by decisions by experts.” Ivan Illich, *op. Cit.* P. 25

11 — “A convivial society would be the result of social arrangements that guarantee for each member the most ample and free access to the tools of the community and limit this freedom only in favour of another member’s equal freedom.” *Ibid.* P. 25

para criar o seu ambiente, de acordo com os seus desejos. ⁶ A construção desse ambiente, que corresponde aos espaços do quotidiano, da reprodução social, é (como demonstra Lefebvre) um produto social. É preciso, então, um novo sistema de produção dessas ferramentas, que Illich apelida de ‘convivialidade’ e define como *o oposto da produtividade industrial, representando a interação autónoma e criativa entre as pessoas e com o seu ambiente, traduzindo-se numa liberdade individual concretizada na interdependência pessoal, e constituindo, portanto, um valor ético.* ⁷

Illich considera, ainda, que a convivialidade é crucial para garantir a satisfação das necessidades geradas em cada um pela produção industrial – que Bauman interpretou como a necessidade de auto-realização pelo consumo. Por fim, é necessário alterar a visão sobre a ‘convivialidade’ – pela construção de um discurso próprio através da acção directa – que é muitas vezes confundida com pobreza.

2. A ARQUITECTURA COMO UMA FERRAMENTA CONVIVIAL

O aumento da procura por produtos – exposto por Bauman em *A Liberdade* – *definiu o processo da sociedade* ⁸ – que Harvey traduz em *Rebel Cities* como *construir novas casas e enchê-las de coisas.* ⁹ Reverter esta tendência depende da reestruturação dos mecanismos de controlo e decisão sobre as ferramentas e instituições existentes, *garantindo que são estabelecidos e governados por processos políticos democráticos e não tecnocráticos* ¹⁰, com base em novas formas de governo.

Originar-se-ia assim uma *sociedade convivial que seria o resultado das disposições sociais que garantam a cada membro o acesso mais amplo e livre às ferramentas comunitárias e que limitem essa liberdade apenas em favor da liberdade equivalente dos outros.* ¹¹ A sociedade convivial é uma sociedade pós-industrial, e as sociedades pós-industriais não podem forçar nem o trabalho, nem a aprendizagem, nem o consumo.

Tendo assente o conceito de ‘convivialidade’, Illich dá-nos a sua definição de ‘ferramentas’. Para o autor, este termo *inclui não só equipamento simples ou grandes máquinas, mas também instituições de produção de mercadorias tangíveis*

12 — “I use the term ‘tool’ to include not only simple hardware (...) and not just large machines (...); I also include among tools productive institutions (...) that produce tangible commodities (...), and productive systems for intangible commodities (...). [It] allows me to subsume into one category all rationally designed devices, be they artifacts or rules, codes or operators, and to distinguish all these planned and engineered instrumentalities from other things such as basic food or implements, which in a given culture are not deemed to be subject to rationalization.” *Ibid.* P. 34

13 — “Convivial tools are those which give each person who uses them the greatest opportunity to enrich the environment with the fruits of his or her vision.” *Ibid.* P. 34

14 — “Tools foster conviviality to the extent to which they can be easily used, by anybody, as often or as seldom as desired, for the accomplishment of a purpose chosen by the user. The use of such tools by one person does not restrain another from using them equally. They do not require previous certification of the user. Their existence does not impose any obligation to use them.” *Ibid.* P. 35

15 — Bauman, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. 2000. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. P. 28

16 — “The concept of ownership cannot be applied to a tool that cannot be controlled.” Ivan Illich, *op. Cit.* P. 39

17 — “... permitting individuals and transient associations to constantly recreate their mutual relationships and their environment (...).” *Ibid.* P. 47

*e sistemas produtivos de mercadorias intangíveis. Este termo permite-lhe agrupar todos os aparelhos desenhados racionalmente, quer seja artefactos ou regras, códigos ou operadores, distinguindo-os de coisas básicas não sujeitas a serem racionalizados, em cada cultura específica.*¹²

As ferramentas são um elemento chave nas relações sociais, porque é através delas que cada indivíduo se relaciona com a sociedade, seja pela pressão social que estas exercem sobre ele, seja pela realização pessoal que alcança ao usá-las. Deste modo, *ferramentas conviviais são aquelas que dão a cada utilizador a melhor oportunidade de enriquecer o ambiente social com os frutos da sua visão*¹³, e podem ser usadas *por qualquer pessoa, com a frequência desejada, não sendo isso impeditivo de que outros as possam usar também nem requerendo qualquer certificação prévia ao seu uso. A sua existência não obriga à sua utilização.*¹⁴

O objectivo de uma sociedade convivial não é abolir as instituições, pois *a liberdade não pode ser ganha contra a sociedade, até porque a anomia anuncia a pura e simples incapacitação*¹⁵ – mas encontrar o equilíbrio entre as ferramentas que criam a sua própria procura (e que obedecem a planos abstractos para consumidores genéricos) e as ferramentas que alimentam a auto-realização (permitindo que cada um alcance os seus objectivos à sua maneira).

Não basta apenas socializar a gestão das ferramentas por motivos dogmáticos. Isso resultaria inevitavelmente nas formas de auto-exploração denunciadas por Harvey em *Rebel Cities*. É preciso, isso sim, identificar que características fazem com que as ferramentas não possam ou não devam ser propriedade privada uma vez que *o conceito de propriedade não pode ser aplicado a uma ferramenta que não pode ser controlada*¹⁶ de outra forma que não socialmente.

Por permitirem a *constante recriação das relações sociais interpessoais e ambientais*¹⁷, as ferramentas conviviais serão produzidas a partir das ciências naturais e sociais. É nossa opinião que a arquitectura, pela influência que exerce sobre o mundo quotidiano da reprodução social, é uma dessas ferramentas e que os arquitectos, na sua condição de ‘cidadãos-peritos’ (para empregar o termo de Till no texto *The Negotiation of Hope*), devem trabalhar enquanto agentes facilitadores da produção social do espaço. Aliás, a construção civil é uma das áreas produtivas mais fortemente reguladas e proibidoras da auto-

18 — “The setting of abstract impossible goals turns the means by which these are to be achieved into ends.” *Ibid.* P. 54

19 — “Convivial policies would define what people who want to house themselves cannot get, and thereby make sure that all can get access to some minimum of physical space, to water, some basic building elements, some convivial tools (...), and, probably, to some limited credit.” *Ibid.* P. 54

-realização – ou seja, da autoconstrução – que poderia gerar soluções mais eficientes (tanto espacial como economicamente).

A escassez – fundamental para o funcionamento do capitalismo – da habitação é construída de duas formas: pela utilização dos fundos alocados à habitação social na construção dessa habitação sem a participação dos futuros moradores (engrossando os lucros das empresas de construção civil e contribuindo para a estigmatização social anunciada por Bauman em *A Liberdade*); e pelos regulamentos e códigos construtivos, que muitas vezes impedem a edificação de soluções alternativas mais funcionais. Ao mesmo tempo, as estruturas autoproduzidas são mantidas num limbo jurídico e burocrático que permite invisibilizar os seus produtores-moradores. Esta estratégia tem uma função dupla: perpetua condições de precariedade muito proveitosas porque são fonte de mão-de-obra muito barata (e, muitas vezes, ilegal); e fomenta a desunião dentro das classes mais desfavorecidas, impedindo a formação de uma consciência de classe que seria perigosa para os interesses do capitalismo.

De uma maneira geral *estabelecer objectivos abstractos impossíveis transforma os meios para alcançá-los em fins*.¹⁸ Neste caso em particular, dentro do modelo produtivo actual, é impossível conseguir uma melhoria geral das condições de habitação, o que transforma os meios para fazê-lo (a construção de habitação social) no objectivo a atingir. *Políticas conviviais definiriam o que quem quer autoconstruir a sua casa não pode obter, e a partir daí garantiria o acesso geral ao mínimo necessário de espaço físico, a água, a alguns elementos básicos de construção, e a ferramentas conviviais e, provavelmente, a alguma forma de crédito limitado*.¹⁹

Uma dessas ferramentas conviviais disponíveis deve ser a arquitectura, já que, enquanto conhecimento de optimização do espaço (de acordo com os desejos de cada um) e de coordenação do processo construtivo (racionalizando gastos e materiais), garantiria a viabilidade da solução a construir. Para que isto seja possível, os arquitectos devem abandonar o seu imperialismo profissional (que define, autonomamente, as necessidades básicas da população) e aceitar que ‘melhor habitação’ significa coisas diferentes para pessoas diferentes, mas sem cair na tentação de definir padrões de habitabilidade com base em

20 — "... a postindustrial society must be mainly concerned with the development of design criteria for tools rather than as now with the choice of production goals." *Ibid.* P. 57

21 — "... ongoing shift from goods to services in over-all production." *Ibid.* P. 60

22 — "I will identify six ways in which all people of the world are threatened by industrial development after passage through the second watershed (...)." *Ibid.* P. 61

preconceitos étnicos, raciais, religiosos, etc.

Abrir mão do monopólio profissional sobre a produção do espaço implica uma revisão da ideia de autoria (actualmente assente numa visão demiúrgica) e a redefinição do conceito de autoridade (que hoje se confunde com autoritarismo). Fazendo-o, os arquitectos não só encontrariam uma vasta área de trabalho (intrinsecamente político) por explorar, como contribuiriam activamente para a luta de classes que actualmente se trava dentro do espaço urbano, ajudando a criar *uma sociedade pós-industrial preocupada com o desenvolvimento de critérios para o desenho de ferramentas (os meios) e não com objectivos de produção (os fins)*.²⁰

3. SEIS AMEAÇAS

A terciarização da produção, sobretudo no norte ocidental global, reflecte a *mudança da produção de bens para a produção de serviços*²¹ e a passagem das pessoas de produtores para consumidores. Estas alterações estão na base da crítica feita por Bauman em *A Liberdade*, e na redefinição – ensaiada por este sociólogo e aprofundada por Harvey – de proletariado, de modo a incluir os produtores do espaço urbano.

Illich elenca *seis dimensões da ameaça do desenvolvimento industrial após a passagem do segundo marco*²² da produção de conhecimento: (1) a degradação biológica produzida pelo crescimento excessivo; (2) a formação de monopólios radicais de conhecimento; (3) o excesso de ‘programação’ das pessoas, que atrofia a auto-suficiência; (4) a polarização do poder; (5) a obsolescência forçada; e (6) a frustração gerada pela necessidade de satisfazer desejos estimulados pela indústria.

(1). O equilíbrio ambiental é comprometido por três factores: sobrepopulação, riqueza excessiva e tecnologia defeituosa. Qualquer solução que pretenda evitar o aprofundamento da degradação ambiental deverá ser multidisciplinar, promovendo uma acção socialmente integrada e participada. *Reestabelecer o equilíbrio ecológico depende da capacidade da sociedade neutralizar a*

23 — “The re-establishment of an ecological balance depends on the ability of society to counteract the progressive materialization of values (...). The ecological imbalance cannot be re-established unless we recognize again that only persons have ends and that only persons can work toward them.” *Ibid.* P. 65

24 — “In a market economy, (...) resistance to consumption (...) becomes an act of public immorality.” *Ibid.* P. 71

25 — “The first is a result of the creative action of people on their environments [and] is derived from the primary involvement of people with each other and from their use of convivial tools (...).”; “... the second represents the result of man’s trivialization by his manufactured milieu [and] accrues to them as a result of purposeful and programmed training to which they are subjected.” *Ibid.* Pp. 71-72

26 — Cf. Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. 1974. Oxford: Blackwell, 1991. P. 10

27 — “... the educational diseconomies produced by architects.” Ivan Illich, *op. Cit.* P. 77

progressiva materialização de valores, reconhecendo que só as pessoas têm objectivos que querem alcançar. ²³ São as ferramentas que servem as pessoas, e não o contrário. Tem de haver uma repolitização do indivíduo, capaz de mudar as instituições de baixo para cima;

(2). Os monopólios radicais acontecem sempre que há uma imposição de consumo de um produto fornecido por uma instituição específica, restringindo a autonomia dos indivíduos e transformando o valor de uso (não comercializável) de certas actividades básicas em valor de troca (comercializável). Os monopólios radicais atrofiam a acção independente.

O exemplo da construção da habitação é muito claro. Construir a própria casa é uma capacidade inerente às pessoas. No entanto, a regulamentação excessiva ilegaliza a autoconstrução, fomentando a ideia de que apenas os arquitectos fazem arquitectura. É necessário alterar essa visão, passando os arquitectos a ser encarados como alguém que ajuda a fazer arquitectura mas que não detém a exclusividade sobre o uso desse conhecimento. Esta atitude combateria a escassez de competência assim criada, que torna as pessoas dependentes (em vez de interdependentes) e que as classifica de acordo com o seu nível de consumo. Quem recorre à habitação social é considerado, segundo Bauman, um ‘cidadão falhado’ e irresponsável, uma vez que *não consumir é um acto de imoralidade pública*; ²⁴

(3) Há dois tipos de conhecimento na sociedade. *O primeiro é o resultado da acção criativa das pessoas no seu ambiente e deriva do uso interpessoal de ferramentas conviviais. O segundo é o resultado da trivialização das pessoas pelo seu meio manufacturado, através do treino propositado e programado a que são sujeitas.* ²⁵ Em *The Production of Space*, Lefebvre vinca a distinção entre os dois: o conhecimento através do qual a classe dominante mantém o poder é o que deriva da ‘sabedoria’ científica (*savoir*); já o ‘conhecimento’ quotidiano (*connaissance*) é subversivo porque, sendo interpessoal, não reconhece nenhum poder institucional. ²⁶

É preciso encontrar um equilíbrio entre ambos que os possa alimentar numa lógica de partilha convivial de informações. Illich dá como exemplo as *deseconomias educacionais produzidas pelos arquitectos*. ²⁷ Por um lado, o sistema de produção da habitação social não toma em consideração a possibilidade

28 — “People could build more durable, more comfortable, and more sanitary dwellings, as well as learn about new materials and systems.” *Ibid.* P. 77

29 — “... defines the professionally built house as the functional unit, and stamps the self-built home a shanty.” *Ibid.* P. 77

30 — “Unchecked industrialization modernizes poverty. Poverty levels rise and the gap between rich and poor widens.”; “Whereas rising poverty levels are due to the structure of industrial outputs, the gaping power lag is due to the structure of inputs.” *Ibid.* Pp. 83-84

31 — “Hunger and impotence lead the poor to demand rapid industrialization, and the defence of growing luxuries pushes the rich into more frantic production.” *Ibid.* P. 82

32 — “The concentration of privileges on a few is in the nature of industrial dominance.” *Ibid.* P. 84

33 — “... the job has become more important than the home.” *Ibid.* P. 84

34 — “If one day [minorities] were to seek equal work rather than equal pay – equal inputs rather than equal outputs – they could be the pivot of social reconstruction.” *Ibid.* P. 87

35 — “... what is new as an important privilege.” *Ibid.* P. 89

da autoconstrução como meio para conseguir *habitações mais duráveis, mais confortáveis e mais higiénicas, bem como para difundir conhecimento sobre novos materiais e sistemas.* ²⁸ Por outro, os métodos de ‘regularização’ dos assentamentos informais passam, geralmente, pela introdução de elementos estranhos ao local *que definem a casa profissionalmente construída como a unidade funcional e a casa autoconstruída como uma barraca.* ²⁹

Não se pode, no entanto, cair no erro de advogar o fim das proibições ou dos processos ‘formais’, sob o risco de perda de eficiência construtiva e económica. Deve-se, isso sim, mudar a política de acesso à arquitectura e, conseqüentemente, à habitação, ao mesmo tempo que se integram algumas soluções ‘informais’ no leque das opções institucionalmente válidas;

(4) Com a promoção dos produtos industriais a necessidades básicas cresce a pressão para consumir, *o que por um lado moderniza a pobreza e por outro aumenta os níveis de pobreza e alarga o fosso entre ricos e pobres. Os níveis de pobreza sobem devido à estrutura de outputs industriais (produtos) e o fosso de poder cresce devido à estrutura de inputs* ³⁰ (recursos: mão-de-obra e matérias-primas). Este é um círculo vicioso, uma vez que *a fome e a impotência conduzem os pobres a exigir uma industrialização rápida e a defesa do crescimento leva os ricos a uma produção mais frenética.* ³¹

O poder polariza-se, ficando concentrado quase exclusivamente nas mãos de muito poucos, pois é essa *a natureza do domínio industrial.* ³² Numa sociedade na qual *o trabalho se tornou mais importante do que o lar* ³³ como meio para obter os recursos – dinheiro – necessários para a socialização eficaz – consumo – há que alterar os objectivos da luta de classes de modo a garantir a sua eficácia e a evitar o despotismo estrutural. *Quando as minorias começarem a exigir trabalho igual em vez de remuneração igual – inputs iguais em vez de outputs iguais – poderão ser a charneira da reconstrução social;* ³⁴

(5) A obsolescência dos produtos é uma construção que garante a expansão do consumo e que depende da publicitação *do que é novo como um privilégio importante* ³⁵, uma estratégia que se alimenta directamente da necessidade de socialização pelo consumo de símbolos. Ora, se o novo é sempre melhor, e se há novos modelos (de tudo) a serem constantemente

36 — “The ‘better’ replaces the ‘good’ as the fundamental normative concept.” *Ibid.* P. 90

37 — “At this point the balance among stability, change, and tradition has been upset (...). Judgement on precedents has lost its value.” *Ibid.* P. 90

38 — “Exclusion of the malignant tool and control of the expedient tool are the two major priorities for politics today.”; “... the idolatry of science, the corruption of ordinary language, and loss of respect for the formal process by which social decisions are made.” *Ibid.* P. 100

produzidos, então o que possuímos actualmente, ainda que seja bom, não é o melhor possível.

Esta lógica renova a pobreza, porque *o ‘melhor’ substitui o ‘bom’ como conceito normativo fundamental*³⁶, e cria uma inconsolável ânsia pelo progresso, condutora à exasperação, à adicção e à intolerância relativa à mudança (apesar de a sabedoria popular ensinar que ‘o óptimo é inimigo do bom’). *Deixa de existir o equilíbrio entre estabilidade, mudança e tradição, perdendo-se o valor dos juízos com base em antecedentes*³⁷ e perdem-se as ligações a um passado normativo. A continuidade é uma necessidade humana, e é esta necessidade que deve impor limites à mudança contínua das ferramentas;

(6) A frustração criada pelo actual modo de produção só pode ser travada tendo por base a vontade de construir uma sociedade anticapitalista assente na ideia de convivialidade. Há que procurar detectar quais as características das ferramentas que, pelo seu uso, promovem a exploração dos indivíduos (de forma a poder evitá-las). De igual modo, há que procurar e fomentar o uso de ferramentas que maximizem a liberdade de todos, dentro de um quadro de sustentabilidade responsável (tal como revista por Till em *Scarcity contra Austerity*, implicando uma mudança de paradigma desde ‘fazer o mesmo com menos’ para ‘fazer melhor’). Este é um trabalho político a ser realizado por todos, em conjunto.

4. CONFLITOS: ESPAÇO E LINGUAGEM

O crescimento das ferramentas tem dois momentos – correspondentes aos dois marcos da produção de conhecimento. Primeiramente, aumentam as capacidades humanas, sendo que as pessoas mantêm a autoridade e assumem a responsabilidade do uso das ferramentas. De seguida, a máquina substitui as funções e domina as relações humanas. *Excluir as ferramentas nocivas e controlar as pertinentes são as principais prioridades políticas actuais*, e enfrentam três obstáculos: *a idolatria da ciência, a corrupção da linguagem comum e a perda de respeito pelo processo formal de tomada de decisões.*³⁸

39 — “The institutionalization of knowledge (...) makes people dependent on having their knowledge produced for them.” *Ibid.* P. 100

40 — “‘Housing’ designates a commodity rather than an activity.” *Ibid.* P. 104

41 — “This shift from verb to noun reflects a transformation in the idea of ownership.” *Ibid.* P. 105

42 — “... progressive loss of confidence in political and legal processes (...)” *Ibid.* P. 107

43 — “Almost overnight people will lose confidence not only in the major institutions but also in the miracle of prescriptions of the would-be crisis managers.” *Ibid.* P. 118

44 — “The same general crisis that could easily lead to one-man rule, expert government, and ideological orthodoxy is also the great opportunity to reconstruct a political process in which all participate.” *Ibid.* P. 124

A expansão e manutenção do poder, por parte das instituições, através da produção de conhecimento *torna as pessoas dependentes dessa produção* ³⁹, atrofiando a imaginação e a experimentação próprias e promovendo a superioridade da sabedoria científica (*savoir*) sobre o conhecimento popular (*connaissance*). A dependência do conhecimento científico estimula o atavismo e a desconfiança (tanto nas decisões pessoais como nas experiências partilhadas socialmente), eliminando a possibilidade do debate político.

Nas sociedades industriais, os verbos – acções – foram substituídos por substantivos – coisas –, reflectindo a substituição da produção pelo consumo. ⁴⁰ Esta mudança *reflecte a transformação na ideia de propriedade* ⁴¹: é meu o que é feito PARA mim, e não POR mim. A industrialização humana pode ser revertida se o espaço, enquanto materialização dos conflitos, e a linguagem, como relato dos conflitos, readquirirem o seu carácter convivial.

Há uma subserviência dos processos de tomada de decisões perante a ideologia de expansão da produção, numa lógica de protecção, a qualquer custo, do crescimento. O sistema legal comporta-se, e é visto como, uma ferramenta ao serviço de um Estado industrializador e da centralização do poder, dando azo a uma *perda progressiva da confiança nos procedimentos legais e políticos*. ⁴²

As maiorias políticas não representam mais do que um vasto número de pessoas organizadas em torno, não de uma ideologia partilhada, mas de um interesse comum, numa espécie de homogeneização política. Por acreditar que o crescimento infinito é impossível, Illich afirma que, no momento de colapso, as pessoas perderão a confiança não só nas instituições mas também nas prescrições dos gestores da crise ⁴³, criando-se um clima de crise política que tanto poderá ser uma porta para a reconstrução social como pode gerar movimentos ideológicos exploradores do medo, *ditadores, governos tecnocráticos e ortodoxia ideológica*. ⁴⁴

O actual crescimento, em percentagem de votos, na Europa, das estruturas políticas de extrema-direita é uma manifestação disso mesmo. Os movimentos sociais contestatários devem aproveitar este enfraquecimento das estruturas do poder para fazerem ouvir as suas reivindicações. Estas

devem ser claramente formuladas em linguagem comum e socialmente estruturadas em procedimentos conviviais antiburocráticos, de modo a evitar a institucionalização da revolução, garantindo-lhe, desse modo, actualidade, pertinência e, por isso mesmo, relevância e força.

Convém, então, não confundir a legislação enquanto produto (conjunto de leis) com a legislação enquanto acção (o procedimento político que produz as leis). Tal como a linguagem, os processos formais são inerentemente conviviais e oferecem a possibilidade de exposição dos conflitos perante a sociedade. Não será a partir das organizações profissionais (como a Ordem dos Arquitectos) que se recuperarão estes procedimentos para a esfera convival, pelo menos enquanto estas estruturas estiverem organicamente comprometidas com a formação de monopólios radicais do conhecimento.

Por enquanto, essa recuperação terá de ser iniciada por profissionais actuando (enquanto cidadãos) a partir das oportunidades intersticiais ‘gramscianas’, usando a linguagem (como sugere Till em *The Negotiation of Hope*) como uma ferramenta de desenho espacial: a ‘narração urbana’ como o meio de comunicação para conduzir processos participados e colectivos de construção do espaço.

HENRI LEFEBVRE

The Production of Space

1 — “The connection between knowledge (*savoir*) and power is thus made manifest, although this in no way interdicts a critical and subversive form of knowledge (*connaissance*); on the contrary, it points up the antagonism between a knowledge which serves power and a form of knowing which refuses to acknowledge power.” Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. 1974. Oxford, UK: Blackwell, 1991. P. 10

1. A FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL

O discurso científico, pela distância que cria relativamente ao objecto de estudo, elimina o ‘sujeito colectivo’ que dá origem a esse objecto, substituindo-o por um pronome impessoal e abstracto. O discurso sobre um objecto de estudo que foi desligado dos seus produtores permite substituir o termo definido (arquitecto; pessoas; cidadãos) por um difuso (arquitectura; povo; sociedade), disfarçando de absoluto tudo o que é relativo. Remove-se todo o espaço de análise do que é específico ou particular, do que foge à norma imposta pela cultura da classe dominante – que define, de resto, a cultura de toda a sociedade.

Estes casos são tratados como marginais e excepcionais – e devem, portanto, ser normalizados (reprimidos) através de processos de homogeneização que são sempre violentos e redutores. *Manifesta-se assim a ligação entre sabedoria (savoir) e poder, o que de modo algum interdita uma forma crítica e subversiva de conhecimento (connaissance); pelo contrário, assinala o antagonismo entre um conhecimento que serve o poder e uma forma de saber que recusa reconhecer o poder.*¹

À relação (já estabelecida por Foucault) entre saber e poder, Lefebvre

- 2 — “The violence of power is answered by the violence of subversion. (...). State-imposed normality makes permanent transgression inevitable.” *Ibid.* P. 23
- 3 — “It is not an easy task to get rid of the class struggle (...).” *Ibid.* P. 23
- 4 — “Under this mode of production, intellectual labour, like material labour, is subject to endless division.” *Ibid.* P. 8
- 5 — Ferro, Sérgio. “O Canteiro e o Desenho”. 1976. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: CosacNaify, 2006. P. 123
- 6 — “Space considered in isolation is an empty abstraction (...).” Henri Lefebvre, *op. Cit.* P. 12
- 7 — “... an already produced space can be decoded, can be *read* [and] interested ‘subjects’, as members of a particular society, [may accede] by this means at once to *their* space and to their status as ‘subjects’ acting within that space and (...) comprehending it.” *Ibid.* P. 17
- 8 — “Critical theory (...) has had its day.” *Ibid.* P. 25
- 9 — “... what is needed is not a replacement for the dominant tendency (...), but instead a reversal of that tendency [consisting] in a movement from *products* (...) to *production*.” *Ibid.* P. 26

contrapõe o potencial subversivo do conhecimento quotidiano – uma oposição violenta cujo estado de *transgressão permanente é inevitável*.² Esta luta cultural e social é política e, como tal, urbana (porque se manifesta e materializa na polis) – pelo que é também, como demonstra Harvey, uma luta de classes. Lefebvre reconhece que *não é tarefa fácil eliminar a luta de classes*³, mas Bauman aponta o caminho que tem sido seguido pelo poder: se não se pode eliminar a luta, eliminam-se as classes, pela equalização de toda a sociedade como ‘consumidores’.

O modelo de produção capitalista, assente na racionalização e na compartimentalização das operações, é válido tanto para a produção de objectos como para a produção de espaço (que também é considerado uma mercadoria). Há uma hierarquia de dimensões na análise do espaço (geografia, economia, demografia, ...) que se traduz em hierarquias de escalas de intervenção (global, nacional, regional, local) e noutra de escalas de representação (cidade, edifício, detalhe). Também as áreas de actuação são compartimentadas (arquitectura de interiores, arquitectura, urbanismo).

Ou seja, *sob este modo de produção, o trabalho intelectual, tal como o trabalho material, é sujeito a uma divisão infinita*⁴ – ou, nas palavras de Sérgio Ferro: *separar para reinar faz da separação a essência do reino*.⁵ O especialista assim definido comporta-se, tal como alertou Ortega y Gasset, como um ‘sábio ignorante’ que despreza tudo quanto não caiba dentro da sua área de estudo. Urge reclamar para a arquitectura o trabalho político capaz de reunir e coordenar as várias áreas do saber e da prática espacial, pois o *espaço considerado isoladamente é uma abstracção vazia*.⁶ Por outro lado, *um espaço já produzido pode ser descodificado e lido, permitindo que os membros da sociedade que o produziu se situem e ajam dentro dele*.⁷ Os códigos espaciais (os significados do espaço) não são estruturas formais mas dialécticas, exigindo um constante exercício político de leitura, descodificação e re-significação – interpretação e compreensão.

Lefebvre faz uma chamada à acção ao afirmar que *a teoria crítica está ultrapassada*.⁸ O que há a fazer, diz-nos o autor, *não é substituir a tendência dominante mas revertê-la, o que se faz passando dos produtos para a produção*⁹ – do objecto para os processos que lhe dão origem (ou, como lhe chama Till,

- 10 — “(Social) space is a (social) product.” *Ibid.* P. 26
- 11 — “... natural space is disappearing” *Ibid.* P. 30
- 12 — “... every society – and hence every mode of production (...) – produces a space, its own space.” *Ibid.* P. 31
- 13 — “... (1) *biological reproduction* (the family); (2) the *reproduction of labour power* (the working class *per se*); and (3) the *reproduction of the social relations of production* – that is, of those relations which are constitutive of capitalism (...).” *Ibid.* P. 32
- 14 — “A conceptual triad has now emerged (...).
1. *Spatial practice*, which embraces production and reproduction, and the particular locations (...). [It] ensures continuity and some degree of cohesion. (...).” *Ibid.* P. 33
- 15 — “Like all social practice, spatial practice is lived directly before it is conceptualized (...).” *Ibid.* P. 34
- 16 — “... social practice presupposes the use of the body (...).” *Ibid.* P. 40
- 17 — “2. *Representations of space*, which are tied to the relations of production and to the ‘order’ which those relations impose (...).” *Ibid.* P. 33
- 18 — “... identify what is lived and what is perceived with what is conceived.” *Ibid.* P. 38
- 19 — “3. *Representational spaces*, embodying complex symbolisms (...) linked to the clandestine or underground side of social life (...).” *Ibid.* P. 33
- 20 — “... the space of ‘inhabitants’ and ‘users’ (...).” *Ibid.* P. 39

‘pensar para lá do objecto’). *O espaço (social) é um produto (social)*¹⁰ e, como todos os produtos, é mercantilizável, real, concreto e está sujeito aos modos de produção específicos da sociedade que lhe dá origem. Daqui extraem-se duas conclusões: que *o espaço natural está a desaparecer*¹¹, sendo visto apenas como pano de fundo e fonte de matérias-primas; e que *cada sociedade – e portanto cada modo de produção – produz um espaço que lhe é próprio*¹², no qual se desenrolam as funções humanas básicas (as relações de reprodução social e de produção).

Nas sociedades pré-capitalistas (como a Europa medieval), ambas funções coexistiam no mesmo espaço (a casa-oficina). O capitalismo, sobretudo na sua versão neoliberal, separou estas funções em três: (1) reprodução biológica (*a família*); (2) reprodução da força de trabalho (*a classe trabalhadora* per se); e (3) a reprodução das relações sociais de produção – *ou seja, aquelas que constituem o capitalismo*¹³. Surge, assim, uma *tríade conceptual*:

(1). Prática espacial, *que inclui a produção e a reprodução, bem como os seus locais específicos e assegura a continuidade e coesão*¹⁴. É o processo de produção do espaço e, *como todas as práticas sociais, é vivida directamente antes de ser conceptualizada*¹⁵. A prática espacial produz o espaço ao mesmo tempo que se apropria dele. Sob o capitalismo neoliberal actual faz coincidir o quotidiano com o urbano e, uma vez que *pressupõe o uso do corpo*¹⁶, torna evidente a máxima feminista: ‘o pessoal é político’;

(2). Representações do espaço, *ligadas às relações de produção e à ordem que estas impõem*¹⁷. *Identifica o vivido e o percebido com o concebido*.¹⁸ Os edifícios empresariais e monumentos, enquanto representações do poder empresarial e institucional, são exemplos destas representações do espaço. Quando conformam espaço público tornam-se, frequentemente, nos espaços públicos-mas-não-civis analisados por Bauman. É, portanto, o espaço dominante;

(3). Espaços representacionais, *que incorporam simbolismos complexos ligados aos aspectos clandestinos da vida social*¹⁹ (símbolos sexuais, por exemplo). São espaços directamente vividos por ‘habitantes’ e ‘utilizadores’.²⁰ É o espaço dominado.

Dissociando os processos de reprodução dos processos de produção, o espaço divide-se em dois: o espaço das relações de reprodução social,

21 — “... ideology only achieves consistency by intervening in social space and in its production, and by thus taking body therein.” *Ibid.* P. 44

22 — Cf. Bauman, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. 2000. Rio de Janeiro: Zahar. 2001

23 — “Only the class struggle has the capacity (...) to generate differences which are not intrinsic to economic growth *qua* strategy (...) – that is to say, differences which are neither induced by nor acceptable to that growth.” Henri Lefebvre, *op. Cit.* P. 55

24 — “When the forces of production make a leap forward, but the capitalist relations of production remain intact, the production of space itself replaces – or, rather, is superimposed upon – the production of things in space.” *Ibid.* P. 62

25 — “... clear opposition to the homogenizing efforts of the state, of political power, of the world market, and of the commodity world (...). It implies the mobilization of differences in a single movement (...).” *Ibid.* P. 64

concreto (o espaço da casa, da vizinhança, da socialização quotidiana); e o espaço das relações de produção, abstracto (o espaço de acumulação capitalista, altamente regulamentado, consequência directa das tendências higienistas do modernismo. É ao dar forma a estes espaços que a arquitectura se torna uma ferramenta política, porque *a ideologia só se torna consistente quando intervém no espaço social e na sua produção.* ²¹

O espaço abstracto capitalista é extraterritorial e virtual, e promove a irrelevância do espaço físico pela aniquilação do tempo. ²² Reverter esta tendência através de novos modos de produção espacial que alterem (ou afectem) todos os aspectos da vida social quotidiana é uma tarefa verdadeiramente revolucionária. O único entrave à absolutização do espaço abstracto é a luta de classes que, por representar a inscrição do corpo no espaço, *tem a capacidade de gerar diferenças que não são intrínsecas ao crescimento económico enquanto estratégia (ou seja, diferenças que não são nem induzidas nem aceites por esse crescimento).* ²³ A luta de classes é hoje, tal como evidencia Harvey, uma luta urbana.

Uma das condições do capitalismo é a natureza sistémica das suas crises. Porém, *quando as forças de produção dão um passo em frente, mas as relações de produção capitalista se mantêm intactas, a produção do espaço em si substitui a – ou, antes, é sobreposta à – produção de coisas no espaço.* ²⁴ Smith aprofunda esta análise, concluindo que, actualmente, o espaço assim produzido é motor da gentrificação, ganhando ainda mais relevância a dimensão urbana da luta de classes.

É ao nível urbano que se pode montar a *oposição clara aos esforços homogeneizantes do Estado, do poder político, do mercado mundial, e do mundo das mercadorias, o que implica a mobilização das diferenças num movimento único.* ²⁵ A construção deste novo espaço torna necessário um novo código espacial, capaz de pôr em evidência as contradições existentes dentro da sociedade construtora. É por isso essencial que seja realizado a partir da prática e da experiência quotidianas, num processo participado e essencialmente político.

26 — “Is this city a *work* or a *product*?” *Ibid.* P. 73

27 — “[Space] is at once a precondition and a result of social superstructures. (...). [It is] a social relationship (...) which is inherent to property relations (especially the ownership of the earth, of land) and also closely bound up with the forces of production (which impose a form on that earth or land) (...).” *Ibid.* P. 85

28 — “... hypercomplexity of social space (...).” *Ibid.* P. 88

29 — “... an approach which would analyse not things in space but space itself, with a view to uncovering social relationships embedded in it.” *Ibid.* P. 89

30 — “Perhaps [the difficulty in grasping space] explains why there is no architectural criticism or urbanistic criticism on par with the criticism of art, literature, music or theatre. There would certainly be a need for such criticism: its ‘object’ is at least as important and interesting as the aesthetic objects of everyday consumption.” *Ibid.* P. 92

2. UTOPIA E IDEOLOGIA

A natureza não produz, cria. A Humanidade, por outro lado, cria obras e produz coisas. A produção é intrinsecamente racional porque se caracteriza pela sequenciação de acções com um objectivo determinado. A relação entre estas acções é determinada a nível intelectual e concretizada fisicamente. Daqui se conclui que a arquitectura é também produção, porque relaciona o projecto (intelectual) com a construção (física). Contudo, as cidades são produtos sociais e não autorais, levantando-se a questão: *a cidade é obra ou produto?*²⁶ Para Lefebvre, não faz sentido tentar separar os dois termos, uma vez que estão unidos por uma relação dialéctica que deve ser explorada. O espaço social não é definível enquanto obra ou produto, mas sim enquanto campo de relações entre os objectos (naturais ou sociais) que contém.

O espaço entendido como produto é sujeito ao mesmo fetichismo que as restantes mercadorias, pela abstracção do valor de uso transformado em valor de troca. Esta abstracção (do subjectivo para o objectivo) tende a criar absolutos, tornando possível a mercantilização do espaço. Porém, como já vimos, o espaço não é absoluto mas relativo, *simultaneamente pré-condição para e resultado de superestruturas sociais, uma relação social inerente às relações de propriedade (sobretudo de solo) e às forças de produção (que impõem uma forma ao solo)*.²⁷ O espaço é, ao mesmo tempo, produto e meio de produção.

Há vários espaços sociais, a várias escalas, e nenhum tem limites definidos nem são mutuamente excludentes, interpenetrando-se, impondo-se e interferindo uns com os outros. Consequentemente, os lugares dos vários espaços sociais também podem ser intercalados, combinados, sobrepostos, contribuindo assim para a *hipercomplexidade do espaço social*.²⁸ É necessária uma nova *abordagem que analise não as coisas no espaço mas o espaço em si, com vista a descobrir as relações sociais que lhe são intrínsecas*.²⁹ Lefebvre sugere esta complexidade como a razão para a inexistência de uma crítica arquitectónica ou urbanística semelhante à crítica das artes, ainda que *o 'objecto' dessa crítica seja pelo menos tão importante e interessante quanto os objectos estéticos de consumo diário*.³⁰

Tafuri alerta-nos para o mau desempenho dos arquitectos enquanto

31 — Tafuri, Manfredo. "Operative Criticism". *Theories and History of Architecture*. 1968. Nova Iorque: Harper & Row Publishers, 1980. Pp. 141-170

32 — "... capable of accepting doubt as the premise for the full acceptance of existence as a whole, as explosive, revolutionary vitality, prepared for permanent change and the unpredictable." Tafuri, Manfredo. "The Dialectic of the Avant-Garde". *Architecture and Utopia: Design and Capitalist Development*. 1973. Cambridge MA: The MIT Press, 1976. P. 56

33 — "Space is social morphology (...)." Henri Lefebvre, *op. Cit.* P. 94

críticos ³¹, já que incorrem quase sempre numa crítica operativa. A crítica operativa é a análise da arquitectura que tem como objectivo o planeamento de uma tendência poética (criadora) precisa, avaliada pelos resultados obtidos e orientada pelo pragmatismo e pelo instrumentalismo. É feita a partir de uma visão distorcida e subjectiva da história, para o projecto de um futuro específico e antecipado, sobrepondo ‘o que é’ e ‘o que devia ser’, com base num sistema de valores pessoal.

O principal erro da crítica operativa é a sua constituição como um código prescritivo universal, quando na verdade os preceitos que derivam dessa operação não podem ser validados objectivamente. Para Tafuri, a análise racional (do crítico) e a actividade prática (do arquitecto) – reflexão e operação – devem ser momentos separados e não simultâneos. A crítica operativa é profundamente ideológica porque é sempre *acção* identificada com *pensamento*, actualizando (e instrumentalizando) a História com base na ideologia pessoal do autor/actor.

A crítica de arquitectura deve aceitar, por um lado, o compromisso com a contingência quotidiana (ou seja, o seu objecto e os seus objectivos estão em constante transformação), e por outro, a variação de escalas do campo crítico (desde o objecto arquitectónico até ao seu contexto global) – uma abordagem que entende a *capacidade de aceitar a dúvida como premissa para a aceitação plena da existência como um todo, como vitalidade revolucionária explosiva, preparada para a mudança permanente e para o imprevisível*. ³²

A chave para evitar o erro fundamental da crítica operativa é reconhecer a sua não-universalidade: o discurso construído a partir dela deve expressar preocupações poéticas pessoais e não pretender assumir uma forma objectiva e científica que não lhe é própria.

A crítica operativa – enquanto leitura do passado através de uma esperança determinada para o futuro – deve ser encarada enquanto um projecto (neste caso, de arquitectura). Qualquer análise crítica do espaço deve considerá-lo, fundamentalmente, como *morfologia social* ³³ (concreto e relativo), e não como um contentor neutro (abstracto e absoluto). Surgem dois campos distintos: o trabalho puramente intelectual – utópico – e o trabalho intelectual

34 — Argan, Giulio Carlo. “Projecto e Destino”. 1964. *Projeto e Destino*. São Paulo: Ática, 2001. P.9

35 — Argan onsidera a história como o relato da fase da humanidade que usa a experiência do passado para construir um projecto para o futuro, com consciência e intencionalidade.

36 — *Ibid.* P. 20

37 — *Ibid.* P. 42

38 — *Ibid.* P. 43

39 — O desenho pode assumir muitas formas e tendências, mas “... a constante única é ser desenho para a produção.” Sérgio Ferro, *op. Cit.* P. 109

como consciência crítica – ideológico –, sendo importante, então, distinguir utopia de ideologia.

Argan define a utopia como *o simulacro de uma sociedade impossível*³⁴, uma recusa acrítica da realidade baseada numa insatisfação inoperante. A utopia propõe visões alternativas da sociedade, mas não adianta nenhum processo para alcançá-la; pretende prefigurar o futuro, mas não configura o compromisso, sendo por isso reaccionária e não revolucionária.

O desafio actual é o reconhecimento da, e acção sobre, a contingência quotidiana que torna o projectar – enquanto continuação do processo histórico³⁵ – *ainda mais difícil, porque um número demasiado de dados permanece incógnito*.³⁶ Todavia, é precisamente essa condição contingente (enquanto a unidade do que é e do que poderia ser) que torna urgente a necessidade de projectar o futuro em conjunto.

A utopia anterior à revolução industrial era um projecto que não fazia coisas, mas a utopia tecnológica produz *coisas feitas sem projecto: ordem sem realidade, realidade sem ordem*.³⁷ Reconhecer linhas ideológicas (e, portanto, políticas) para o desenvolvimento da prática é projectar a produção das coisas. Porém, a sociedade despolitizou-se: *o operador industrial não faz política porque tem o alibi da técnica, o oposto da ideologia; o consumidor não faz política porque a pleora de informações paralisa a capacidade de escolha ideológica*.³⁸

O mesmo desaparecimento da política faz-se sentir na arquitectura, que se encontra dividida em três áreas: o planeamento urbanístico (*utilitas* – função: cai, quase sempre, na tentação ordenadora, sobrepondo abstracções a realidades concretas, como a Carta de Atenas, os regulamentos construtivos ou os zoneamentos do território); o instrumentalismo técnico (*firmitas* – estrutura: instrumentalizar a arquitectura significa retirar o conhecimento e o poder ao arquitecto, o que resulta no desempoderamento tanto do arquitecto quanto da comunidade com a qual trabalha); e a pesquisa estilística ou formalista (*venustas* – forma: conduz à confusão entre ética e estética). Dedicando-se a estas três questões, a arquitectura desfaz-se do seu potencial de protesto, limitando-se a produzir coisas sem outro projecto que não seja o desenho industrial.³⁹

40 — Giulio Carlo Argan, *op. Cit.* P. 49

41 — *Ibid.* P. 50

42 — *Ibid.* P. 50

43 — *Ibid.* P. 52

44 — *Ibid.* P. 58

45 — A colectividade é aqui entendida enquanto o conjunto dos indivíduos, plural e heterogéneo, reconhecendo a cada um as suas qualidades; por oposição ao colectivo, que é uma massa de indivíduos, singular e homogéneo e puramente quantitativo.

46 — *Ibid.* P. 53. Estas ‘forças externas’ são que estão mais próximas das fontes de incerteza que, segundo Bauman, garantem ao poder a sua qualidade opressiva.

47 — *Ibid.* P. 53

48 — *Ibid.* P. 53

49 — *Ibid.* P. 53

50 — *Ibid.* P. 53

A arquitectura feita urbanismo – entendido enquanto ‘fazer cidade’, em todas as suas dimensões – é traduzível num plano, que é o objecto do juízo da avaliação crítica da arquitectura. Este não pode ser julgado como prefiguração da realidade por dois motivos: porque *poderá não ser e, se for, será seguramente diferente do plano* ⁴⁰; e porque assim julgaríamos uma possibilidade de algo ainda inexistente (a obra). O plano só pode ser julgado pela sua actualidade: não enquanto *projecto de uma acção futura, mas um agir no presente segundo um projecto*. ⁴¹ Como informador da acção presente, o plano *reforma a metodologia do projectar* ⁴²: a estruturação da sociedade como resposta à virtualidade (contingência) do presente.

Dar resposta à contingência significa aceitá-la, rejeitando a sua diminuição ao mínimo denominador comum de uma política de consensos redutora. O plano representa um entendimento eidético da sociedade enquanto contingência e fonte de contradições, tendo por base uma intencionalidade *ética material e não formal, fundada na escolha crítica dos valores na esfera da experiência*. ⁴³ Como intencionalidade, o plano deve ser julgado pela metodologia que propõe, pela direcção tensa que escolhe para a resolução dos problemas que o *confronto diário com a eventualidade e o acaso* ⁴⁴ levanta.

A revolução industrial substituiu a qualidade pela quantidade na escala de valores humanos, pelo que deixou de fazer sentido pensar o indivíduo, sendo necessário pensar a colectividade. ⁴⁵ *Há notoriamente forças externas (para citar uma: a especulação imobiliária) que tentam desviar o plano, dirigindo a um interesse particular um trabalho que deveria ser feito para a colectividade*. ⁴⁶ Assim, *não se projecta nunca para mas sempre contra alguém ou alguma coisa* ⁴⁷ (o que também implica ‘projectar com’). Neste caso, há que fazê-lo contra as ‘forças externas’, pelo que a metodologia se configura *como comportamento de luta* ⁴⁸ – e esta luta é, como explica Harvey, uma luta de classes urbana. Projecta-se, ainda, contra o passado, evitando repetir erros e usando-o como *impulso e não peso, senso de responsabilidade e não complexo de culpa* ⁴⁹, procurando construir a mudança. Em suma, *não se projecta para aquilo que será depois da revolução, mas para a revolução*. ⁵⁰

A metodologia é profundamente ideológica (caso contrário, o plano seria vazio de intencionalidade). A ideologia, ao contrário da utopia, é *uma*

51 — *Ibid.* P. 10

52 — *Ibid.* P. 53

53 — “... no individual or entity may be considered ultimately responsible for production itself: such responsibility may be attributed only to a social reality.” Henri Lefebvre, *op. Cit.* P. 115

54 — “The production of space might proceed, but solely according to the dictates of Power: production without creation – mere reproduction.” *Ibid.* P. 116

ideia-força ou um projecto de acção ⁵¹ definido. O projecto é a aplicação prática da ideologia, materializada através de um plano que representa não a vitória *mas o comportamento que nos propomos manter na luta.* ⁵²

Se a produção do espaço urbano corresponde a um avanço nas forças de produção, então um novo modo de produção deve surgir. O novo modo de produção não pode ser proposto como uma utopia (que, como já vimos, não indica o caminho para a sua concretização), mas deve estar baseado num projecto colectivo (tal como o entendem Argan e Illich) orientado por uma estratégia (metodologia) que promova uma nova concepção espacial. A fim de evitar a transformação do método em dogma, a ideologia de suporte do projecto deve rejeitar o reducionismo científico.

Evitar o reducionismo passa pela abertura da arquitectura a outras disciplinas, com visões diferentes sobre o espaço, promovendo a gestão colectiva (proposta por Illich) do espaço e da natureza (que é a matéria prima da produção do espaço) – até porque a produção do espaço não pode ser atribuída a uma só entidade ou indivíduo, mas apenas à realidade social na sua totalidade ⁵³, ao confronto dialéctico das relações sociais. A natureza dialéctica da produção do espaço implica a formulação de algumas perguntas: quem comanda? Quem demanda? Para quem? Contra o quê? Contra quem? Com quem? Como e porquê? É por isso que o processo de produção é mais importante do que o produto: extinguindo-se o lado mais fraco (os destituídos de poder), *a produção do espaço prosseguirá, mas apenas de acordo com os ditames do Poder: produção sem criação – mera reprodução.* ⁵⁴

A razão de ser do espaço é impor uma certa ordem (e uma certa desordem), e deve ser vivido antes de ser lido, uma vez que não tem um significado intrínseco. Este é-lhe conferido pelos actos que permite (ou que proíbe): o espaço é dialéctico e os principais intervenientes são o corpo (que vive, experiencia, e produz o espaço) e o poder (que lê, concebe, e ordena a estratégia de produção). O binómio poder-corpo traduz-se num outro: dominação-apropriação, que são tipos de espaço antagónicos. O espaço dominado (e dominante) não é produto, porque não tem uma origem social, mas também não é obra, porque é a expressão violenta de uma vontade política

55 — “Dominated space is usually closed, sterilized, emptied out.” *Ibid.* P. 165

56 — Lefebvre alerta, ainda, para um terceiro caso: o desvio, que não deve ser confundido com apropriação. O desvio consiste na utilização de um espaço de forma diferente à original, pelo que não é criação.

57 — “... space modified in order to serve the needs and possibilities of a group (...).”

Ibid. P. 165

58 — “Any revolutionary ‘project’ today (...) must (...) make the reappropriation of the body, in association with the reappropriation of space, into a non-negotiable part of its agenda.”

Ibid. Pp. 166-167

59 — Cf. Arendt, Hannah. *The Human Condition*. 1958. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

60 — Cf. Bauman, Zygmunt. *A Liberdade*. 1988. Lisboa: Editorial Estampa, 1989

61 — “...each living body (...) produces itself in space and it also produces that space.”

Henri Lefebvre, *op. Cit.* P. 170

de ordenar; *é fechado, esterilizado, esvaziado*.⁵⁵ O espaço apropriado⁵⁶, por outro lado, é o *espaço modificado de forma a servir as necessidades e possibilidades de um grupo*⁵⁷, e pode ser tanto uma estrutura (um edifício) como um sítio (uma rua).

A apropriação do espaço tem tradução directa na arquitectura vernacular, pelo que é criação antes de ser produção: é uma resposta à experiência vivida (*connassaince*) antes de esta ser concebida (*savoir*). Por isso mesmo, é um processo que se desenvolve ao longo do tempo, não uma construção fixa no tempo. Assim, conclui Lefebvre, *qualquer 'projecto' revolucionário deve fazer da reapropriação do corpo, juntamente com a do espaço, parte inegociável do seu programa*.⁵⁸

3. O CORPO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

O espaço permite situarmo-nos enquanto sujeitos, e serve-nos de intermediário com os outros; contém, simultaneamente, os corpos e as relações entre eles – é imediatez e mediação. Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt⁵⁹ propõe duas qualidades intrínsecas ao Homem: a ‘natalidade’ (a capacidade de agir garantida pela imediatez do corpo) e a ‘pluralidade’ (o reconhecimento da existência dos outros, que requer mediação constante). A liberdade, enquanto possibilidade de exercer a capacidade de agir⁶⁰, exige a aceitação da presença contingente, no espaço, da alteridade do corpo. Estabelece-se uma relação dialéctica tensa que obriga ao exercício político. Uma vez que *o corpo se produz no espaço mas também produz esse espaço*⁶¹, o espaço é relativo e profundamente contingente. O espaço existe porque é ocupado e directamente vivido – não existimos porque pensamos, mas antes de mais porque agimos politicamente.

As relações interpessoais expressam-se através de gestos e movimentos, pelo que não só acontecem no espaço como ocorrem no tempo. O exercício político é, então, temporalmente extenso e contraria a tendência capitalista de aceleração temporal conducente à irrelevância espacial. Por partilhar esta característica, a arquitectura pode (e deve) ser um acto político que propõe

62 — “The actions of social practice are expressible but not explicable through discourse (...).” *Ibid.* P. 222

63 — “...space bears the inscriptions and prescriptions of power (...).” *Ibid.* P. 228

64 — “Absolute revolution is our self-image (...) as seen through the mirror of absolute (political) space.” *Ibid.* P. 190

65 — “To change life (...) we must first change space.” *Ibid.* P. 190

66 — “Prohibition is the reverse side and the carapace of property, of the negative appropriation of space under the reign of private property.” *Ibid.* P. 319

67 — “This relationship (...) is both a practice and an ideology: an ideology whose practitioners are unaware that their activity is of an ideological nature.” *Ibid.* P. 338

novas relações espaciais de todos os recursos disponíveis, pondo-as em evidência e recusando a fetichização (e consequente mercantilização) do espaço.

Tal como *as acções da prática social são exprimíveis mas não explicáveis pelo discurso* ⁶², mas apenas pela acção, também esta revolução não pode ser puramente intelectual (correndo o risco de se tornar utopia), devendo ser posta em prática de acordo com um projecto ideologicamente informado e metodologicamente concretizável. *O espaço ostenta as inscrições e prescrições do poder* ⁶³: há que garantir que esse poder não é o opressivo das ‘forças externas’ de Argan mas o poder da agência política e espacial (do corpo) de cada cidadão. Afinal, o pessoal é político.

A revolução absoluta é a nossa auto-imagem vista através do espelho do espaço absoluto (político). ⁶⁴ Por outras palavras, só tomando consciência do poder que o nosso corpo nos confere para contrariar o abandono do espaço concreto (natural) em favor do espaço abstracto (mental), é que poderemos mudar o espaço para, então, mudarmos a vida. ⁶⁵

4. O ESPAÇO ENQUANTO PRODUTO

O espaço abstracto, cartesiano, quantificável (e não qualificável) é, como já vimos, espaço dominado. A expressão mais pessoal do espaço dominado é o direito à propriedade privada (cujo reverso é a proibição ⁶⁶). A propriedade privada não é necessariamente má; foi, aliás, este conceito que permitiu a transformação do espaço natural contemplado em realidade urbana produzida. O problema surge quando o controlo da produção deixa de ser partilhado localmente, passando a ser centralmente administrado.

O espaço abstracto permite o planeamento (por parte dos arquitectos). Este alheamento em relação à realidade quotidiana e à contingência do local constitui *simultaneamente uma prática e uma ideologia: uma ideologia cujos praticantes desconhecem a natureza ideológica da sua actividade* ⁶⁷: uma inconsciência de classe. Assim entendido, o espaço urbano é produto puro, desaparecendo a sua

68 — A repetição não tem uso para a criatividade: “...products do not press all creativity into the service of repetition.” *Ibid.* P. 77

69 — “The state crushes time by reducing differences to repetitions (...).” *Ibid.* P. 23;
 “[Capitalism] tends to produce a space of its own (...) through and by means of urbanization, under the pressure of the world market; and in accordance to the law of the the reproducible and repetitive, by abolishing spatial and temporal differences, by destroying nature and nature’s time.” *Ibid.* P. 326

70 — “Space is what makes it possible for the economic to be integrated into the political.” *Ibid.* P. 321

71 — “...land, labour and capital, or in other words rent, wages and profit (...).” *Ibid.* P. 228

72 — “In this same abstract space (...) a substitution is effected (...): the replacement of *residence* for *housing*.” *Ibid.* P. 314

73 — Cf. Madden, David e Peter Marcuse. *In Defense of Housing: The Politics of Crisis*. Londres: Verso, 2016

74 — “... the shortage of space is a distinctly socio-economic phenomenon (...).” Henri Lefebvre, *op. Cit.* Pp. 330-331

75 — “This is the way in which space in practice becomes a medium of segregations...”
Ibid. P. 334

dimensão enquanto obra pela redução das diferenças através da repetição ⁶⁸ – o que por sua vez destrói o tempo. ⁶⁹

Esta abstracção permite a substituição da política (enquanto mediação) pela economia (enquanto medição). ⁷⁰ A produção do espaço fica (‘cientificamente’) reduzida à tríade capitalista *terra, trabalho e capital, ou por outras palavras, renda, salários e lucro* ⁷¹ e o espaço passa a ser controlável e entendível em termos monetários. O espaço abstracto permite a *substituição da residência pela habitação*. ⁷² A ‘casa’ passa a ‘propriedade imobiliária’ mercantilizável ⁷³ – os verbos (acções) passam a substantivos (coisas).

Enquanto produto, o espaço está sujeito às leis do capitalismo, pelo que é possível construir uma escassez de espaço, conferindo-lhe valor de troca. A escassez espacial não existe *de facto*; é antes *um fenómeno socioeconómico* ⁷⁴ observável nos centros urbanos (sendo que a ‘centralidade’ também é produzida). Construir uma escassez de espaço perto do centro urbano permite subir o valor do solo, *transformando o espaço num veículo de segregações* ⁷⁵ sociais. A urbanização é um dos principais veículos da expansão capitalista, promovendo um desenvolvimento desigual entre as várias partes do mundo.

Lefebvre conclui, então, que o espaço social: substituiu a natureza no seu papel entre as forças de produção (permitindo passar da contemplação do natural à produção do urbano); pode ser consumido simplesmente enquanto mercadoria (em actividades recreativas ou lúdicas) ou produtivamente consumido (pela urbanização enquanto forma de expansão capitalista); é um instrumento político de controlo da sociedade (através do planeamento abstracto) ao mesmo tempo que é um meio de produção; subjaz à reprodução das relações de produção e propriedade; equivale a superestruturas institucionais e ideológicas (é controlado pelo poder), embora mantendo uma aparência de neutralidade; contém em si a possibilidade de um espaço diferente (pela presença do corpo, que recusa a abstracção total).

76 — “Abstract space is measurable.” *Ibid.* P. 352

77 — “...quantitative manipulations.” *Ibid.* P. 352

78 — “...which coincides (...) with the space of production, and with the space that is produced (...).” *Ibid.* P. 352

79 — “...the *consumption of space* (an unproductive form of consumption).” *Ibid.* Pp. 352-353

80 — “...leisure has been transformed into an industry, into a victory of neocapitalism and an extension of bourgeois hegemony of the whole of space.” *Ibid.* P. 384

5. AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO

É possível elencar uma série de contradições do espaço, traduzíveis em binómios dialécticos (e não meros opostos), que correspondem à relação entre o espaço abstracto (mental e objectivo) e ao espaço concreto (social e subjectivo).

*O espaço abstracto é mensurável.*⁷⁶ É o espaço social concebido e abstractizado através de *manipulações quantitativas*⁷⁷ (como são exemplo as análises feitas a partir das estatísticas obtidas através dos censos) com base na sabedoria científica. Em arquitectura, estas manipulações são os códigos construtivos e de ordenamento urbano (volumetrias, usos de solo, áreas mínimas). É, portanto, o espaço do poder. A qualidade dos espaços torna-se dependente de factores abstractos. O espaço quantitativo é o espaço do consumo e dos produtos (*que coincide com o espaço de produção, e com o espaço que é produzido*⁷⁸). É também o espaço do trabalho e do lucro (valor de troca).

O espaço concreto é sensível e vivido, sobrepondo a qualidade (sensorial) à quantidade (intelectual), originando formas de conhecimento popular. É o espaço do consumo do espaço (*uma forma de consumo não-produtivo*⁷⁹), da procura da materialidade e da naturalidade – pelo que é, igualmente, o espaço do ócio e do lazer (valor de uso) e, por isso, o espaço do corpo. Este desdobra-se em dois: por um lado as necessidades (satisfeitas pelo consumo quotidiano de objectos específicos); e por outro o desejo (a suspensão da quotidianidade, o ‘festival’). Contudo, o capitalismo consegue, através da indústria turística⁸⁰, passar o consumo do espaço de não-produtivo para produtivo, mercantilizando as obras (fruto da criação) através do apelo do pitoresco ou da exclusividade. A passagem da não-produtividade à produtividade transforma o consumo do espaço em espaço do consumo.

A contradição entre valor de troca e valor de uso integra a contradição entre economia e política, ou seja, entre propriedade (imobiliária) e apropriação (residência). Ao passo que o primeiro aborda o espaço como uma problemática espacial – preocupada com *questões sobre espaço mental e social, as suas interligações e as suas ligações com a natureza por um lado e com as formas ‘puras’ por outro*⁸¹ – que

81 — “The ‘problematic’ (...) of space is comprised of questions about mental and social space, about their interconnections, about their links with nature on the one hand and with the ‘pure’ forms on the other.” *Ibid.* P. 414

82 — “As for spatial practice, it is observed, described and analyzed on a wide range of levels: in architecture, in city planning or urbanism (...) in the organization of everyday life, and, naturally, in urban reality.” *Ibid.* P. 414

83 — “...what is it that a buyer acquires when he purchases a space? The answer is time.” *Ibid.* P. 356

84 — “...to accept such a role or function is to espouse the fetishization of communication – the replacement of use by exchange.” *Ibid.* P. 365

85 — “The architect occupies an especially uncomfortable position. As a scientist and technician, obliged to produce within a specified framework, he has to depend on repetition. In his search for inspiration as an artist, and as someone sensitive to use and to the ‘user’, however, he has a stake in difference. He is located willy-nilly within this painful contradiction, forever being shuttled from one of its poles to the other. His is the difficult task of bridging the gap between product and work (...).” *Ibid.* P. 396

deve ser controlada pelo poder institucional (violento e dominador), o segundo leva a cabo uma prática espacial – *observada, descrita e analisada numa grande diversidade de níveis: na arquitectura, no planeamento urbano ou ‘urbanismo’, na organização da vida quotidiana e, naturalmente, na realidade urbana*⁸² –, assente na capacidade de agência do corpo político.

Inclui, também, a contradição entre a privatização (empresarial) e a privacidade (pessoal). Ainda assim, o valor de uso influencia o valor de troca: *o que é que um comprador adquire quando compra um espaço? A resposta é tempo*⁸³, um horário quotidiano construído a partir da distância relativa ao local de trabalho, aos centros urbanos, aos equipamentos públicos e recursos, etc. Também o tempo, quando associado ao poder, se desdobra em dois: a efemeridade dos fluxos económicos (de capital, matérias-primas, mão-de-obra) requer a estabilidade de estruturas permanentes como centros de decisão e acção.

Ainda a propósito da relação entre valor e uso aplicada ao espaço, surge a contradição entre utilizador e habitante. O utilizador é uma categoria capitalista, é anónimo e passivo. Recorre ao mercado imobiliário para adquirir uma habitação, escolhida com base numa análise mais ou menos racional do espaço. O habitante é um indivíduo activo dependente de uma estrutura convivial e participa activamente na transformação da sua habitação numa casa, experimentando directamente o espaço, através do seu corpo.

É dentro deste espectro que se move o arquitecto, que deve reconhecer que o espaço não é ‘inocente’ (porque nele se materializam as contradições sociopolíticas) e que, portanto, não pode ser objectivamente representado (que é donde decorrem as falhas apontadas por Till aos meios de representação gráfica).

‘Dar voz’ aos sujeitos dessas contradições não é tarefa de um especialista ‘cientificamente’ descomprometido. Fazê-lo seria *abraçar a fetichização da comunicação – a substituição do uso pela troca*⁸⁴: é impossível falar objectivamente da experiência dos outros. Entra em jogo a dualidade identificada por Till entre o cidadão-especialista (o arquitecto-produtor) e o especialista-cidadão (o arquitecto-criador), *uma posição desconfortável*.⁸⁵

Outra contradição entre o espaço abstracto e o espaço concreto é a

86 — “...takes form and is formulated in the head of a thinker before being projected onto social and even physical ‘reality’.” *Ibid.* P. 398

87 — “True space is a mental space whose dual function is to reduce ‘real’ space to the abstract and to induce minimal differences.” *Ibid.* P. 398

88 — “The truth of space reveals what mental space and social space have in common – and consequently also the differences between them.” *Ibid.* P. 399

89 — “What runs counter to a society founded on exchange is a primacy of *use*.” *Ibid.* P. 382

unidade de um e a fragmentação do outro. O primeiro é isotrópico, anulando as diferenças através da repetição. O segundo é anisotrópico, e contingente. Contudo, a fragmentação também corresponde à divisão social do trabalho e à especialização, o que conduz ao imperialismo profissional característico do espaço abstracto. Aliás, um dos meios de redução do dialéctico ao lógico é a subdivisão do conhecimento em unidades cada vez mais pequenas. A unidade é centralizadora e, portanto, longínqua (pertencendo ao campo do poder), ao passo que a fragmentação é local e próxima (relacionando-se directamente com o corpo).

A diferença abre espaço para duas contradições internas. Primeira: se, por um lado, o espaço abstracto procura aniquilar a diferença através da homogeneidade e da repetição, por outro permite a heterogeneidade dentro da repetição. A diferença anulada é a diferença produzida pela construção do espaço dominante (os espaços marginais e informais, que lhe são contraditórios); a diferença permitida é induzida: variações dentro do mesmo tema ou grupo (como as variantes formais entre casas de um projecto de urbanização), que constituem oposições entre si, mas não contradições. Ainda assim, como demonstra Harvey, há interesse na manutenção das diferenças locais específicas formadoras do ‘carácter’ do lugar que permitem a sua mercantilização com base na exclusividade – particularidades que não são nem produzidas nem induzidas.

Segunda: a contradição entre espaço verdadeiro e a verdade do espaço. O espaço verdadeiro *toma forma e é formulado na cabeça de um pensador antes de ser projectado sobre a ‘realidade’ social ou até física*⁸⁶ e tem como função *reduzir o espaço ‘real’ ao abstracto e induzir diferenças mínimas.*⁸⁷

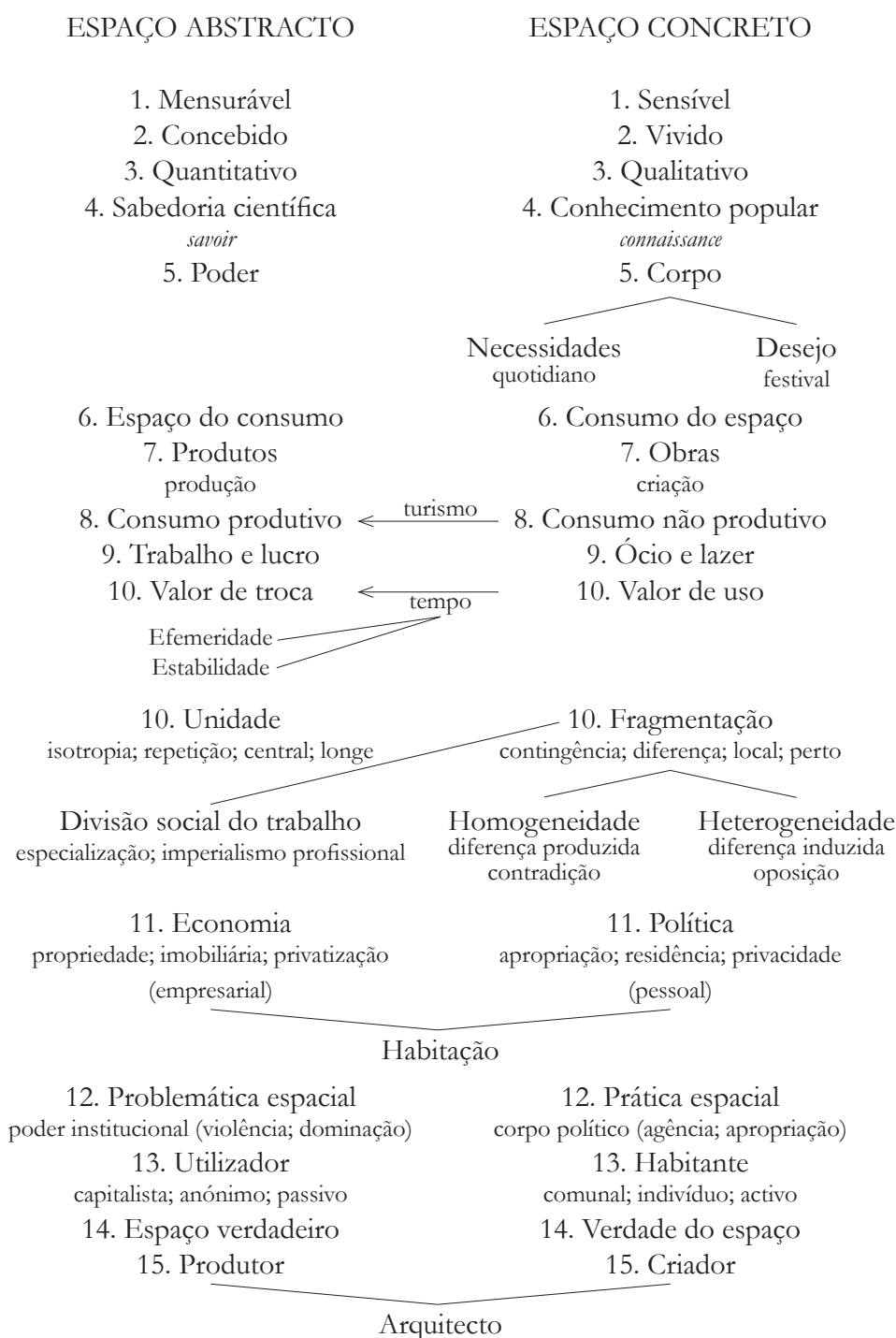
Contrariamente, a verdade do espaço liga o espaço à prática social e a conceitos que, precisamente por estarem ligados à prática, transcendem os processos mentais que lhes deram origem. Uma vez que as contradições espaciais surgem a partir do espaço abstracto, materializadas e resolvidas através da prática espacial, *a verdade do espaço revela o que o espaço mental e o espaço social têm em comum – e consequentemente as diferenças entre ambos.*⁸⁸

*O que contraria uma sociedade fundada na troca é a primazia do uso*⁸⁹ – isto

90 — “The city and the urban sphere are (...) the setting of struggle; they are also, however, the stakes of that struggle.” *Ibid.* P. 386

é, a recuperação do poder político do corpo e da diferença. A contestação deve partir dos poderes locais comunitários contra o poder central enquanto organizador do espaço urbano porque *a cidade e a esfera urbana são o lugar da luta; contudo, são também o que está em jogo nessa luta.*⁹⁰

O quadro abaixo procura sintetizar as contradições descritas:



91 — “Once it reaches a certain level of intensity, politicization self-destructs (...).” *Ibid.* P. 416

92 — “And we are concerned with nothing that even remotely resembles a system.”

Ibid. P. 423

93 — “Ideas, representations or values which do not succeed in making their mark on space, and thus generating (or producing) an appropriate morphology, will lose all pitch and become mere signs (...).” *Ibid.* Pp. 416-417

94 — “The progression of what might be called a ‘revolution of space’ (subsuming the ‘urban revolution’) cannot be conceived of other than by analogy with the great peasant (agrarian) and industrial revolutions.” *Ibid.* P. 419

95 — “The transformation of society presupposes a collective ownership and management of space founded on the permanent participation of the ‘interested parties’, with their multiple, varied, and even contradictory interests.” *Ibid.* P. 422

6. A REVOLUÇÃO DO ESPAÇO

Passar da produção de coisas no espaço para a produção do espaço implica o desaparecimento da propriedade privada do espaço e do poder que o domina, uma vez que a apropriação (o uso) terá forçosamente de se sobrepor à dominação (a troca), sob pena de transformar a produção em mera reprodução. O espaço deixa de ser um intermediário neutro, passando a ser também um instrumento (meios) e um objectivo (fim) da produção.

Não quer isto dizer que a prática espacial pressupõe o fim da problemática do espaço: a sabedoria científica (*savoir*) é importante para iniciar a compreensão do espaço concreto; não pode é substituí-lo. É necessário problematizar o espaço para encetar a prática espacial porque, tal como não há teoria sem prática ('ordem sem realidade'), também não há prática sem teoria ('realidade sem ordem'). O equilíbrio é delicado: tão depressa se alcança a revolução pela via política como o contrário (a vida política pela revolução), especializando-a e institucionalizando-a. O carácter revolucionário deixa de existir e a política desaparece novamente: *atingindo um certo nível de intensidade, a politização autodestrói-se*.⁹¹ Não interessa a criação de um sistema⁹² (que pressuporia a institucionalização da revolução) mas sim uma orientação (um 'projecto') capaz de orientar a sociedade na produção comunal do seu espaço.

Politizar o espaço implica anular as tendências que lhe deram origem, substituindo-as por outras: a apropriação e gestão comunal do espaço não se coadunam com a dominação e a repressão-opressão típicas do poder central. Esta alteração profunda do modo de produção do espaço é necessária porque *as ideias, representações ou valores que sejam incapazes de deixar a sua marca no espaço, e assim gerar (ou produzir) uma morfologia apropriada, perderão toda a intensidade e transformar-se-ão em meros sinais*⁹³, em utopias. Esta 'revolução do espaço' (comparável com as revoluções agrária e industrial⁹⁴) constitui uma *transformação da sociedade que pressupõe a propriedade e a gestão colectivas do espaço fundadas na participação permanente das 'partes interessadas', com os seus interesses múltiplos, variados e até contraditórios*.⁹⁵

96 — “... the idea of the right to the city does not arise primarily out of various intellectual fascinations and fads (...). It primarily arises up from the streets (...).” Harvey, David. “Preface - Henri Lefebvre’s Vision.” *Rebel Cities*. Londres: Verso Books, 2012. P. xiii

97 — “... the Communist Party (...) held that the factory-based proletariat was the vanguard force for revolutionary change.” *Ibid.* P. xiii

98 — “... much of the traditional left has had trouble grappling with the revolutionary potential of urban social movements. They are often dismissed (...) as neither revolutionary nor authentically class movements.” *Ibid.* Pp. xiii-xiv

99 — DESA. “Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050.” Centro Regional de Informação das Nações Unidas – UNRIC. 10 de Julho de 2014. Disponível em <http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050> [acedido a 11 de Julho de 2017, 16h00m]

100 — “The definition of the right is in itself an object of struggle (...).” David Harvey, *op. Cit.* P. xv

7. NOTA FINAL: A CRÍTICA DE DAVID HARVEY

Harvey aponta o ressurgimento dos movimentos de luta pelo direito à cidade como fruto das disputas quotidianas, e não necessariamente como resultado de *fascinações e modas intelectuais* ⁹⁶. Segundo Harvey, Lefebvre extraiu grande parte das suas conclusões a partir da observação do quotidiano da população urbana, tendo sido um dos primeiros autores a substituí-la ao proletariado (contradizendo o Partido Comunista que via o *proletariado fabril como a força de vanguarda da mudança revolucionária* ⁹⁷). Esta substituição não é, ainda, aceite pela generalidade da esquerda tradicional, que vê os movimentos sociais urbanos *como nem revolucionários nem movimentos de classe autênticos* ⁹⁸, antes encarando-os como reacções meramente reformistas.

Por outro lado, a urbanização da população mundial (segundo a ONU, 54% da população mundial vivia em cidades em 2014, prevendo-se que aumente para 66% em 2050 ⁹⁹) levanta um problema: o direito à cidade deixa de ter significado, porque qualquer um o pode reclamar e atribuir-lhe o sentido que melhor entender. A urbanização capitalista aniquilou a cidade tradicional, pelo que *a definição do direito é em si mesma um objecto de disputa*. ¹⁰⁰ Torna-se necessário repensar um novo tipo de cidade, o que só será possível tendo por base um movimento anticapitalista que promova a transformação do quotidiano urbano.

Harvey afirma a impossibilidade de instaurar o socialismo, o comunismo ou até o anarquismo numa cidade isolada. Defende, porém, que a cidade pode e deve ser o campo de acção para a luta anticapitalista, de modo a garantir o direito dos produtores urbanos a criarem uma cidade de acordo com os seus desejos – ou seja, o direito aos frutos do seu trabalho. Esta luta faz-se tanto a partir das visões políticas intelectuais quanto das acções práticas quotidianas (que podem ser teoricamente desconhecedoras, alimentadas pelo quotidiano e não por utopias políticas), produtoras de espaços heterotópicos.

Lefebvre esperava a revolução total, um fugaz momento de irrupção que contradissesse a ordem racional do capital e do estado (a isotopia que, se não for confrontada, absorve as práticas urbanas heterotópicas, anulando-as).

101 — “The whole capitalist system of perpetual accumulation, along with its associated structures of exploitative class and state power, has to be overthrown and replaced. Claiming the right to the city is a way-station on the road to that goal. It can never be an end in itself (...).” *Ibid.* P. xvii

A crítica de Harvey é esta: depositar a esperança num momento fugaz é uma posição débil. O autor adopta uma atitude mais gramsciana de marcha contínua, na qual a disputa pelo direito à cidade não é um fim mas um caminho para o derrubamento e substituição do sistema capitalista de acumulação perpétua e das estruturas de poder exploradoras que lhe estão associadas.¹⁰¹

NEIL SMITH

The New Urban Frontier

- 1 — “The production of space in general and gentrification in particular are examples of this kind of uneven development endemic to capitalist societies.” Smith, Neil. *The New Urban Frontier*. 1996. Londres: Routledge, 2005. P. xviii
- 2 — “... [gentrification] is advanced (...) through the actions of collective owners of capital.” *Ibid.* P. xviii
- 3 — “Economic expansion today no longer takes place purely via absolute geographical expansion but rather involves internal differentiation of already developed spaces.” *Ibid.* P. xviii

1. GENTRIFICAÇÃO

O crescimento económico pela produção do espaço faz-se de duas formas: suburbanização e gentrificação. *Ambas reflectem o desenvolvimento desigual endémico às sociedades capitalistas.* ¹ A gentrificação avança *através das acções de donos colectivos de capital* ² que se aventuram em territórios já explorados por outras formas de capital (bancos, investidores imobiliários, empresas de crédito e de comércio, o Estado), cujo único sucesso foi a criação das condições propícias à gentrificação. A expansão geográfica do capital implica não só o crescimento urbano mas também formas de *diferenciação interna de espaços já desenvolvidos.* ³ A gentrificação não significa, porém, o fim dos subúrbios, mas a transformação socioespacial dos centros urbanos.

Ocupados por minorias sociais (que se definem não só por etnias ou raças, mas também por situações de precariedade laboral), após terem sido abandonados durante o período do pós-guerra, os centros urbanos são, hoje, muito valiosos (e lucrativos), devido ao aumento da procura. É a terciarização da produção que se verifica nas sociedades ocidentais industriais, juntamente com a sua consequente concentração geográfica, que justifica o aumento da procura pelos centros urbanos.

4 — “The fact remains that a home-buyer buys a daily schedule, and that this constitutes part of the use value of the space acquired.” in Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. 1974. Oxford: Blackwell, 1991. P. 339

5 — “Systematic gentrification (...) is simultaneously a response and contributor to a series of wider global transformations: global economic expansion in the 1980s; the restructuring of national and urban economies in advanced capitalist countries toward services, recreation and consumption; and the emergence of a global hierarchy of world, national and regional cities.” Neil Smith, *op. Cit.* Pp. 6-7

6 — Mantemos o termo original devido à dificuldade de tradução. A tradução literal seria ‘brecha de renda’, mas a mais correcta talvez seja ‘diferencial de rendimento’.

7 — “The rent gap is the disparity between the potential ground rent level and the actual ground rent capitalized under the present land use.” *Ibid.* P. 65

8 — “The rent gap theory speaks to the relationship between individual structure and lots and neighborhood-scale dynamics in the land and housing markets.” *Ibid.* P. 72

Numa altura em que o tempo é um bem escasso – como demonstra Bauman em *Modernidade Líquida* – a localização da habitação relativamente ao local de trabalho (isto é, a posição relativa dos espaços de socialização e de produção) é determinante. Nas palavras de Henri Lefebvre, *comprar uma casa significa comprar um horário diário, o que constitui parte do valor de uso do espaço adquirido* ⁴ – elevando, também, o seu valor de troca. Este fenómeno, descrito há vinte anos por Neil Smith, ocorre hoje um pouco por todo o território nacional (com maior incidência no Porto e em Lisboa, mas também em Évora e no Algarve), onde a pressão parte, sobretudo, do sector turístico. Não desenvolvemos, ainda, as ferramentas nem a consciência necessárias para impedir as suas consequências nocivas e aproveitar as benéficas.

Smith aponta três mudanças que são simultaneamente causas e efeitos da gentrificação: *a expansão económica global dos anos 80* – importando lembrar que Portugal aderiu à CEE em 1986; *a reestruturação das economias nacional e urbana nos países capitalistas desenvolvidos favorecendo os sectores dos serviços, do lazer e do consumo* – isto é, a primazia do sector produtivo terciário, bem como a desregulação dos mercados laborais e a contracção do Estado social (fomentados recentemente no nosso país pelo memorando de entendimento com a ‘troika’); *e o surgimento de uma hierarquia mundial, nacional e regional de cidades* ⁵ – que origina ritmos de exploração urbana diferentes de cidade para cidade, promovendo umas e negligenciando outras, a que Smith chama ‘desenvolvimento desigual’. Em Portugal esta dinâmica traduz-se, sobretudo, na dicotomia litoral-interior, privilegiando as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Estas mudanças fizeram da gentrificação a linha avançada das alterações urbanas.

A gentrificação depende do aproveitamento do momento correcto no desequilíbrio entre o valor de troca do solo e o valor de uso dos edifícios, criando um *rent gap*. ⁶ Smith define-o como *a disparidade entre a renda de solo potencial e a renda de solo capitalizada sob o uso de solo actual* ⁷ e caracteriza-o como *uma relação entre as estruturas e lotes individuais e as dinâmicas de bairro nos mercados imobiliários*. ⁸ Este desequilíbrio permite aos investidores ‘comprar barato’, reabilitar as estruturas e ‘vender caro’, gerando mais-valias financeiras, e pode ser criado tanto pela desvalorização por desinvestimento como, mais

9 — “... developers garner a double reward (...). First, they pocket the money that should have gone to repairs and upkeep; second, having (...) established a rent gap, they have produced for themselves the conditions and opportunity for a whole new round of capital reinvestment.” *Ibid.* P. 21

10 — “Gentrification portends a class conquest of the city.” *Ibid.* P. 25

11 — “The dramatic shifts affecting gentrifying neighborhoods are experienced as intensely local. (...). Yet the processes and forces shaping the new urbanism are global as much as local.” *Ibid.* P. 26

12 — O termo foi cunhado pela socióloga Ruth Glass, na sua obra *London: Aspects of Change*, publicada em 1964

incomumente, pela subida repentina do valor potencial de renda associada à desregulação das normas que controlam os valores de renda cobráveis. É um processo claramente especulativo, gerador de *uma dupla recompensa: primeiro pela poupança do dinheiro que deveria ter sido investido na manutenção; e de seguida pela criação de uma oportunidade para o reinvestimento de capital.*⁹ A imagem pública deste processo é positiva, uma vez que se baseia na acção visível – o reinvestimento – e não na invisível – o abandono –, ainda que o processo possa ser socialmente muito tóxico.

*A gentrificação anuncia uma conquista de classe da cidade.*¹⁰ Os detentores do poder – dos recursos habilitadores da acção livre – expulsam as classes trabalhadoras dos centros urbanos e branqueiam a história e a geografia sociais das cidades pela destruição/reconversão das estruturas físicas dessas classes. Desaparecendo os espaços quotidianos de socialização, desaparecem os grupos sociais que os construíram, e vice-versa. Este processo é marcadamente violento, mas essa violência (e a raiva a que dá origem) é ofuscada pelo entusiasmo da ‘requalificação urbana’, bem como pela falta de uma consciência de classe que organize as exigências da população.

A gentrificação é, também, um processo imperialista, porque na sua origem está a concentração espacial dos monopólios de produção, que requerem a confluência de profissionais qualificados (e não indiferenciados). Promove-se a homogeneização da paisagem social, reduzindo o seu espectro sociodemográfico e, conseqüentemente, a necessidade de debate político. Por isso podemos dizer que, ainda que *as mudanças dramáticas que afectam os bairros sejam sentidas como intensamente locais, os processos de gentrificação são tão globais quanto locais.*¹¹

2. CONSUMO E PRODUÇÃO

Smith define ‘gentrificação’¹² como *o processo pelo qual os bairros, nos centros urbanos, das classes pobres e trabalhadoras são remodelados através da afluência de capital privado e de compradores e inquilinos da classe média – bairros esses que previamente*

13 — “Gentrification is the process (...) by which poor and working-class neighborhoods in the inner city are refurbished via an influx of private capital and middle-class homebuyers and renters – neighborhoods that had previously experienced disinvestment and a middle-class exodus.” Neil Smith, *op. Cit.* P. 30

14 — “For those opposed to the process (...) [it] captured precisely the class dimension of the transformations that were under way in the social geography of many central and inner cities.” *Ibid.* P. 30

15 — “Many of those who were more sympathetic to the process resorted to more anodyne terminology – “neighborhood recycling,” “upgrading,” “renaissance,” and the like – as a means to blunt the class and also racial connotations of “gentrification,” but many were also attracted by the seeming optimism of “gentrification,” the sense of modernization, renewal, an urban cleansing by the white middle class.” *Ibid.* P. 30

16 — “The language of revitalization (...) suggests that affected neighborhoods were somehow devitalized or culturally moribund (...).”; “... it is often also true that very vital working-class communities are culturally devitalized through gentrification (...).” *Ibid.* P. 30

17 — “In the first place, (...) gentrification represents a novel set of processes (...). Second, [it] has raised questions concerning appropriate urban policy. Third, [it] clearly challenges traditional theories from the Chicago School, social ecology tradition or postwar positivist school of urban economics [for which] a “return to the city” [couldn’t] be adequately foreseen. Finally, gentrification became “a key theoretical and ideological battleground” between those stressing (...) consumption (...) and other emphasizing (...) social production.” *Ibid.* P. 38

18 — “... who moves in and who moves out.” *Ibid.* P. 38

19 — “More often the consumption-side was adopted by political liberals who broadly celebrated the advent of a postindustrial city (...) while lamenting the social costs.” *Ibid.* P. 39

20 — “... some theorists have in different ways proposed that we ought to conceive of gentrification as a postmodern urbanism.” *Ibid.* P. 41

21 — “Gentrification is reconfigured as an expression of personal activism [and] triumph of culture over economics.” *Ibid.* P. 41

22 — “If gentrification is emancipatory political practice, it is difficult to see it as anything other than political activism *against* the working class (...).” *Ibid.* P. 41

*experienciaram o desinvestimento e êxodo da classe média.*¹³ Se, para alguns, a palavra descreve *a dimensão de classe das transformações que ocorrem na geografia social das cidades*¹⁴, outros preferem utilizar uma *terminologia mais anódina* – “reciclagem de bairro”, “actualização”, “renascimento” – *como forma de suavizar as conotações de classe e de raça de “gentrificação”, ou então encontram-lhe um significado positivo de modernização, renovação e de limpeza urbana por parte da classe média branca.*¹⁵ O discurso construído à volta da ideia da gentrificação como ‘revitalização’ tem, como contraparte, a ideia de que *os bairros afectados estavam de algum modo desvitalizados ou culturalmente moribundos* quando, na maior parte dos casos o oposto é verdade: *as comunidades da classe trabalhadora são culturalmente desvitalizadas pela gentrificação.*¹⁶

O debate sobre este tema surgiu por quatro motivos: *por representar um conjunto de processos novos; por levantar questões sobre políticas urbanas; por desafiar as teorias da Escola de Chicago, a tradição da ecologia social ou a escola positivista de economia urbana do pós-guerra, que viam o “regresso à cidade” como uma impossibilidade; e por fim por ser um “campo de batalha” teórico e ideológico*¹⁷ entre os que fazem uma leitura da gentrificação do ponto de vista do consumo e os que a fazem desde a produção.

O ‘lado do consumo’ resume-se a uma visão de mobilidade social (*quem entra e quem sai*¹⁸) e é advogado pela direita política conservadora (que também vê este processo como insignificante) e por liberais que *celebram o advento da cidade pós-industrial ao mesmo tempo que lamentam os custos sociais.*²¹ Este lado tem sido analisado dentro do seu contexto ideológico em obras como *A Liberdade* de Zygmunt Bauman.

O ‘lado da produção’ analisa a gentrificação a partir da criação dos factores que lhe dão origem – como o desinvestimento – e foi adoptado pela esquerda política, incluindo a marxista. Há, ainda, quem queria analisar a gentrificação como sendo *um urbanismo pós-moderno*²¹, o que implicaria negligenciar os seus aspectos económicos a favor dos culturais. *A gentrificação é reconfigurada como uma expressão de activismo pessoal e do triunfo da cultura sobre a economia.*²¹ Mas *se a gentrificação é uma prática política emancipatória, é difícil vê-la como outra coisa que não activismo político contra a classe operária*²², uma vez que tem como efeito a sua expulsão dos territórios em disputa.

23 — "... but it is symbiosis in which the movement of capital in search of profit predominates." *Ibid.* P. 55

24 — "Although they are of secondary importance in initiating the actual process (...), consumer preference and demand are of primary importance in determining the final form and character of revitalized areas (...)." *Ibid.* P. 55

25 — "Three kinds of developers typically operate in recycling neighborhoods: (a) professional developers who purchase property, redevelop it, and resell for profit; (b) occupier developers who buy and redevelop property and inhabit it after completion; (c) landlord developers who rent to tenants after rehabilitation." *Ibid.* P. 66

26 — "Reabilitar para Arrendar." *Portal da Habitação*. Fevereiro de 2016. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/reabilitarparaarrendar_ha/reabilitarparaarrendar_habitacao_acessivel.html [acedido a 15 de Fevereiro de 2017, 18h30m]

27 — "Lisboa Renda Acessível." *CML: Renda Acessível*. Câmara Municipal de Lisboa, 2016. Disponível em <http://www.lisboarendaacessivel.pt/inicio.html> [acedido a 11 de Julho de 2017, 17h50m]

3. GENTRIFICADORES E ESTRATÉGIAS DE COMBATE

Os ‘gentrificadores’ – os agentes da gentrificação – são tanto consumidores quanto produtores. A relação produção-consumo não é linear mas *uma simbiose na qual a movimentação do capital em busca do lucro predomina*²³ porque, ainda que estimule a produção, a procura pode ser (e é) construída. Por isso, *apesar de serem secundárias no arranque do processo, a procura e a preferência dos consumidores são decisivas na determinação da forma final das áreas revitalizadas*.²⁴ Smith identifica três tipos de gentrificadores-produtores: *(a) investidores profissionais que compram a propriedade, renovam-na e vendem-na com lucro; (b) investidores residentes que compram e renovam a propriedade e ocupam-na como habitação própria; e (c) investidores senhoriais que a alugam a inquilinos após a renovação*.²⁵ Excluem-se os especuladores imobiliários porque estes não investem capital produtivo nem transformam a estrutura urbana.

A relação entre o investidor e o consumidor de habitação pode estar concentrada numa pessoa – no caso dos proprietários-residentes, cujo lucro vem da valorização do seu património – ou pode estabelecer-se entre um investidor (proprietário-senhorio) e um consumidor (residente-inquilino). Neste caso, o lucro do investidor é garantido sob a forma de renda. De uma forma geral, quando o valor de troca de um edifício é inferior ao seu valor de uso abre-se espaço à desvalorização. Ainda que numa primeira fase possa não ser programada, a desvalorização acaba por ser fomentada no início do processo de gentrificação.

O desinvestimento privado pode ser compensado ou combatido através, por exemplo, de investimentos públicos em infraestruturas sociais (tanto físicas como interpessoais) e espaço público (quando devidamente acompanhados de uma revisão cuidada dos regulamentos que regem o mercado de arrendamento), em programas de incentivo à reabilitação urbana sustentável (como pretende ser o programa Reabilitar para Arrendar²⁶ lançado pelo governo português em 2016, ou o Programa de Renda Acessível da Câmara Municipal de Lisboa²⁷) ou, em casos extremos, pelo exercício do direito de preferência na compra de imóveis nos centros urbanos por parte das

28 — “Câmara do Porto mostra como está a fazer regressar ao Centro Histórico as famílias atiradas para a periferia da cidade” *Porto*. 28 de Julho de 2016. Câmara Municipal do Porto. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/camara-do-porto-mostra-como-esta-a-fazer-regressar-ao-centro-historico-as-familais-atiradas-para-a-> [acedido a 15 de Fevereiro de 2017, 18h40m]

29 — “[But] too much goes into the immediate causes of gentrification in a particular neighborhood for it to be possible to correlate level of decline with propensity to gentrify.” Neil Smith, *op. Cit.* P. 66

30 — “... the rent gap theory cannot predict precisely which neighborhoods will gentrify and which will not (...). The theory also omits the clear connections to social change that come with gentrification, and in particular it does not explain the emergence of the agents of gentrification (...).” *Ibid.* P. 69

instituições municipais (intenção anunciada pela Câmara Municipal do Porto para criação de habitação com rendas condicionadas ²⁸). Defendemos aqui que, a par da habitação social, sejam construídas estruturas cooperativas para arrendamento e compra de casa, de modo a abranger a camada populacional que, não tendo liquidez para participar no mercado livre, também não cumpre os requisitos necessários para que lhe seja atribuída uma casa municipal.

A gentrificação é expectável, mas é um processo tão complexo que *não é possível correlacionar o nível de declínio de um bairro com a propensão para a gentrificação*. ³⁰ A teoria do *rent gap* desenvolvida por Smith é limitada. Por exemplo, *é incapaz de prever que bairros serão gentrificados; omite as claras ligações entre a gentrificação e a mudança social; e não explica o aparecimento de agentes da gentrificação*. ³¹

Há uma contradição de ordem política no combate à gentrificação: sem ela, as zonas centrais das cidades permanecerão abandonadas e os seus residentes serão igualmente expulsos, não por questões económicas mas de saúde pública. É preciso, portanto, desenvolver alternativas à reabilitação urbana privada, que a saibam limitar de modo a garantir a igualdade de direitos – sobretudo do direito à cidade. Estas alternativas passam, necessariamente, por políticas de habitação e reabilitação implementadas a múltiplas escalas: verticalmente integradas a nível nacional, mas horizontalmente administradas a nível local, garantindo tanto a legitimidade estatal como a participação cidadã.

Que os processos de investimento urbano sejam imparáveis não significa que a gentrificação seja uma inevitabilidade. O que podemos fazer é procurar investir no contexto urbano de forma distinta à do capital especulativo, impedindo o desenvolvimento de dinâmicas de despossessão. Isto passa pela construção comunitária do espaço urbano e, por esse motivo, pela prática da arquitectura como uma ferramenta convivial – e, consequentemente, política. Surge a necessidade de trabalhar em contacto directo com o terreno de modo a, por um lado, captar as alterações subtis mas indicativas do início do processo de gentrificação e, por outro, propor formas de combate a esse processo, não o repudiando mas procurando torná-lo sustentável e equilibrado.

À retoma violenta dos centros urbanos por parte das classes dominantes Smith chama ‘cidade revanchista’. Estas classes, sentindo-se

31 — "... cloaked in the populist language of civic morality, family values and neighborhood security." *Ibid.* P. 207

32 — "The rallying cry of the revanchist city might well be: "Who lost the city? (...)." *Ibid.* P. 222

33 — "As Peter Marcuse has put it, "The opposite of gentrification should not be decay and abandonment" – degentrification – "but the democratization of housing." *Ibid.* P. 225

34 — "... gentrification is seen as part of a larger economic shift and social movement (...). Yet (...), this hope of a gentrified future is rarely based explicitly on any broader explanatory perspective." *Ibid.* P. 72

35 — "The reasoning here is that the particular factors combining to encourage gentrification are themselves purely temporary (...)." *Ibid.* P. 72

36 — "... its roots and its momentum derive from a deeper and very specific set of processes that we can refer to as uneven development." *Ibid.* P. 73

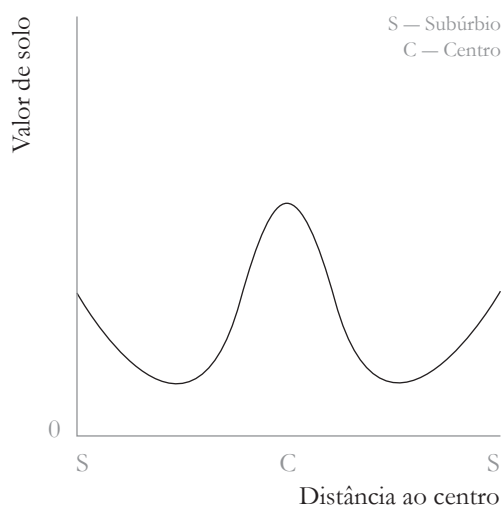
37 — "... uneven development should be conceived as a quite specific process that is both unique to capitalist societies and rooted directly in the fundamental social relations of this mode of production." *Ibid.* P. 74

ameaçadas pela perda de privilégios – fruto tanto da equalização social promovida durante os anos 80 como da incerteza criada pela crise financeira actual –, reagem violentamente contra as classes mais desfavorecidas, revestindo essa reacção *numa linguagem populista de moralidade cívica, valores familiares e segurança de bairro*.³¹ A cidade revanchista é dual e diferenciada social, económica e culturalmente, e *o seu grito de guerra bem poderá ser: “Quem perdeu a cidade?”*.³² Importa, pois, contrapor-lhe a pergunta: “Para quem se recupera a cidade?”. Smith cita Peter Marcuse para sumarizar os moldes que devem enquadrar o combate à gentrificação: *“O oposto da gentrificação não deve ser a degradação e o abandono” – desgentrificação – “mas a democratização da habitação.”*³³

4. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E LUTA DE CLASSES

Existem duas linhas de pensamento relativamente à escala da gentrificação. Há quem a veja como uma inversão do abandono da cidade, com efeitos a longo prazo. No seu ponto mais optimista, esta orientação *vê a gentrificação como parte de uma mudança económica e de um movimento social mais amplos, mas esta esperança raramente é sustentada por qualquer perspectiva explanatória mais extensa*.³⁴ Contrariamente, há quem a entenda como um fenómeno de escala estritamente local e de curta duração. *O argumento principal por trás desta posição é a efemeridade dos factores que encorajam a gentrificação*³⁵, cujo aparecimento concertado ocorre apenas como resposta a grandes crises. Lembremos que, tal como demonstrou Marx, as crises não são ‘desequilíbrios’ pontuais no sistema produtivo, mas são-lhe intrínsecas; e, ainda, que vivemos, desde 2007-08, uma dessas crises. Ainda que os factores que contribuem para a reestruturação urbana a que assistimos hoje sejam temporários, *o seu impulso e as suas raízes derivam de um conjunto de processos específico que podemos designar como desenvolvimento desigual*.³⁶

O desenvolvimento desigual é um conjunto de processos exclusivo das sociedades capitalistas e radica directamente nas relações sociais fundamentais deste modo de produção.³⁷ Refere-se, portanto, ao desfasamento entre as áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas e é um fenómeno trans-escalar. *À escala urbana, reside na relação*



38 — “At the urban scale, [it] lies in the relation between the suburbs and the inner city. The crucial economic force mediating this relation (...) is ground rent.” *Ibid.* P. 77

39 — “Working-class suburbanization followed the suburbanization of industry.” *Ibid.* P. 82

40 — “The necessity to accumulate leads to a falling rate of profit, an overproduction of commodities, and thereby to crisis.” *Ibid.* P. 83

41 — “... there tends to be an increase in the capital flowing into the built environment. The result is the familiar property boom (...).” *Ibid.* P. 83

42 — “... gentrification (...) represents a clear continuation of the forces and relations that led to suburbanization.” *Ibid.* P.84

43 — “Classes are always in the process of constitution (...).” *Ibid.* P. 103

44 — “... the question of consciousness is built into the definition of class, which is not to say it *determines* class. (...). Rather, classes resemble fuzzy sets which are defined more or less sharply depending on social, economic, political and ideological conditions.” *Ibid.* P. 103

entre os subúrbios e o centro da cidade, sendo economicamente mediado pela renda de solo. ³⁸

Esta relação pode ser representada pelo gráfico ao lado.

A suburbanização é também fruto do imperialismo: a concentração da produção em cada vez menos empresas, cada vez maiores, requer áreas maiores para a sua instalação (originando as ‘zonas industriais’ na periferia das cidades) e uma maior mão-de-obra disponível. Daí que *a suburbanização da classe trabalhadora tenha sucedido a suburbanização da indústria.* ³⁹ Também a aniquilação do espaço pelo tempo (decorrente da extraterritorialidade do poder descrita por Bauman) fomenta a suburbanização porque emancipa o capital social em relação ao espaço, equalizando-o. Por fim, a suburbanização do capital estimula a formação do *rent gap*.

A necessidade de acumulação conduz à redução dos lucros e à sobreprodução de mercadorias e, portanto, a crises. ⁴⁰ Nestas alturas, o capital procura novas áreas de investimento mais seguras (impossíveis de prever), *começando a convergir no ambiente construído e originando uma bolha imobiliária* ⁴¹, tal como a que rebentou em 2007-08 e despoletou a actual crise mundial. Harvey aponta a mesma génese urbana da crise actual. Assim, *a gentrificação representa uma continuação das forças e relações que conduziram à suburbanização* ⁴² – a procura de lucro.

Tal como Harvey, Smith defende a necessidade de relaxar a rigidez da dialéctica marxista, de modo a incorporar a gentrificação dentro da luta de classes – passando a entender a disputa urbana (com todos os seus matizes) como luta de classes. Para Smith, *as classes estão sempre em processo de constituição* ⁴³, uma vez que a relação do indivíduo com os meios de produção – ainda que seja o principal factor de formação de classe – não tem limites fechados. Também Bauman, na *Modernidade Líquida*, afirma que as comunidades não são um dado mas uma construção contínua. *A consciência faz parte da noção de classe, mas não a determina, pelo que as classes são difusas e mais ou menos definidas de acordo com condições sociais, económicas, políticas e ideológicas.* ⁴⁴

A gentrificação tem por base um fenómeno urbano geográfico, mas as suas raízes são de ordem social, económica e cultural, bem como as suas consequências – a diferenciação social, económica e cultural dos bairros centrais das cidades. Os factores económicos são analisados por Smith nesta

45 — “... the social equalization championed by consumption-led urbanization has given way to a hard social redifferentiation (...).” *Ibid.* P. 112

obra – sobretudo o papel que a gentrificação desempenha enquanto escape para as crises sistémicas do capitalismo –, mas para entender os aspectos sociais e culturais ser-nos-á mas útil voltar a Bauman. Ainda assim, Smith resume-os como uma passagem da *equalização social promovida pela urbanização baseada no consumo para uma re-diferenciação social*⁴⁵ promovida por políticas neoliberais.

5. DE PÉS ASSENTES NO TERRENO

Mapear a ‘fronteira da gentrificação’ fornece uma ferramenta essencial para combater esse fenómeno por antecipação, mas decidir que indicador(es) utilizar é uma tarefa complexa. Smith explora indicadores de actividade económica (que estão de acordo com a sua análise da dimensão económica da gentrificação), sugerindo como melhor alternativa o pagamento de impostos imobiliários em atraso de modo a evitar expropriações, garantindo a propriedade do imóvel motivada pela perspectiva de lucro futuro – mostrando onde reside o interesse dos investidores.

Todavia, tendo em conta as consequências sociais mencionadas tanto por este como por outros autores, bem como o papel de activismo político e social – desenvolvido em proximidade – que queremos para o arquitecto, parece-nos que o indicador mais sensível (ainda que não o mais exacto ou correcto) talvez seja a percepção da comunidade residente em cada bairro. Este levantamento faz-se a partir de uma presença constante no terreno.

É preciso, ainda, perceber que ‘reinvestir’ e ‘reverter o desinvestimento’ não são a mesma coisa. O reinvestimento ocorre após o desinvestimento, ao passo que a reversão deste visa impedir a continuação da degradação física do construído – e assim, talvez, atrasar ou controlar o processo de criação do *rent gap* necessário para o arranque da gentrificação.

JEREMY TILL

Vários

The Urban Miniature

Angels With Dirty Faces

Architecture of the Impure Community

The Negotiation of Hope

Architecture and Contingency

A Happy Age

Beyond Discourse

Urban Weaving

From Objects of Austerity to Processes of Scarcity

Scarcity Contra Austerity

Scarcity and Agency

1 — Till, Jeremy. “From Objects of Austerity to Processes of Scarcity.” *Jeremy Till*. 9 de Abril de 2012. Disponível em <http://www.jeremytill.net/read/98/from-objects-of-austerity-to-processes-of-scarcity> [acedido a 17 de Dezembro de 2015, 17h00m]

2 — “Austerity, far from a limit on progress, was its very genesis.” *Ibid.*

1. AUSTERIDADE E ESCASSEZ, AGÊNCIA E CONTINGÊNCIA

Jeremy Till tem centrado o seu trabalho, nos últimos anos, nos temas da austeridade e da escassez, e da agência espacial na produção arquitectónica. No texto *From Objects of Austerity to Processes of Scarcity*¹, Till analisa dois períodos de austeridade na história europeia recente (a República de Weimar, durante o período pós-Primeira Guerra Mundial na Alemanha; e o Reino Unido no pós-Segunda Guerra Mundial) para demonstrar que em ambos os momentos a austeridade emergiu da necessidade de reconstruir as cidades europeias devastadas pelas guerras mundiais como uma oportunidade para o progresso. A austeridade decorrente da depauperação provocada pelo esforço de guerra motivou o desenvolvimento das premissas do modernismo internacional: industrialização, eficiência e engenhosidade técnica, aproveitando os desenvolvimentos tecnológicos e produtivos da guerra. Assim, conclui Till, *a austeridade, longe de ser um limite ao progresso, era a sua génese.*²

Contrariamente, hoje a austeridade não decorre de factores económicos e físicos, mas de uma imposição política ideológica (o neoliberalismo), nem é vista como uma oportunidade mas como uma fatalidade (o ‘não há alternativa’

- 3 — “Architecture, as a discipline that spans the private-public spectrum, is thus inevitably bound to the conditions of austerity (...)” *Ibid.*
- 4 — Till, Jeremy. “Scarcity contra Austerity.” *Places Journal*. Outubro de 2012. Disponível em <https://placesjournal.org/article/scarcity-contra-austerity/> [acedido a 07 de Dezembro de 2015, 18h40m]
- 5 — “... demands for market-ready students framed in terms of the decadence of the academy, an anti-intellectualism (...)” Jeremy Till. “From Objects of Austerity to Processes of Scarcity.”
- 6 — “... rarefied air of aesthetic discourse (...)” *Ibid.*
- 7 — “Caught between the diminished architecture of the 99% and the austere architecture of the 1% (...) architecture is once again simply a kind of after-effect – the residue of dominant economic forces.” Jeremy Till, “Scarcity contra Austerity.”
- 8 — “... adress the forces that have produced the austerity (...)” Jeremy Till, “From Objects of Austerity to Processes of Scarcity.”
- 9 — “... a more nuanced term that deals with both cause and effect, with the externalities and their implications.” *Ibid.*
- 10 — “... a political response in the Global North to the economic crisis, and as such neither natural nor inevitable but imposed (...)” Jeremy Till, “Scarcity contra Austerity”
- 11 — “... the actual phenomenon of lack – the quantifiable dwindling of limited resources (...) nonnegotiable limits to growth.” *Ibid.*

tatcheriano). Enquanto programa político com implicações económicas, a austeridade tem consequências tanto na vida pública quanto no quotidiano privado (pela criação do ‘precariado’, descrito por Bauman e Harvey), tornando verdadeiro o lema feminista ‘o pessoal é político’. *A arquitectura, como disciplina que cobre o espectro privado-público, está inevitavelmente vinculada às condições da austeridade.* ³

Tanto neste texto como em *Scarcity contra Austerity* ⁴, Till critica a posição dos arquitectos perante a política da austeridade, que resume a uma de duas possíveis. A primeira, a da maioria (99%, como diz Till), obedece aos ditames do mercado, procurando acrescentar valor não pela qualidade do projecto mas pela contracção dos custos (seja pela redução dos honorários, seja pela tecnicização dos processos através de softwares industriais como os programas BIM); implica, ainda a *decadência da academia e o anti-intelectualismo* ⁵, já que promove a produção de conhecimento directamente aplicável no mercado, desvalorizando a experimentação e a teoria.

A segunda, a da elite minoritária (1%), refugia-se no *ar rarefeito do discurso estético* ⁶, criando uma estética de austeridade mais conforme com a exactidão arquitectónica que se apropria da máxima miesiana ‘menos é mais’ e dos princípios vitruvianos. Desliga-se das suas origens económicas e políticas e reveste-se de uma falsa moralidade de acção que confunde estética com ética, ordem espacial com ordem social. *Presa entre a arquitectura diminuída dos 99% e a arquitectura austera do 1%, a disciplina é novamente apenas um efeito secundário e residual das forças económicas dominantes.* ⁷

Nenhuma destas posições *aborda as forças que produziram a austeridade.* ⁸ Till sugere, então, que se trabalhe com o termo ‘escassez’ uma vez que permite *lidar tanto com as causas como com os efeitos, com as externalidades e as suas implicações.* ⁹ Escassez não é o mesmo que austeridade: a austeridade actual – *a resposta política do norte global à crise económica, e portanto nem natural nem inevitável mas imposta* ¹⁰ – é uma reacção à escassez – *o fenómeno da falta, a diminuição quantificável de recursos limitados, os limites não-negociáveis do crescimento.* ¹¹

A escassez pode ser, simultaneamente, o motor do capitalismo (construída, resultante da distribuição desigual de recursos, o ‘desenvolvimento

- 12 — “In the neoclassical conception of scarcity as pure, measurable lack, buildings and cities are reduced to material objects that have the same qualities of any commodity.” Till, Jeremy. “Scarcity and Agency.” *Journal of Architectural Education* 68.1 (Maio de 2014). P. 9. Disponível em <https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/100/10464883.2014.864894.pdf> [acedido a 8 de Dezembro de 2015, 12h20m]
- 13 — “... innovation and creativity are announced through the production of the new.” *Ibid.*

desigual’ de Smith) e uma ameaça à sua promessa/premissa de crescimento contínuo (real, consequente dos limites naturais dos recursos). Deste modo, a escassez põe em causa, também, a actual noção de ‘desenvolvimento sustentável’ – que implica a manutenção dos padrões de consumo actuais e se concentra nos produtos enquanto objectos e não enquanto resultados de processos produtivos (ou seja, na produção pela produção e não na produção enquanto resposta a necessidades).

*Entendida enquanto falta material, a escassez reduz os edifícios e as cidades a objectos materiais que são, por isso mesmo, mercadorias*¹², podendo ser medidos e controlados como tal. Perpetua-se o entendimento da arquitectura como uma actividade continuamente aditiva, que *anuncia a inovação e a criatividade como a produção do novo*¹³, e que está de acordo com o ideal capitalista de crescimento infinito.

A escassez é usada como justificação para a imposição da austeridade e respectivas medidas de controlo – que se traduzem, em arquitectura, em códigos e regulamentos construtivos e, portanto, na produção técnica dos edifícios enquanto objectos. Para o programa económico neoliberal, a escassez é essencial e, por isso mesmo, inevitável – tal como a austeridade que prescreve. Quando não há uma escassez real, há que construí-la, com causas e efeitos reais manipulados social e politicamente. Esta construção é trans-escalar (as causas são geopolíticas, mas os efeitos são sentidos à escala humana), relacional (porque os recursos são parte das dinâmicas sociais, geográficas e económicas) e contextual (uma vez que a percepção da escassez depende da posição social de cada um).

Considerando que trabalhar sob a austeridade é necessariamente redutor, Till sugere que se trabalhe com as contingências da escassez, uma vez que estas abrem espaço para a intervenção criativa e para a acção transformadora. Sugere, por isso, uma terceira posição que os arquitectos podem assumir – a agência espacial –, que requer várias mudanças à prática arquitectónica actual.

No plano político, há que pensar para lá do objecto. A arquitectura não se esgota na construção dos objectos, até porque a escassez de recursos põe em

- 14 — "... the creativity of the designer is focused not on objects but on the processes that precede and follow the making of objects." Jeremy Till, "Scarcity contra Austerity."
- 15 — "... resources as part of a network of social and temporal relationships (...)." Jeremy Till, "Scarcity and Agency." P. 10
- 16 — "... understanding the object within a wider and more complex set of dynamics." Jeremy Till, "Scarcity contra Austerity."
- 17 — "... agency becomes central." Jeremy Till, "Scarcity and Agency." P. 10
- 18 — Schneider, Tatjana e Jeremy Till. "Beyond Discourse: Notes on Spatial Agency." *Footprint: Agency in architecture: reframing criticality in theory and practice* (Primavera 2009). Pp. 97-111
- 19 — "... architecture as a socially and politically aware form of agency, situated firmly in the context of the world beyond, and critical of the social and economic formations of that context in order to engage better with them in a transformative and emancipatory manner." *Ibid.* P. 98
- 20 — "Agency, to put it another way, presumes the capability of 'acting otherwise'." Giddens, Anthony. *Social Theory and Modern Sociology*. Stanford CA: Stanford University Press, 1987. P. 216
- 21 — "Contingency is, quite simply, the fact that things could be otherwise than they are; and things can be otherwise than they are because "things" are the result of selection." Rasch, William. *Niklas Luhmann's Modernity: The Paradox of Differentiation*. Stanford CA: Stanford University Press, 2000. P. 52

causa a continuidade da construção. No plano económico, estando *a criatividade do arquitecto concentrada não nos objectos mas nos processos que os antecedem e precedem*¹⁴, é possível passar da adição de coisas novas à redistribuição do que já existe, entendendo a escassez como um problema de distribuição dos recursos (vistos *como parte de uma rede de relações sociais e temporais*¹⁵). No plano ecológico, a escassez implica uma melhor utilização de recursos (e não a sua simples redução), *entendendo o objecto dentro de um conjunto de dinâmicas mais abrangente*.¹⁶

A atenção passa da escassez dos recursos para os mecanismos de construção dessa escassez – *a agência torna-se central*.¹⁷ Em *Beyond Discourse: Notes on Spatial Agency*¹⁸, Till e Schneider definem ‘agência’ como a capacidade de transformar, sendo o arquitecto um entre muitos outros agentes de mudança. Torna-se necessário compreender que tarefa cabe ao arquitecto desempenhar.

Geralmente, os arquitectos são vistos como autores de projectos. A autoria confere-lhes autoridade, essencial para a credibilidade profissional mas irrelevante no contexto urbano mais alargado uma vez que as cidades são, maioritariamente, anónimas; são produtos sociais e não autorais, pelo que o arquitecto-solitário não existe. Tendo este argumento por base, Till e Schneider defendem que a arquitectura deve ser vista *como uma forma de agência social e politicamente consciente, firmemente situada no contexto do mundo exterior e crítica das formações sociais e económicas desse contexto, de modo a comprometer-se com elas de forma transformativa e emancipatória*.¹⁹

Segundo Anthony Giddens, *agência pressupõe a capacidade para agir de forma diferente*²⁰, o que põe em causa o entendimento do profissional como alguém que ‘sabe fazer’. Por outro lado, William Rasch define a contingência como *o facto de que as coisas poderiam ser diferentes do que são; e podem sê-lo porque “as coisas” são o resultado da selecção*²¹, o que abre o campo das possibilidades do agente, uma vez que ‘agir’ é ‘seleccionar’. A acção do agente é intencional, ainda que guiada por condicionantes externas (mas não estranhas) ao seu conhecimento e à sua acção. Para ‘agir de forma diferente’ é preciso ‘seleccionar de forma diferente’ e isso implica aceitar contributos que ultrapassam a esfera da sabedoria especializada (*savoir*) e que conformam um corpo de conhecimento social (*connaissance*), cabendo ao agente – neste caso, ao arquitecto – fazer a ligação

22 — “... the [spatial] agent is one who effects change through the empowerment of others.”

Tatjana Schneider e Jeremy Till, *op. Cit.* P. 99

23 — “... initiating different or ‘alternative’ spatial processes (...).” *Ibid.* P. 100

24 — “Design agency (...) works most effectively at a smaller scale, and an accumulation of actions might then lead to a wider change.” Jeremy Till, “Scarcity and Agency.” P. 10

entre os dois.

O meio no qual trabalhamos está recheado de possibilidades: olhá-lo de outra perspectiva abrirá novos horizontes de actuação e impedirá a perpetuação dos modelos produtivos actuais. Isto implica compreender, não só que o arquitecto é um agente entre muitos, mas também que a agência espacial é uma continuidade de acção e ocupação que os liga a todos na mesma cadeia temporal. Aceitar a extensão temporal da acção permite combater a extraterritorialidade do poder (descrita por Bauman) e a consequente ‘irrelevância do espaço pela aniquilação do tempo’.

O agente espacial é, portanto, *aquela que efectiva a mudança através do empoderamento dos outros*.²² Empoderar, aqui, não significa uma transferência de poder, mas sim possibilitar que outros *iniciem processos espaciais diferentes ou alternativos*.²³ Numa altura em que a liberdade – a capacidade de agir – é equivalente aos recursos disponíveis a cada um (Bauman) e em que a cidade é uma mercadoria (Lefebvre), torna-se necessário repensar os modelos económico e produtivo – neoliberal e capitalista.

Empoderar significa alargar as possibilidades de acção livre de toda a gente sem com isso comprometer a dos outros (Illich), o que também passa pela reconstrução da ideia de arquitectura como uma ferramenta convivial, procurando possíveis interstícios nas estruturas do poder (Gramsci) que permitam levar a cabo essa revolução. Passar a entender a arquitectura como uma ferramenta e não como uma disciplina não implica a instrumentalização do trabalho dos arquitectos. Essa alteração deve ser feita a jusante (pelos arquitectos) e não a montante (pelo resto da sociedade). Significa, isso sim, um comprometimento político da parte dos arquitectos, expandindo o seu campo de trabalho para além do projecto de edifícios, numa atitude simultaneamente crítica (porque política) e prática (porque activa).

Till considera que a agência *funciona mais eficazmente na pequena escala, e que uma acumulação de acções pode conduzir a uma mudança maior*²⁴, sendo necessário procurar os espaços vazios entre as estruturas do poder que permitam esse tipo de trabalho – o que obriga a uma reformulação dos problemas iniciais a resolver. No caso da arquitectura, passa por perguntar: é necessário construir

25 — Till, Jeremy. “The Urban Miniature.” *Jeremy Till*. 1994. Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/44/1994_The_Urban_Minature.pdf [acedido a 07 de Dezembro de 2015, 16h15m]

26 — “The scale excludes the urban realm of the body, the graphic excludes the social and political, and the rational method excludes the imaginative, the suppressed & the irrational.” *Ibid.* P. 1

27 — “... leads to a structure of power being imposed.” *Ibid.* P. 1

28 — “I wish to propose the use of the miniature (...) [as a] catalyst [of] productive disorder.” *Ibid.* P. 2

29 — “[The miniature demands an] engagement with the discourse of life.” *Ibid.* P. 3

30 — “... the miniature as a point of resistance to the mechanisms of power.” *Ibid.* P. 3

31 — “For the architect, the everyday (...) demands an acknowledgement of one’s political condition.” Till, Jeremy. “Angels with Dirty Faces.” *Jeremy Till*. 1995. P. 3. Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/43/1995_Angels_with_Dirty_Faces.pdf [acedido a 07 de Dezembro de 2015, 17h20m]

32 — “In Lefebvre’s terms, the everyday is the residue left over when the highly specialised and extraordinary actions of man have been removed.” *Ibid.* P. 3

assim ou, até, de todo? Há alguma alternativa que possa ser explorada?

Questionando o problema original revelam-se oportunidades de trabalho com poder verdadeiramente transformador.

2. MINIATURA E QUOTIDIANO

Till explora e a expõe as vantagens de trabalhar com escalas mais pequenas desde *The Urban Miniature*.²⁵ Neste artigo, o autor defende que o modo como concebemos as nossas cidades, e os edifícios que as constituem, é grandemente influenciado pela representação segundo o modelo clássico, que pressupõe uma hierarquia de escalas de representação e aproximação: cidade (1.2000 a 1.500), edifício (1.200 a 1.50) e detalhe (1.20 a 1.1). A investigação espacial fica contida em fronteiras que dão azo a análises quasi-científicas, abordando questões de quantidade e não de qualidade. A cidade é reduzida a um código que ignora temas de conteúdo, dando lugar à abstracção do espaço concreto que permite controlá-lo.

Através da abstracção deste modo de representação, *a escala exclui a dimensão urbana do corpo, o gráfico exclui o social e o político, e o método racional exclui o imaginativo, o suprimido e o irracional*.²⁶ A cidade transforma-se, pois, num sistema passível de ser controlado desde cima. A ‘vontade de ordenar’ (*will to order*) apaga a cidadania do projectista e *conduz à imposição de uma estrutura de poder*.²⁷

É urgente desenvolver métodos de investigação e representação capazes de lidar com as dimensões sociais, culturais e políticas da cidade, o que só será conseguido posicionando o projectista dentro das contingências do terreno. Propõe-se, então, o *uso da miniatura como um catalisador da desordem produtiva*.²⁸ A miniatura evidencia o quotidiano e obriga a um *envolvimento com o discurso da vida*²⁹, ao mesmo tempo que oferece *pontos de resistência aos mecanismos do poder*.³⁰ O quotidiano *exige o reconhecimento da condição política do arquitecto*³¹, por oposição à neutralidade oferecida pelo método racional.

Till parafraseia Lefebvre, definindo o quotidiano como *o resíduo que fica quando as acções humanas altamente especializadas e extraordinárias são removidas*³², o

33 — “... working from the bottom upwards, always aware of the contingencies of the given situation and the political ramifications of the work of architecture.”; “... the everyday works as a catalyst for productive thinking.” *Ibid.* P. 3

34 — “Architecture, when thus circumscribed by the everyday, is reduced to the lowest common denominators of function and technique. The initial good intent lead to the disempowerment of both architect and client alike.” *Ibid.* P. 4

35 — “Philosophers (*architects*) and philosophy (*architecture*) can no longer be isolated, disguised, hidden. And this is precisely because everyday life is the supreme court where wisdoms, knowledge and power are brought to judgement.” Jeremy Till, “The Urban Miniature.” P. 4

36 — “The community is manifested in the production of its space and architecture contributes a part (but not the whole) of the production.” Till, Jeremy. “Architecture of the Impure Community.” *Jeremy Till*. 1998. P. 5. Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/24/1998_Architecture_of_the_Impure_Community.pdf [acedido a 09 de Dezembro de 2015, 18h10m]

37 — “... it points to a way of releasing the political content latent in the production of any architecture.” *Ibid.* P. 5

que obriga o arquitecto *a trabalhar de baixo para cima, consciente das contingências de cada situação e das ramificações políticas do seu trabalho, como um catalisador para o pensamento produtivo.* ³³

Há que ter em atenção, no entanto, que a imersão total no quotidiano pode ser perigosa por conduzir à vulgaridade e à redução da arquitectura *aos mínimos denominadores comuns de função e técnica*, o que se traduz num *desempoderamento tanto do arquitecto quanto do cliente.* ³⁴ A solução é um movimento contínuo entre a aproximação quotidiana e o afastamento racional, que permita ganhar uma distância crítica mais operativa.

Por outro lado, a pequena escala permite introduzir várias dimensões às quais o projectista, geralmente, está alheado: aproveitando a máxima feminista ‘o pessoal é político’, introduz a dimensão sociopolítica na investigação espacial; obriga a lidar com o corpo e a entendê-lo como fonte de contradições mas também de poder; e o quotidiano deixa de ser um problema, oferecendo um conjunto de possibilidades ainda não exploradas. O projectista passa, então, a ser um cidadão criticamente envolvido, responsável pelas suas decisões. *Os filósofos (arquitectos) e a filosofia (arquitectura) já não podem estar isolados, disfarçados, escondidos. E isto precisamente porque o quotidiano é o supremo tribunal onde sabedorias, conhecimento e poder são levados a julgamento.* ³⁵

Importa lembrar, no entanto, que a arquitectura não é responsável pelos problemas (nem tampouco pelas respostas) sociais de uma comunidade. Focando-nos apenas na arquitectura, ignoramos as estruturas sociais e políticas de produção e ocupação do espaço e, consequentemente, a própria realidade política que promove esses problemas. *A comunidade manifesta-se na produção do seu espaço e a arquitectura contribui com parte (mas não a totalidade) dessa produção.* ³⁶

Há outras dimensões em jogo – na verdade, as mesmas que transformam a disputa urbana numa luta de classes, tal como definida por Harvey. Alargar a discussão arquitectónica de modo a abarcar as dimensões que estão para lá da arquitectura *aponta um caminho para libertar o conteúdo político latente na produção de qualquer arquitectura.* ³⁷ Assim, tomar uma posição política firme (um ‘projecto’, como diria Argan), que seja sensível a estas questões, torna-se essencial para a operatividade transformativa da acção profissional.

38 — “Architecture (...) must relinquish its delusion of purity and accept contingency and the reality of social construction.” *Ibid.* P. 3

39 — “To a large extent community architecture avoids a direct discussion of style through its focus on the process of collaborative design as opposed to the architectural product.” *Ibid.* P. 5

40 — “We are thus caught within exactly the same limits of aesthetic terminology that afflict normal architectural debate (...)” *Ibid.* P. 5

41 — “... the architect (...) as a technical facilitator (...)”; “... political neutrality through recourse to technology (...)” *Ibid.* P. 6

42 — “... community architecture is [not] radically different from conventional architecture, but in fact shares some of the same symptoms, from utopian illusion through political amnesia to an obsession with style and technique.” *Ibid.* P. 6

43 — “... its dialectic genesis suffers from the fate of all binary argument (...) the weaker of the pair, community architecture, is marginalised into its own category (...)” *Ibid.* Pp. 6-7

3. COMUNIDADE E PARTICIPAÇÃO

Segundo Till, a palavra ‘comunidade’ constrói um discurso próprio, vazio de verdadeiro significado político, porque pressupõe uma homogeneidade social e política que não existe – não pode existir. Trabalhar com uma comunidade implica, por um lado, reconhecer cada indivíduo que a compõe como um corpo político independente, ainda que trabalhando para um objectivo comum e, por outro, evitar a ideia de uma comunidade purificada, traduzida numa visão idealizada da sociedade. Till conclui que *a arquitectura deve libertar-se da sua ilusão de pureza e aceitar a contingência e a realidade da construção social*³⁸, interpretando-as de forma crítica e actuando intencionalmente.

Ignorar as implicações políticas do acto de projectar e construir representa uma valorização da forma (estilo e técnica) sobre o conteúdo (significado). Na arquitectura comunitária, as questões de estilo são evitadas *pelo foco no processo de desenho colaborativo por oposição ao produto arquitectónico*³⁹. Sem embargo, pressupõe-se que uma certa gramática formal emergirá naturalmente, uma espécie de arquitectura vernacular – *acabando por estabelecer os mesmos limites de terminologia estética do debate arquitectónico normal*.⁴⁰ A despolitização da arquitectura é mais profunda quando esta é considerada apenas pelos seus aspectos técnicos. O arquitecto deixa de ser um cidadão e passa a ser um *facilitador técnico*, alcançando a *neutralidade política pela tecnologia*.⁴¹

Assim sendo, *a ‘arquitectura comunitária’ não é tão diferente da arquitectura convencional, partilhando até alguns dos seus sintomas, desde a ilusão utópica, à amnésia política e à obsessão com o estilo e a técnica*.⁴² O problema é que *a génese dialéctica desta distinção tem as mesmas consequências que todos os argumentos binários: o par mais fraco, a arquitectura comunitária, é marginalizado*.⁴³ A melhor maneira de combater estes sintomas é a redistribuição do poder dentro da relação arquitecto-comunidade. Ao passo que o controlo total por parte do arquitecto ignora as contingências da vida diária da comunidade, a cedência total do poder priva o arquitecto (e a comunidade) das suas capacidades criativas, acabando por desempoderar ambos lados. Não se pode cair no erro de ‘demonizar’ o conhecimento do arquitecto como fonte de poder opressor; deve-se, isso sim, encará-lo de forma

44 — “Participation is inherently political, not in the party political sense of the word, but in the sense that it affects people’s lives.” Till, Jeremy. “The Negotiation of Hope.” *Jeremy Till*. 2005. P. 5 Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/19/2005_The_Negotiation_of_Hope.pdf [acedido a 10 de Dezembro de 2015, 19h00m]

45 — “If participation acts as a palliative to ensure (...) stability, then that is acceptable. If participation acts as an agent [of] transformation (...) then it is not acceptable.” *Ibid.* P. 2

46 — “... a ‘feeling’ of participation.” *Ibid.* P. 3

47 — “[In architecture] the expert knowledge of the architect and the tacit knowledge of the participant user remain on different levels, [and] the lines of communication are compromised by codes, conventions and authority.” *Ibid.* P. 3

48 — “... the final power resides with the person with the most knowledge (...).” *Ibid.* P. 3

diferente, reconhecendo e estando alerta para as suas possíveis consequências.

Cabe aos arquitectos fazer a mediação entre o seu conhecimento enquanto profissionais e o seu entendimento quotidiano como cidadãos, estabelecendo entre ambas esferas transacções recíprocas verdadeiramente frutíferas e transformadoras. A aproximação ao quotidiano da comunidade com a qual se está a trabalhar exige a construção de metodologias de trabalho participativas, sendo obrigatório ter em atenção que *a participação é inerentemente política, não no sentido partidário, mas no sentido em que afecta as vidas das pessoas*.⁴⁴

Till estabelece um paralelo entre a democracia e a participação: ambas têm como ponto forte o convite ao envolvimento de todos e como fraqueza a possibilidade de esse envolvimento ser acrítico – preocupando-se mais com consensos do que com debates – às tendências do poder e à manipulação. De acordo com o autor, a participação democrática contemporânea só é aceite *se for um paliativo que garante a estabilidade. Se a participação for um agente transformador então não é aceitável*.⁴⁵ Vista assim, como um placebo, a participação produz nos participantes um sentimento de importância que mascara a passividade da sua acção – *um ‘sentimento’ de participação*.⁴⁶

Baseando-se na obra de Carol Pateman, Till descreve dois modelos de participação para, no fim, sugerir um terceiro. O primeiro – ‘participação plena’ – pressupõe que cada indivíduo tem igual poder, assente na igualdade do conhecimento e em meios de comunicação transparentes. Em arquitectura, *o conhecimento do arquitecto e o do participante estão em níveis diferentes, e as linhas de comunicação estão comprometidas por códigos, convenções e autoridade*.⁴⁷ da parte do arquitecto, o que conforma uma relação de poder desequilibrada.

O segundo – ‘participação parcial’ – reconhece a desigualdade do poder e *que este reside junto da pessoa com mais conhecimento*.⁴⁸, promovendo a primazia do perito (no caso, do arquitecto) e não o empoderamento do participante. Contudo, retirar poder ao perito é retirar-lhe conhecimento, transformando-o num facilitador técnico cujas competências são instrumentalizadas e não utilizadas de forma transformadora. O conhecimento técnico não permite explorar a contingência do quotidiano do utilizador, ficando este impedido de aceder ao poder.

49 — "... it is not the activity of the subject of knowledge that produces a corpus of knowledge (...) but power-knowledge (...) that determines the forms and possible domains of knowledge." in Foucault, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. 1977. Nova Iorque: Vintage Books, 1995. P. 28

50 — *Urban storytelling*, no original

51 — "... moves the architect from being a detached observer into an engaged participant (...). Second, it anticipates the future spatial possibilities in terms of time and occupation rather than seeing them as fixed and empty forms. Thirdly, [it] brings into play social relationships (...). Fourthly, conversations in their open-ended nature give rise to unexpected consequences (...)." Jeremy Till, "The Negotiation of Hope." P. 11

52 — "The role of the architect becomes to understand and draw out the spatial implications of the urban storytelling." *Ibid.* P. 12

53 — "Where clients are generally concerned with economy, efficiency and longevity – all issues which elide with the Vitruvian triad (...) – users bring other concerns to the table." *Ibid.* P. 5

54 — "... the criteria by which the eventual designs are judged 'better' are centred around economic criteria in one instance and social criteria in the other." Jeremy Till, "Architecture of the Impure Community." P.6.

Em *Discipline and Punish*, Foucault diz-nos que *não é a actividade do sujeito de conhecimento que produz o corpo do conhecimento, mas é o poder-conhecimento que determina as formas e os domínios possíveis do conhecimento.* ⁴⁹ Ou seja, quem decide o que constitui ou não conhecimento (que é a fonte do poder) é o próprio poder. Utilizando a dicotomia estabelecida por Lefebvre, há que equalizar em importância a sabedoria científica (*savoir*) e o conhecimento popular (*connaissance*), de modo a que ambos sejam produtores de poder para os seus detentores.

Surge, então, o terceiro modelo – ‘participação transformativa’ – que, por um lado, reconhece o desequilíbrio de poder mas, por outro, procura redistribuir (ou redefinir) o conhecimento de modo a empoderar os participantes. Os canais de comunicação devem ser alterados para que facilitem a utilização do conhecimento popular (*connaissance*), que não é reduzível aos códigos gráficos e técnicos da arquitectura. Till sugere as conversas (empregando a ‘linguagem comum’ de Illich), sob a forma de ‘narração urbana’ ⁵⁰, como novo meio de comunicação e aponta quatro vantagens: *o arquitecto passa de observador afastado a participante comprometido; antecipa futuras possibilidades espaciais em termos de tempo e ocupação, em vez de as fixar em formas vazias; introduz o problema das relações sociais; e, por ter o fim em aberto, dá azo a consequências inesperadas.* ⁵¹ Uma vez que surge da experiência pessoal do narrador, a narração permite ao participante informar o conhecimento do arquitecto e a exploração de todas as possibilidades. Ao arquitecto cabe a tarefa *de compreender e extrair as implicações espaciais dessas narrativas urbanas.* ⁵²

Este terceiro modelo de participação transforma a própria disciplina, abrindo-lhe campos de actuação por explorar. A contingência do quotidiano (a imprevisibilidade dos utilizadores; o alheamento aos valores arquitectónicos; a introdução das dimensões sociais e políticas) interfere com a visão idealizada (vitruviana) que os arquitectos têm, muitas vezes, do seu trabalho. *Ao passo que os clientes geralmente se preocupam com questões de economia, eficiência e longevidade – que estão subentendidos na tríade vitruviana – os utilizadores trazem outras preocupações.* ⁵³ Ou seja, *os critérios segundo os quais os projectos são considerados ‘melhores’ estão centrados em questões económicas num lado e em questões sociais no outro.* ⁵⁴

55 — “... architectural knowledge should not be applied as an abstraction from the outside, but developed from within the context of the given situation.” Jeremy Till, “The Negotiation of Hope.” P. 7

56 — “The architect (...) engages with the world as organic intellectual (...).” *Ibid.* P. 8

57 — “... the heroic potential of architecture (...).”; “... architecture is not just a necessary condition for happiness, but a sufficient one (...).” Till, Jeremy. “A Happy Age (Before the Days of Architects).” *Jeremy Till*. 2008. Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/16/2008_A_Happy_Age.pdf [accedido a 14 de Dezembro de 2015, 16h00]. P. 1

58 — “... il y a l’architecture. Chose admirable, la plus belle. Le produit des peuples heureux et ce qui produit des peuples heureux.” in Le Corbusier. *Vers un Architecture*. 1923. 2ª ed. Paris: Éditions G. Crès et Cie, 1924. P. 7

59 — Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1962. 7ª ed. Porto: FAUP Publicações, 2007. P. 75

4. REALIDADE E POSSIBILIDADE

Uma vez que qualquer profissão é baseada na posse de um corpo de conhecimento específico e tendencialmente exclusivo (os monopólios de conhecimento mencionados por Illich), abre-se a dúvida de como lidar com o quotidiano recorrendo à linguagem ‘comum’ a que este obriga, sem perder os benefícios da sabedoria especializada (e da sua linguagem ‘técnica’) que distingue o arquitecto dos utilizadores.

A solução proposta por Till é *aplicar o conhecimento arquitectónico não como uma abstracção exterior, mas desenvolvendo-o desde o contexto da situação específica* ⁵⁵, devendo o arquitecto trabalhar desde ‘dentro’, ‘com’ os participantes, e não ‘para’ eles. Novamente se conclui que o arquitecto deve ser uma figura tensa, capaz de mover-se entre a sua sabedoria científica e o seu conhecimento quotidiano informado no contexto do trabalho a desenvolver: *um intelectual orgânico* ⁵⁶ (termo que Till aproveita de Gramsci) – tanto cidadão quanto perito. A arquitectura deixa de ser encarada como formulação de respostas a problemas para passar a ser um processo de negociação da esperança.

É por isso mesmo que Till argumenta que as questões sociais não se resolvem (apenas) com respostas físicas. Há uma ideia, herdada do modernismo, do *potencial heróico da arquitectura*, de que *a arquitectura não só é uma condição necessária para a felicidade como é condição suficiente*. ⁵⁷ De facto, vários autores estabelecem a ligação entre arquitectura/arquitecto e felicidade, como Le Corbusier ou Távora:

Há a arquitectura. Coisa admirável, a mais bela de todas. O produto de povos felizes e que produz povos felizes.

— Le Corbusier ⁵⁸

Que seja assim o arquitecto – homem entre os homens – organizador do espaço – criador de felicidade.

— Fernando Távora ⁵⁹

60 — "... but it is part of much wider set of social and personal forces (...)." Jeremy Till, "A Happy Age (Before the Days of Architects)." P. 1

61 — "The term 'ordering' all too easily conflates the visual with the political." Till, Jeremy. "Architecture and Contingency." *Field: a free journal for architecture* (2008). Pp. 120-135.

Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/Till_architecture_and_contingency.pdf [accedido a 09 de Dezembro de 2015, 10h30m]. P. 122

Till reconhece que a arquitectura influencia a disposição das pessoas, *mas é apenas uma parte de um contexto mais alargado de forças sociais e pessoais*⁶⁰ que escapam ao controlo do arquitecto e que, portanto, contrariam a sua vontade de ordenar.

A beleza vitruviana é considerada o veículo dessa felicidade, e esta ideia tem sido passada, constante e incontestavelmente, de uma geração de arquitectos para a seguinte, adquirindo a gravidade de uma verdade inviolável – criando um ciclo fechado entre estética e ética. A moral da beleza vitruviana é a moral da ordem, que rapidamente confunde a dimensão física com a dimensão social e política. Esta pureza moral é visível, também, na estética austera (que confunde rigor com austeridade) da elite arquitectónica – o 1% mencionado anteriormente.

A arquitectura constitui, no máximo, a representação física de uma promessa de felicidade. Porém, como vimos com Bauman e Illich, a felicidade depende do consumo de produtos sempre novos, ficando assim adiada para um futuro irremediavelmente inalcançável. A arquitectura não pode oferecer a felicidade mas apenas um espaço para a construção das relações sociais que poderão produzir essa felicidade.

A perfeição é, desde Platão, uma qualidade inteligível, mas o mundo sensível da arquitectura é pura contingência – posta em evidência pelo quotidiano. Till propõe que reposicionemos a tríade vitruviana (*firmitas, utilitas, venustas*) como princípios da arquitectura e não como fins a atingir, não só porque é auto-evidente, mas sobretudo porque implica um conceito de ‘ordem’ que rapidamente extravasa os limites estéticos e construtivos para abarcar outras dimensões. *O termo ‘ordenar’ conflui muito facilmente o visual com o político.*⁶¹ A ‘vontade de ordenar’ pode ser confundida com uma ordem moral.

Da vontade de ordenar decorre a vontade de eliminação da diferença, de tudo o que é estranho à ordem – Till chama-lhe contingência, mas outros autores chamam-lhe circunstância:

62 — “Men make their own history, but they do not make it as they please; they do not make it under self-selected circumstances, but under circumstances existing already, given and transmitted from the past.” in Marx, Karl [1852]. “The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte”. 1852. *Marxists Internet Archive*. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1852/18th-brumaire/ch01.htm> [acedido a 17 de Janeiro de 2017, 22h00m]

63 — Fernando Távora, *op. Cit.* P. 22

64 — *Ibid.*, P. 22

65 — “Order can thus only really exist as a form of knowledge from which will issue a series of abstracted procedures (...). We are left with the illusion of order (...).” Jeremy Till, “Architecture and Contingency.” Pp. 127-128

66 — “... normalising disguises a stealthy process of marginalization of difference (...).” *Ibid.* P. 131

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias por si escolhidas, mas sob circunstâncias que já existem, dadas e transmitidas pelo passado.

— Karl Marx ⁶²

A esse conjunto de factores naturais e humanos, daremos o nome de «circunstância»; sendo assim «circunstância», pelo próprio significado da palavra, será aquele conjunto de factores que envolvem o homem, que estão à sua volta.

— Fernando Távora ⁶³

Ainda segundo Távora, constituem circunstância *para além das formas pré-existentes – naturais ou humanas – factores tão variados como o pensamento científico ou a religião, a economia ou a sensibilidade, a política ou a filosofia, sendo por vezes difícil discernir a importância de uns sobre os outros e, mesmo que possível, sendo certo que todos, mais ou menos, estão na base de qualquer forma e estão de tal modo que a compreensão total de uma forma será tanto mais perfeita quanto mais se transforme em vivência, na medida em que se identifiquem forma e observador, pois que um processo intelectual de pura análise não é suficiente para a obtenção total do espírito de qualquer forma, ainda que possa constituir veículo de aproximação.* ⁶⁴ Também Távora aponta a necessidade de ultrapassar o pensamento abstracto, urgindo-nos a lidar directamente com a contingência que é, pela descrição apresentada, onnipresente e, por isso mesmo, impossível de eliminar. *Assim, a ordem só pode existir como uma forma de conhecimento do qual surgirão uma série de procedimentos abstractos, restando-nos uma ilusão de ordem.* ⁶⁵

A contingência torna necessário o reconhecimento de e o diálogo com a diferença – isto é, conduz ao debate político. As tentativas de normalização da alteridade podem ir desde a evitação passiva (conformando os espaços públicos mas não civis descritos por Bauman em *Modernidade Líquida*) até à erradicação activa (como sejam os processos de limpeza urbana e social – ‘pacificação’ – levados a cabo nas favelas do Rio de Janeiro; Bauman descreve o Holocausto como o exemplo extremo da eliminação do outro). Assim, *normalizar disfarça um processo furtivo de marginalização da diferença.* ⁶⁶

Uma vez que nos assentamentos construídos sem intervenção

67 — “... which facts one chooses to gather, how one engages with them critically, and then how that interpretation might inform the production of the built environment.” Till, Jeremy. “Urban Weaving.” *Jeremy Till*. 2010. Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/14/2010_Urban_Weaving.pdf [acedido a 14 de Dezembro de 2015, 18h20m]. P. 4

68 — “... cloaked in the populist language of civic morality, family values and neighborhood security.” Smith, Neil. *The New Urban Frontier*. 1996. Nova Iorque: Routledge, 2001. P. 207

69 — “Alors une profondeur sans bornes s’ouvre, efface les murs, chasse les présences contingentes, accomplit le miracle de l’espace indicible.” Le Corbusier. “L’Espace Indicible.” *L’Architecture d’Aujourd’hui - hors-série “Art”*, 1946

70 — “... words that eschew the modernist dialectics (...).” Jeremy Till, “Urban Weaving.” P. 4

profissional/institucional o espaço físico é a representação directa da organização social, os laços sociais são mais fortes do que os laços espaciais. Esta organização social do espaço sem supervisão institucional é considerada ‘anormal’ e deve, portanto, ser ‘corrigida’ – normalmente através da ‘correção’ do espaço físico, num processo violento de normalização.

Os parâmetros do ‘normal’ correspondem a um sistema de valores ligado aos dogmas do moderno, isto é, à vontade de ordenar, de controlar, de erradicar a contingência. Quando aplicados à escala urbana, estes valores – e os respectivos instrumentos arquitectónicos – resultam em atitudes simplistas com graves consequências sociais. Afirma-se, novamente, a necessidade de enquadrar a prática arquitectónica dentro de um novo sistema de valores capaz de gerar novas ferramentas e atitudes éticas de interpretação da contingência do quotidiano com base em três questões: *que factos recolher, como abordá-los criticamente, e como é que essa interpretação pode informar a produção do ambiente construído*.⁶⁷ Recordemos que, segundo Rasch, as “coisas” são resultado da selecção.

A violência da normalização, da renovação urbana, é *mascarada pela linguagem populista da moralidade civil, dos valores familiares e da segurança de bairro*.⁶⁸ ‘Renovar’, fazer de novo, implica que o que existe já não serve e deve, portanto, ser eliminado – uma consequência lógica da busca moderna pelo ‘espaço indizível’ tal como enunciado por Le Corbusier: *abre-se assim uma profundidade infinita, que apaga as paredes, expulsa as presenças contingentes, realiza o milagre do espaço indizível*.⁶⁹ ‘Expulsar as presenças contingentes’ significa uma desposseção espacial violenta exercida sobre a comunidade produtora do espaço, que é assim estigmatizada e considerada incapaz de agir ‘normalmente’ num plano social mais alargado (os ‘cidadãos falhados’ de Bauman).

É urgente encontrar um novo léxico que *descarte a dialéctica modernista*⁷⁰, evitando a apropriação do informal enquanto estética e procurando incluir o debate político necessário à vida urbana. Till sugere a convivialidade proposta por Illich – porque concentra os esforços do trabalho do arquitecto nos meios de produção (neste caso, sociais e inerentemente políticos) e não nos objectos finais (edifícios e conjuntos urbanos) – mas ressalvando que a autonomia

71 — Fernando Távora utiliza a expressão “conhecimento integral” para qualificar a “conaturalidade, isto é [a] existência de uma natureza comum” entre o arquitecto e o meio a trabalhar. Cf. Fernando Távora, *op. Cit.* P. 22

72 — “... the designers bring to the table not their professionalism but their spatial intelligence as a catalyst to release the latent spatial intelligence of others (...).” Jeremy Till, “Urban Weaving” P. 6

73 — “This unity of possibility and actuality is contingency. – The contingent is an actual which is at the same time determined as only possible, an actual whose other or opposite equally is.” Hegel, G.W.F. *The Science of Logic*. Vol. 1. 1812. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2010. P. 480

74 — Cit. in Krüger, Mário. “Digital Turning: Uma Mudança de Direcção?” *Jornal de Arquitectos* 244. Ordem dos Arquitectos. Disponível em [http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/244/Tr%C3%AAs%20Ensaio%20\(um\)/](http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/244/Tr%C3%AAs%20Ensaio%20(um)/) [acedido a 18 de Janeiro de 2010, 19h30m]

pretendida por Illich não é operativa à escala urbana porque a complexidade da cidade não se coaduna com a actuação independente.

Por outro lado, não nos podemos esquecer que ignorar o conhecimento do arquitecto é retirar-lhe poder, o que resulta no desempoderamento de todos os envolvidos. O arquitecto tem de lidar com a heterogeneidade para poder ser o ‘intelectual orgânico’ de Gramsci, capaz de aliar o conhecimento (*savoir*) e o saber (*connaissance*) definidos por Lefebvre (o ‘conhecimento integral’ de Távora), de modo a reconhecer a sua ‘conaturalidade’⁷¹ com o meio; o que lhe permitirá trabalhar desde dentro da comunidade, ‘com’ ela em vez de ‘para’ ela, aproximando-se da ‘vanguarda intelectual’ leninista. Deste modo, *o arquitecto não oferece o seu profissionalismo mas a sua inteligência espacial como um catalisador para libertar a inteligência espacial latente dos outros.*⁷² A arquitectura assim produzida é capaz de se adaptar à contingência aceitando-a como a unidade da possibilidade com a realidade, para trabalhar a partir dela (e não apesar dela) abraçando as contradições que essa unidade pressupõe:

Esta unidade de possibilidade e realidade é contingência. — O contingente é um real que está simultaneamente determinado apenas como possível, um real cujo outro ou contrário também o é.

— Hegel⁷³

Em arquitectura, o contrário também pode ser verdadeiro.

— Fernando Távora⁷⁴

Análise

ARQUITECTURA ΘΥ E REVOLUÇÃO

Síntese

REFIGURAÇÃO DO CAMPO DE ACÇÃO

(de como a configuração do campo de acção altera – refigura – a experiência vivida, ancorando o hipotético no real. É necessário ter em mente que o principal objectivo da narrativa é a estrutura e a coerência, e não a criação de um certo tipo de experiência. Contudo, uma vez que o processo é aberto e o tempo não é obrigatoriamente linear, a possibilidade de reinterpretar o passado oferece a possibilidade de re-imaginar um futuro inspirado pela esperança, num processo inexaurível.)

Este último momento constitui-se como **Síntese**.

Colocam-se em diálogo os autores analisados, formulando uma síntese, sistemática e operativa, do conhecimento prévio e adquirido, capaz tanto de confirmar como de rejeitar as prefigurações motivacionais. No fundo, procura-se a concepção de uma ideia de arquitectura, não enquanto produto (essência) mas sim construção (existência), enquadrada numa lógica de concepção da disciplina como ferramenta política e social para a construção participada do espaço contemporâneo, em prol da sua democratização.

Quer-se, ainda, que esta ‘ideia de arquitectura’ informe a futura prática profissional do candidato, dotando-a de uma base ideológica orientadora dos actos a desenvolver.

1 — Le Corbusier. *Vers une Architecture*. 1923. 2^a ed. Paris: Les Éditions G. Crès et Cie., 1924

Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9600362d/f15.item.zoom>

[acessado a 18 de Janeiro de 2017, 11h00m]

2 — “C’est une question de bâtiment qui est à la clé de l’équilibre rompu aujourd’hui: architecture ou révolution.” *Ibid.* P. 227

3 — “It is a question of building which is at the root of the social unrest of to-day; architecture or revolution.” in Le Corbusier. *Towards a New Architecture*. Nova Iorque: Dover Publications, Inc., 1986. P. 269

4 — “In English, the word “housing” can be used as a noun or as a verb. When used as a noun, housing describes a *commodity* or product. The verb “to house” describes the process or *activity* of housing.” Turner, John F. C. “Chapter 7: Housing as a Verb.” *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*. Eds. John F. C. Turner e Robert Fichter. New York: Collier Macmillan, 1972. Pp. 148-75

5 — “Not only what men do but also what men want is designated by a noun. ‘Housing’ designates a commodity rather than an activity.” Illich, Ivan. *Tools for Conviviality*. 1973. Glasgow: Fontana/Collins, 1975. P. 104

6 — “Revolution can be avoided.” Le Corbusier. *Op. cit.* P. 289

1. VERBO OU SUBSTANTIVO?

Em 1923, Le Corbusier publicou *Vers une Architecture*¹, um conjunto de ensaios apologéticos de uma arquitectura moderna, capaz de acompanhar formalmente os avanços técnicos da época. No último capítulo, *Architecture ou Révolution*, o arquitecto suíço indica a má qualidade da habitação (e o desajuste entre as realidades da técnica e do quotidiano) como a principal causa para o desassossego social sentido.

No francês original, a expressão *une question de bâtiment*² não deixa margem para dúvidas: é de edifícios-produto que estamos a falar. Contudo, a tradução inglesa, *a question of building*³, introduz uma ambiguidade própria do idioma: verbo ou substantivo? Processo ou produto? Essência ou existência? É esta ambiguidade que nos interessa aqui explorar. Tanto John Turner, em *Housing as a Verb*, incluído na obra *Freedom to Build*⁴, como Ivan Illich, em *Tools for Conviviality*⁵, abordam a mesma duplicidade de significados.

Para Le Corbusier, *a revolução pode ser evitada*⁶, cabendo essa responsabilidade à arquitectura. Na verdade, ao longo do capítulo, o autor utiliza a palavra ‘revolução’ para se referir a duas realidades distintas

7 — “... Architecture or demoralization – demoralization and revolution.” *Ibid.* P. 276

8 — Cf. Saraiva, Tiago Mota. “Queremos um país de proprietários e não de proletários.” 6 de Outubro de 2015. Disponível em <https://www.facebook.com/notes/tiago-saraiva/queremos-um-pa%C3%ADs-de-propriet%C3%A1rios-e-n%C3%A3o-de-prolet%C3%A1rios1/10153299834901775/> [acedido a 10 de Julho de 2017, 16h10m]

que lhe motivam reacções opostas. Por um lado, Le Corbusier considera revolucionários os avanços feitos em várias áreas, ora celebrando-os (desde os novos meios de produção industrial e a consequente modificação do modo de produção, até aos novos métodos construtivos e à redefinição dos valores arquitectónicos que alteraram o conceito de arquitectura), ora exigindo-os (apelando, por exemplo, à alteração dos regimes de propriedade vigentes).

Simultânea, e contrariamente, Le Corbusier pretende evitar a revolução latente, motivada pelo desajuste entre a indústria e as condições de habitação da população. Este arquitecto procura antecipar-se à revolução social através da revolução técnica, sendo para isso necessário aprender a usar as novas ferramentas disponíveis. Só assim se evitará o aprofundar da crise moral: *arquitectura ou desmoralização – desmoralização e revolução.*⁷

Esta posição, que atira o trabalho do arquitecto para um papel tanto preventivo quanto propositivo, é típica de um período histórico no qual os Estados promoviam políticas de habitação assentes no provimento de casas. Com a ascensão do neoliberalismo, a solução para o problema da habitação foi sendo deixada nas mãos do mercado livre. O Estado deixou de construir casas, passando a dotar o território de infraestruturas e equipamentos públicos básicos. A construção ou aquisição da habitação tornou-se uma responsabilidade dos próprios moradores, com base em créditos bancários que constituem verdadeiras rendas sobre os rendimentos dos (agora) proprietários.⁸ Esta estratégia corresponde aos esforços de transformação social dos ‘proletários’ em ‘proprietários’, descosendo-se a solução espacial – cuja resposta passa a ser dada pelo mercado imobiliário – da intervenção social – que, tal como veremos adiante, evidencia os fracassos pessoais dos utentes.

A mercantilização da habitação conduziu à perda do ‘propósito social’ da arquitectura – esta deixou de ser um meio de combate à desigualdade social para passar a ser um objectivo da cultura corporativa. A arquitectura independentizou-se da sociedade, sendo vista (e trabalhada) como uma forma de arte autónoma, um valor em si mesma, e não mais uma ferramenta ao serviço da população – como se ambas (arte e sociedade) fossem mutuamente exclusivas. Abriu-se caminho ao surgimento do ‘starchitect’ e a disciplina corre

9 — Cf. Leach, Neil. “Architecture or Revolution?” 1996. P. 5. Disponível em <https://neilleach.files.wordpress.com/2009/09/architecture-or-revolution.pdf> [acedido a 21 de Julho de 2016, 14h30m]

10 — Morar de Outras Maneiras. “Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices.” Outubro de 2008. P. 13 Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/arquivos/Architecture_as_Critical_Exercise_MOM.pdf [acedido a 14 de Dezembro de 2015, 17h40m]

11 — “Architecture is deeply embedded within economic and other structures of power, and its capacity to operate as a critical force of change is therefore compromised.” Neil Leach, *op. Cit.* P. 6

12 — “... any ‘negativity’, any critical capacity within architecture, is all but cancelled by the ‘positivity’ of its presence. The very physicality of architecture (...) undermines its capacity to be ‘subversive’.” *Ibid.* P. 7

o risco de se tornar pura produção formal, plano sem projecto (nas palavras de Argan): metodologia sem ideologia.

A análise apresentada até agora pretende informar uma estruturação ideológica assente na importância dos processos de desenho, construção e uso do espaço. Interessa-nos não tanto a forma dos edifícios mas o seu conteúdo; ou seja: encaramos o projecto de arquitectura como um momento político que se manifesta mais através da prática do que através do resultado final – ou, parafraseando John Turner, valorizando mais a *actividade* do que a *mercadoria*.

Pretender que o significado político de um edifício se expresse na sua forma é incorrer em dois equívocos: não só identifica ética com estética como, consequentemente, assume que a interpretação das formas é universal e homogénea, pressupondo leituras ‘a-históricas’ por parte de um utilizador-padrão, entendido como a unidade básica da experiência do espaço.⁹

Esta visão das pessoas enquanto ‘utilizadores’ anónimos, cuja vida é condicionada por espaços pré-determinados e impostos por terceiros, *só faz sentido no contexto duma produção do espaço capitalista*.¹⁰ A impudência de Le Corbusier é esta: mascarar a construção como uma revolução em si – e não como o veículo para a revolução – de modo a enquadrar tanto o indivíduo como o colectivo dentro do projecto ideológico do capitalismo.

2. DA LIBERDADE

No texto *Architecture or Revolution?*, Neil Leach afirma que a arquitectura é incapaz de operar como *uma força crítica de mudança por estar profundamente enraizada nas estruturas económicas e de poder*¹¹, acrescentando ainda que *qualquer ‘negatividade’, qualquer capacidade crítica da arquitectura, é cancelada pela ‘positividade’ da sua presença*, ou seja, *que a sua fisicalidade enfraquece a sua capacidade de ser subversiva*.¹²

Parece-nos, contudo, que é precisamente devido ao seu enraizamento nas estruturas económicas e de poder que a arquitectura pode surgir como força de mudança tanto crítica como operativa. O arquitecto é, ao contrário

do que afirma Leach, um agente livre na escolha do cliente e do método de trabalho, na medida em que o carácter de prestação de serviços da sua profissão lhe permite rejeitar certos trabalhos e aceitar, ou até propor, outros.

Consideramos, ainda, que a forte presença social da arquitectura possibilita-lhe a construção dos mais vincados comentários críticos ao real – a ‘positividade’ da sua presença amplificando a possível ‘negatividade’ do seu discurso. No novo mundo de poder extraterritorial (tal como descrito por Bauman), a fisicalidade da arquitectura – até agora o maior obstáculo à subversão da disciplina – é a sua mais poderosa arma política. A questão é que a atenção deve ser desviada do produto da arquitectura (o edifício, o ponto focal dos pioneiros modernos) e apontada ao processo de produção.

É na alteração do método de trabalho que radica o verdadeiro potencial transformador da arquitectura. Há que proceder a uma inversão dos papéis tradicionais: o processo de desenho deixa de ser um meio para atingir um fim (o edifício), passando o edifício a ser um pretexto para atingir a transformação social. Engajar as populações na construção participada e livre – e portanto democrática – do seu espaço quotidiano permite, mais do que empoderá-las, emancipá-las, já que questiona o papel que lhes está atribuído no âmbito social mais alargado.

A liberdade, segundo Bauman, é uma construção social duplamente condicionada: por um lado, pela razoabilidade da acção; e por outro, pelos recursos que cada um tem à sua disposição (isto é, pela possibilidade de agir).

A primeira condicionante põe em jogo a responsabilidade profissional e pessoal de cada um (sendo que, no caso dos arquitectos, uma e a outra são muitas vezes coincidentes). Num momento como o actual, em que há uma sobreposição entre ‘liberdade’ e ‘segurança’, é frequente que os arquitectos, de modo a que os espaços por si desenhados garantam as condições necessárias de controlo social para manutenção da ordem, substituam a sua cidadania pela sua especialização, desligando o acto de desenhar-construir das respectivas implicações sociopolíticas.

Considerada apenas pelos seus aspectos técnicos, a arquitectura é despolitizada e o arquitecto reduzido a um tecnocrata – que é, como já vimos,

inimigo do cidadão, uma vez que equipara, e até sobrepõe, a forma (estética) ao significado (ética). Por outra parte, o discurso científico cria uma distância relativamente ao objecto de estudo (neste caso, o espaço), abstractizando-o. O conhecimento assim instrumentalizado não permite explorar a contingência do quotidiano, esvaziando-o de qualquer potencial de subversão política. Em todo o caso, o espaço não é uma estrutura formal, mas sim dialéctica, pelo que é intrinsecamente político.

A segunda condicionante coloca o consumo como exercício máximo da liberdade. A liberdade depende da disponibilidade de recursos, que se traduz na capacidade de consumir. Ainda que seja necessário (porque não podemos produzir tudo quanto necessitamos), consumir é uma tarefa solitária e individual, que tanto corresponde a uma visão hobbesiana da sociedade quanto nega o modelo político aristotélico. O controlo social é aceite por este mesmo motivo: numa sociedade de indivíduos, a segurança é garantida pela previsibilidade das acções alheias, ainda que esta se consiga por meios repressivos. A resultante dissolução das comunidades é ao mesmo tempo um meio e um fim da política da modernidade líquida, que se refugia na instantaneidade para escapar à resistência oferecida pelo espaço. Por outro lado, é mais fácil criticar o consumo do que o modo de produção, porque se o primeiro é individual, o segundo tem a força da colectividade.

Daqui se depreende que as populações mais pobres são necessariamente menos livres e estão, por isso mesmo, mais afastadas dos centros de poder. Ser pobre é, dentro deste argumento, ser um cidadão falhado e socialmente ineficiente e, conseqüentemente, estigmatizado. Os modelos actuais de produção da habitação social, por exemplo, aprofundam este fosso, não só porque excluem os supostos beneficiários das fases prévias à ocupação e uso das casas, mas também porque acarretam um conjunto de regras e burocracias que tentam reger a vida dos inquilinos. Simultaneamente, a localização dos bairros sociais, geralmente nas periferias degradadas das cidades, impõe-se como outro factor de exclusão. Não só nega, literalmente, o direito destas populações a viverem na cidade como obriga a um horário diário dependente de transportes públicos muitas vezes exaustos e insuficientes,

acabando por alargar o dia laboral e condicionando o normal funcionamento do agregado familiar.

Os planos individual e social da fase consumista do capitalismo ficam resolvidos pela vontade de consumir e pela necessidade de o fazer, respectivamente. O plano sistémico é, contudo, mais subtil e menos comunicável. A ausência de questionamento mediático, associada à visão neoliberal da política como uma intromissão na vida privada, conduz à despolitização da sociedade – uma tendência promovida pelas próprias instituições políticas, uma vez que isso se traduz numa menor contestação. Compreensivelmente, numa sociedade de indivíduos pré-sociais, os movimentos de luta colectiva são impossíveis. Além disso, o neoliberalismo fomenta o individualismo pela dissolução do proletariado, hoje transformado numa população urbana desorganizada e fragmentada, à qual Harvey e Bauman chamam ‘precariado’.

O precariado constrói-se a partir das regras da austeridade actual: a flexibilização do mercado de trabalho e a precarização das relações laborais, que reduzem o trabalho à satisfação dos desejos estéticos do consumidor (trabalha-se para que se possa consumir). O local de trabalho perde o carácter de local de socialização, tornando-se de novo claro o carácter retroalimentador do individualismo: os problemas individuais não são agrupáveis em exigências comuns, o que impede a formação de uma consciência cidadã partilhada que, por sua vez, limita gravemente as possibilidades de construção de um espaço verdadeiramente público. É necessário alterar a percepção que a sociedade tem das instituições políticas, bem como a leitura que as instituições fazem da sociedade.

Acrescente-se, ainda, que o ímpeto ‘proprietarista’ alterou as condições necessárias para comprar uma casa: a solvência económica não é essencial quando o acesso ao crédito é facilitado. O pagamento de uma hipoteca equivale ao pagamento de uma renda, mas com uma agravante: esse contrato não é rescindível pelo que, caso haja uma quebra nos rendimentos do morador, este fica impedido de procurar uma casa mais adequada à sua situação financeira, entrando em incumprimento da dívida. Ocorrendo a uma grande escala, este

fenómeno forma uma bolha que, rebentando, gerará uma crise (tal como aconteceu em 2007-08). Por outro lado, estando obrigado ao pagamento de uma mensalidade incomportável, o proprietário endividado vê-se espoliado dos seus recursos e a sua mobilidade social manietada.

São dois os grupos de acção que há a explorar, a nível tanto administrativo quanto cultural. Um é a necessidade de centrar a atenção na produção (no processo) e não no consumo (no produto), o que obriga ao planeamento a médio e longo prazo, bem como impede que o poder se refugie na extraterritorialidade do instantâneo. O outro prende-se com o reconhecimento e legitimação de um conjunto de práticas humanas que não estão institucionalizadas, distinguindo o momento do político – a construção comum dos problemas – do momento da política – a inscrição das respostas no quadro institucional e legal.

A cidade é um produto social e não autoral, resultante das relações que nela têm lugar. É imperativo, portanto, reclamar a cidade para os seus produtores (reconhecidos como uma classe urbana: um novo proletariado), reivindicando, desde as dinâmicas do quotidiano, o direito à cidade enquanto exercício de um poder colectivo sobre os processos de urbanização. Para isso, há que conjugar os vários esforços de oposição urbana numa plataforma que consiga resgatar esse direito, entregando-o às populações urbanas. Reivindicar-se, assim, o extenso poder político (e ‘politizante’) da arquitectura, entendida como uma ferramenta convivial.

3. GENTRIFICAÇÃO E DIREITO À CIDADE

A crise de 2007-08 é inegavelmente uma crise urbana, com génese no desenvolvimento desigual dos territórios urbanos, pelo que a luta a travar hoje é uma luta urbana. A oposição ao escapismo do poder terá de ter as suas raízes no ambiente urbano, mobilizando as diferenças em prol de um objectivo comum. Um novo espaço surgirá das contradições da sociedade (evidenciadas pelas práticas quotidianas), a partir de um processo político participado. A

13 — Dizemos ‘quase sempre’ e não ‘sempre’ porque há outras formas de sentir a ingerência do capitalismo. Por exemplo, qualquer opção de vivência do espaço urbano que não esteja institucionalmente prevista e legalmente enquadrada, por razoável e socialmente admissível que possa ser, será impossível ou, pelo menos, difícil de pôr em prática. A redução da existência humana a critérios económicos é insídia do capitalismo, já que anula todas as suas dimensões subjectivas, imensuráveis e, por isso, impossíveis de abstractizar.

organização da luta representa um esforço de formação de uma consciência de classe urbana, o que também passa por um alargamento dos limites da dialéctica marxista tradicional. Há, aqui, uma alternativa a explorar, baseada na auto-afirmação da população nas áreas da produção, do governo e da política, que permite redefinir a pobreza como uma questão qualitativa e não quantitativa (não importa o que se possui, mas o que se faz).

O futuro não é uma fatalidade: pode ser construído a partir da acção livre, que tanto mais o será quanto mais integrada esteja num esforço colectivo por um objectivo partilhado; substitua-se a fuga pelo engajamento! Não se pode confundir, no entanto, unidade com unicidade: haverá sempre várias vozes a reclamar o seu direito a serem ouvidas. Isto é particularmente verdadeiro a nível urbano porque a organização da classe não se faz com base no local ou no tipo de trabalho (que são demasiado dispersos e variados), mas sim com base no bairro. As comunidades são difusas e estão continuamente em construção, sendo possível, até, que um mesmo indivíduo se identifique com duas ou mais comunidades. Entram em jogo, por conseguinte, questões de género, raça, etnicidade, religião e cultura, exigindo, necessariamente, um diálogo político muito mais intenso.

A dificuldade da democracia é a sua maior virtude: a constante necessidade de diálogo, que não só permite combater a extraterritorialidade do poder, uma vez que obriga a processos temporalmente extensos e espacialmente localizáveis, como também combate o perigo da homogeneização social. A equalização pela erradicação da diferença transforma a harmonia em unissonância, ao mesmo tempo que promove violentos processos de despossessão espacial exercidos sobre os produtores da diferença.

Estes processos são impulsionados pelo modelo de urbanização capitalista, assente na absorção dos excedentes produtivos através da transformação urbana, sob a égide da ‘destruição criativa’ (i.e.: gentrificação). Assumem uma dimensão de classe, dado que as suas vítimas são, quase sempre ¹³, as classes mais desfavorecidas, que ocupam os centros urbanos, hoje muito procurados por razões industriais (decorrentes da terciarização das economias desenvolvidas) e turísticas (o que é evidente em Portugal).

A gentrificação é, a par da suburbanização, um dos motores do crescimento económico pela mercantilização do espaço. É, no entanto, a mais perversa do par, já que implica a expulsão – activa ou passiva – dos moradores cuja actividade quotidiana produziu tanto o interesse pela zona quanto a oportunidade para o reinvestimento, substituindo-os por outros de uma classe social economicamente mais afluente. A gentrificação resulta do aproveitamento do *rent gap* – tal como a definiu Smith –, num processo especulativo com uma imagem positiva (porque centrada na recuperação), mas com efeitos sociais muito nocivos. Esta bipolarização reflecte-se no discurso político construído à sua volta: tanto pode ser analisada pelo lado da produção, procurando-se compreender os factores que lhe deram origem, quanto pelo lado do consumo, como uma questão de mobilidade social e de revitalização dos bairros. Esta posição insinua que os bairros afectados estavam culturalmente mortos, quando o oposto é que é verdadeiro: a gentrificação aniquila culturalmente a classe social que tradicionalmente ocupa esse espaço.

Existe, contudo, um interesse capitalista na manutenção da atractividade urbana – assente na exclusividade de certos modos de vivência quotidiana – para exploração de monopólios. O esforço de preservação da propriedade comum, patrocinado pelo capitalismo, pode e deve ser utilizado como arma na luta urbana já que pressupõe a manutenção da diferença. Ao contrário da propriedade pública (que é encarada como uma despesa pública produtiva, controlada e administrada a nível estatal, cuja apropriação é um processo político permanentemente em curso), a propriedade comum é naturalmente colectiva e não-mercantilizável (ainda que alguns dos seus aspectos possam sê-lo, nomeadamente a exploração da atmosfera quotidiana pela indústria turística): é a concretização da relação social de uma comunidade com o seu espaço físico-social, existente ou em potência. A propriedade comum destrói-se, então, com a eliminação do grupo social que a produziu, e vice-versa.

Porém, uma vez que a realidade é pura contingência, a diferença não deve ser eliminada mas reconhecida como um estímulo para o debate político. Reclamar a cidade como um corpo político socialista, recuperando-a para a

luta anticapitalista, será possível construindo processos participativos de base cidadã. A reabilitação urbana é necessária por motivos não só económicos mas também sanitários. A gentrificação não é, no entanto, inevitável: pode ser combatida recorrendo a tipos de investimento urbano não-especulativos que permitam, com os pés assentes no território, a construção comunitária, sustentável e equilibrada, do espaço urbano, garantindo a todos os actores urbanos o direito à cidade.

É essencial perceber a diferença fundamental entre o reinvestimento e a reversão do desinvestimento: o primeiro faz-se após o desinvestimento; o segundo trava a degradação física e social do construído, numa tentativa de controlo dos processos de gentrificação e de democratização do espaço público. À legitimação das competências sociais não-institucionalizadas podemos somar várias formas físicas de combate à gentrificação: desde o investimento público em infraestruturas sociais, à criação de cooperativas de habitação associadas a um incentivo regulado à reabilitação urbana, passando pela criação de novos modelos de arrendamento estatal ou municipalmente controlado que abranjam várias camadas sociais.

4. AUTORIDADE E AUTORIA

A alternativa – política – aqui sugerida é nova não na medida em que a sua formulação teórica é recente (não o é), mas porque representa uma mudança de paradigma – uma revolução – nas formas de governo social. O que se propõe é uma sociedade convivial. Esta não pressupõe o desaparecimento das instituições, porque isso conduziria ao caos, mas que se entenda enquanto ferramentas não só artefactos (produtos) mas também códigos (processos).

As ferramentas conviviais são aquelas que permitem a livre utilização por cada um, em prol do enriquecimento do ambiente social e da produção de propriedade comum. A arquitectura é, necessariamente, uma ferramenta convivial cujo uso deve ser aberto a todos através do conhecimento dos arquitectos. Isto significa pôr de parte a ideia de autoridade enquanto

14 — “This (...) means (...) the openness of the whole process of design, building and use.”

Morar de Outras Maneiras, *op. Cit.* P. 7

15 — “... the users – as a matter of economic, social, and psychological common sense – are the principal actors.” John Turner, *op. Cit.* P. 154

autoritarismo (decorrente do monopólio profissional promovido pela academia e pelas organizações profissionais), e implica uma reconstrução do conceito de autoria (actualmente demiúrgica). Os arquitectos podem manter a autoridade sobre o seu conhecimento específico, enquadrando-o num conjunto alargado de outros conhecimentos, bem como aceitar que o projecto de arquitectura é uma construção partilhada e participada, trabalhando ‘com’ a comunidade, e não ‘para’ ou ‘por’ ela.

A diferença entre os arquitectos modernistas e os actuais é esta: ao passo que aqueles preferiam operações de grande dimensão (verdadeiras cirurgias de amputação e reconstrução), estes devem proceder a uma acupunctura terapêutica que não só aceita como trabalha com a contingência da realidade, procurando transformá-la positivamente. O arquitecto passa a ser um cidadão, mais do que um perito, capaz de usar uma ferramenta – a arquitectura – em prol da comunidade, sem com isso perder a sua autoridade.

De um ponto de vista profissional, o arquitecto não é o único envolvido: é um agente dentro de uma equipa multidisciplinar. Tampouco está sozinho, de um ponto de vista da praxis, como cidadão interessado: é parte de uma densa rede de actores cujas preocupações ultrapassam largamente o âmbito do pensamento técnico.

Encarar a arquitectura como um processo implica, portanto, *a abertura de todo o processo de desenho, construção e uso*¹⁴ aos utilizadores que – *por uma questão de bom senso económico, social e psicológico* – *são os actores principais*.¹⁵ O actual papel demiúrgico dos arquitectos é posto em causa, sendo necessária uma nova revolução do conceito de arquitectura. Ainda que a disciplina seja vista como um ‘campo’ cujo objecto é o espaço produzido pelo Homem, o foco nos produtos da Arquitectura faz com que apenas uma pequena parte desse espaço seja considerado arquitectura – geralmente o espaço produzido pelas estruturas de poder, com meios para encomendar os serviços de um arquitecto. São deixados de fora, como ilegítimos, todos os espaços do quotidiano produzidos informalmente pelo funcionamento da sociedade (construídos, nas palavras de Turner, pelo sector popular), bem como questões de sociologia ou economia política.

16 — Cf. Morar de Outras Maneiras, *op. Cit.* P. 9-10

17 — Cf. Jameson, Fredric. “Architecture and the Critique of Ideology.” *The Ideologies of Theory*.
Londres: Verson, 2008. Pp. 351-352

Importa esclarecer que se entendem por informais os espaços produzidos à margem da economia e da lei em vigor aquando da sua construção, mas que não são, de todo, a-formais. Abordando a arquitectura como um processo valoriza-se o acto de transformação e produção espacial em si, incluindo todos os espaços quotidianos, independentemente da forma, função ou existência de um plano prévio.¹⁶ A par da reconfiguração da autoria (que não representa a renúncia da autoridade), a outra grande alteração que esta nova abordagem propõe, a nível disciplinar, é a demissão da ideia de ‘utilizador’ passivo. No fundo, esta atitude dialéctica significa aceitar a presença do ‘outro’ disciplinar, introduzindo-o no debate tradicional.¹⁷

Este exercício deve ser realizado em permanente tensão entre a teoria e a prática, num movimento contínuo entre a racionalidade da técnica e a proximidade do quotidiano. Deve, ainda, ser suportado por um plano, simultaneamente metodológico e ideológico, de modo a colmatar ou minimizar as falhas de uma abordagem unilateral. A ideologia orienta a acção, evitando que se caia em formulações utópicas não-propositivas. Afinal, o plano vale pela sua intencionalidade, dado que, uma vez posto em prática, não só passa de plano a realidade, como também pode sofrer alterações.

Há alguns pontos de suporte desse plano que consideramos chave. Primeiro, há que reconhecer que as ferramentas devem estar ao serviço das pessoas, e não estas subjugadas àquelas. É urgente repolitizar o indivíduo, de modo a que se forme uma consciência social colectiva, crítica e propositiva, capaz de forçar a mudança.

Seguidamente, e dentro do próprio campo disciplinar arquitectónico, é necessário combater a ideia de que os arquitectos são meros executores de um projecto em função de um programa fornecido pelo cliente. A escassez de conhecimento assim criada promove a dependência e anula a interdependência. Os arquitectos devem ver-se e ser vistos como coordenadores e/ou participantes da inteligência espacial e conhecimento construtivo, integrados em equipas multidisciplinares capazes de fazer a ponte entre o saber científico e o conhecimento quotidiano.

O terceiro ponto é o equilíbrio entre a construção informal e os

processos formais, que se devem informar mutuamente, e não excluir-se, fomentando lógicas de continuidade e não de ruptura.

Finalmente, as ferramentas devem ser usadas numa lógica sustentável, que abandone a ideia de ‘fazer com menos’ e adote um modelo de ‘fazer melhor’. Em suma, o espaço urbano deve ser construído e utilizado em conjunto e aproveitando a experiência e a sabedoria existentes no terreno, com o apoio e orientação dos arquitectos, de modo a impedir a exploração dos indivíduos bem como a destruição do território (tanto social quanto ambiental). É neste sentido que Till propõe o uso do termo ‘escassez’ em vez de ‘austeridade’.

5. AUSTERIDADE E POLÍTICA

A austeridade configura-se, hoje, como um dogma político concebido a partir da escassez, que desvia a atenção relativamente aos mecanismos de construção dessa escassez. Em arquitectura, a austeridade exprime-se não só na sua redução à produção técnica de edifícios, mas também na divisão da classe profissional em duas camadas: uma maioria (os 99%) orientada para a economização e para a avaliação da qualidade em termos quantitativos; e uma minoria (o 1%) que reifica o discurso austeritário, traduzindo-a em termos puramente estéticos que confluem a beleza com a ordem.

A alternativa aqui proposta implica, forçosamente, uma terceira posição, também ela baseada na potência da acção, a que Till chama ‘agência espacial’. Chamados a ‘agir de forma diferente’, os arquitectos vêm-se obrigados a reconhecer a relevância de contributos externos à sua formação, bem como a entender a sua acção como um elo de uma cadeia temporalmente distendida e profundamente enraizada na contingência da realidade quotidiana.

A arquitectura não pode ser revolucionária até que a revolução aconteça. O arquitecto pode, no entanto, ajudar a construir a revolução social a partir da sua actividade. A política não é reificável, pelo que não se traduz num edifício. O edifício é uma oportunidade para a democracia, não um

18 — Veja-se, por exemplo, a Casa del Fascio, de Giuseppe Terragni, em Como, Itália (1936): o edifício em si ainda é admirado, ainda que o contexto que lhe deu origem seja fortemente repudiado. Um caso português é a leitura feita actualmente ao processo SAAL, que se concentra na forma dos edifícios produzidos e não nos processos de produção criados.

19 — “... ideology remains largely invisible (...)” Neil Leach, *op. Cit.* P. 7

20 — “... architectural or aesthetic production can never be immediately political (...)”

Fredric Jameson, *op. Cit.* P. 346

21 — Isto é evidente na proposta dos arquitectos Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal para a Praça Léon Aucoc em Bordéus. Com a visita ao local, os arquitectos concluíram que a praça não precisava de qualquer intervenção para lá de uma manutenção cuidada e continuada. Cf. Place Léon Aucoc. Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal, Bordéus – França, 1996. Disponível em <https://lacatonvassal.com/index.php?idp=37#> [acedido a 10 de Julho de 2017, 19h00m]

22 — “... architecture is always contextualised within some social ground.” Neil Leach, *op. Cit.* P. 10

objectivo. Embora o edifício possa ser um símbolo político, o seu significado desaparece quando o mesmo acontece ao significante.¹⁸ Uma vez que a política é um processo, traduzível apenas noutros processos, a dimensão política da arquitectura não se reflecte no edifício em si mas nos processos (oxalá críticos) que conduzem à conclusão do edifício.

É mais importante o modo como se faz do que o que se constrói, efectivamente. De facto, a preocupação com um ‘estilo’ para a ‘arquitectura democrática’ é irrelevante, até porque *a ideologia permanece invisível*.¹⁹ A democracia não se traduz nos aspectos formais do que produz, mas sim nos seus aspectos processuais e críticos. A questão estética, ainda que disciplinarmente importante, não pode ser fundacional, porque *a produção arquitectónica ou estética não pode nunca ser imediatamente política*.²⁰ Pode muito bem ser que pelo processo democrático de desenho de arquitectura se conclua que não é necessário construir o que se achava à partida, ou até que não é necessário construir nada.²¹ Nas palavras de Jeremy Till, é necessário pensar para lá do objecto.

Em suma, o significado político de um edifício reside em três momentos: o contexto que lhe dá origem; o momento da construção; e a forma como é utilizado. É nos dois primeiros momentos (tradicionalmente entendidos como preparação e execução, projecto e obra) que o arquitecto se pode assumir como um agente político e pugnar pela mudança de paradigma. Uma linha ou dois tijolos empilhados não representam nada; o mesmo não se pode dizer sobre o modo como a linha é desenhada ou os tijolos empilhados.

*A arquitectura tem sempre um contexto social*²², sendo o seu significado alterado pelas práticas que a rodeiam. Contrariamente ao que é ensinado aos estudantes de arquitectura, não é tanto o edifício que condiciona o quotidiano, mas são as práticas quotidianas que condicionam a forma do edifício. Aceitar a premissa, proposta por Lefebvre, de que o espaço é construído socialmente implica rever, necessariamente e de forma crítica, não só o papel (e a identidade) do utilizador mas também as relações de produção ao longo dos três momentos já identificados.

Não obstante, e porque nos parece mais útil combater o capitalismo

23 — “The utility of a thing makes it a use value.” Marx, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy. Volume I, Book One: The Process of Production of Capital*. Moscovo, URSS: Progress Publishers, 2015. P. 27. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-I.pdf> [acedido a 17 de Maio de 2017, 17h30m]

24 — “(...) fail to distinguish between what things are, materially speaking, and what they do in people’s lives.” John Turner, *op. Cit.* P. 152

25 — “But the exchange of commodities is evidently an act characterised by a total abstraction from use value. (...). As use values, commodities are, above all, of different qualities, but as exchange values they are merely different quantities, and consequently do not contain an atom of use value.” Karl Marx, *op. Cit.* P. 28

26 — “The mystical character of commodities does not originate (...) in their use value. (...). [With commodities], the existence of the things quâ commodities, and the value relation between the products of labour which stamps them as commodities, have absolutely no connection with their physical properties and with the material relations arising therefrom. There it is a definite social relation between men, that assumes, in their eyes, the fantastic form of a relation between things. (...). This I call the Fetishism which attaches itself to the products of labour, so soon as they are produced as commodities, and which is therefore inseparable from the production of commodities.” *Ibid.* Pp. 47-48

27 — Cf. Ferro, Sérgio. “O Canteiro e o Desenho”. 1976. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. Pp. 104-200

28 — “Mediation means that architects act upon users’ requests for removing obstacles to the construction of knowledge and taking of action.” Morar de Outras Maneiras, *op. Cit.* P. 18

29 — McGuirk, Justin. *Radical Cities*. Londres: Verso, 2014

a partir da subversão do seu discurso, concentrar-nos-emos brevemente na dimensão económica da produção espacial. De uma forma geral, podemos considerar três grupos de pessoas que participam nos três momentos anteriormente referidos, respectivamente: investidores (promotores da obra e intermediários); mão-de-obra (todos aqueles que vendem o seu tempo e força de trabalho para a construção física do edifício, gerando mais-valias); e consumidores (que actualizam as mais-valias produzidas durante a construção, sob a forma de lucro para os capitalistas). O arquitecto está presente em cada um destes grupos, sobretudo enquanto garante da criação de mais-valias.

A já mencionada mercantilização da habitação fez com que esta deixasse de ser apreciada pela sua utilidade (pelo seu valor de uso ²³), passando a ser avaliada com base no seu potencial valor de troca, *deixando de se distinguir entre o que as coisas são, materialmente falando, e o que elas fazem na vida das pessoas.* ²⁴ Sob este prisma, não importa tanto a qualidade da habitação mas sim a quantidade de habitações disponíveis num dado momento, bem como o seu potencial transaccionável, alienando-se a vontade que os moradores possam sentir de construir um ambiente quotidiano segundo os seus desejos.

A abstracção ²⁵ assim produzida permite fetichizar ²⁶ as casas, transformando-as em mercadorias (produtos prontos a serem comercializados no mercado) das quais foram apagadas todas as marcas da produção. As relações de produção são representadas pelos produtos e não pelos processos produtivos, o que invisibiliza os conflitos que lhes estão subjacentes. Rever e modificar as relações de produção da habitação significa, então, questionar a função económica de todos os envolvidos, com especial relevância para o arquitecto ²⁷ que, por estar presente em todos os grupos, pode e deve actuar como agente mediador.

6. ARQUITECTURA E REVOLUÇÃO

Mediação significa que os arquitectos actuam a pedido dos utilizadores, removendo obstáculos à construção de conhecimento e à acção ²⁸ e procurando garantir a autonomia da comunidade. Justin McGuirk ²⁹ define estes arquitectos-mediadores como

30 — "... rescuing space as a tool of politics." *Ibid.* P. 20

31 — "... being politically engaged while being perceived as politically neutral." *Ibid.* P. 76

32 — "This the very definition of the activist architect, one who creates the conditions in which it is possible to make a meaningful difference." *Ibid.* P. 128

33 — "What matters is the effect, not the aesthetic." *Ibid.* P. 21

34 — "... strategy rather than style." *Ibid.* P. 18

sendo, acima de tudo, activistas, uma vez que trabalham, muitas vezes, fora dos circuitos institucionais, procurando ‘normalizar’ outras formas de actuação.

A principal característica do arquitecto-activista é a *recuperação do espaço como uma ferramenta da política*³⁰, sendo a proactividade e o pragmatismo condições prévias essenciais. O trabalho a desenvolver não assenta numa lógica de encomenda particular mas antes na auto-proposta, cuja oportunidade é construída juntamente com a comunidade local.

Segundo McGuirk, o arquitecto-activista deve ser extrovertido e plural, um verdadeiro elo de ligação social capaz de encontrar aliados políticos ao mesmo tempo que se integra nas comunidades locais, abrindo linhas de diálogo e negociação entre ambos. Um dos grandes desafios é, então, *permanecer politicamente activo mas ser visto como politicamente neutro*.³¹ No fundo, o arquitecto activista é *aquele que cria as condições que tornam possível fazer uma diferença significativa*.³²

Há que trabalhar com a incerteza e com a imprevisibilidade (e, por isso mesmo, com a flexibilidade e a contingência), bem como (na maioria dos casos) com recursos escassos. A metodologia de trabalho assenta, em traços gerais, em três pontos: escolha do contexto; identificação participada do problema; e criação conjunta das condições para intervir. O processo é necessariamente mais importante do que o produto: *o que importa é o efeito, não a estética*³³ ou, por outras palavras, *a estratégia em vez do estilo*.³⁴ Tal como Till, McGuirk defende a importância da agência espacial, até porque cada operação local só terá verdadeiro impacto a nível urbano caso faça parte de uma rede de acções e actores que abranja todo o território em questão.

Jeremy Till aconselha, ainda, que se trabalhe a miniatura, por ser uma escala intimamente relacionada com o quotidiano, tanto comum quanto individual. O confronto directo com a quotidianidade bloqueia a neutralidade política, imergindo o arquitecto na contingência do território. À semelhança de Illich, Till propõe que se aproveite tanto o espaço (como materialização da contingência) quanto a linguagem (como o seu relato) enquanto momentos de resistência à despolitização. Esta atitude implica o entendimento da construção como *uma entidade verbal, como um meio para fins humanos, como uma actividade e não*

35 — "... if housing is treated as a verbal entity, as a means to human ends, as an activity rather than as a manufactured and packaged product, decision-making power must, of necessity, remain in the hands of the users themselves." John Turner, *op. Cit.* P. 154

36 — Fredric Jameson, *op. Cit.* P. 356

como um produto, pelo que o poder de tomar decisões deve, necessariamente, permanecer nas mãos dos próprios utilizadores. ³⁵ Deste modo será possível, ainda, activar dois ‘enclaves pré-capitalistas’ ³⁶ essenciais na configuração do espaço social – nomeadamente o Inconsciente e a Privacidade –, sobretudo se utilizada a técnica da ‘narração urbana’, também sugerida por Till. De novo se constata que o arquitecto deve ser uma figura tensa e pendular, entre a abstracção técnica e a realidade contingente.

Desta estratégia de ‘narração urbana’ decorrem algumas alterações de âmbito disciplinar, que se prendem, sobretudo, com os critérios de avaliação qualitativa das intervenções: as questões estéticas e económicas são relegadas para segundo plano, favorecendo-se os aspectos sociais. De facto, os problemas sociais não têm respostas puramente físicas, pelo que há que ultrapassar o ideal modernista da arquitectura-criadora-de-felicidade. A arquitectura oferece, no máximo, uma esperança de felicidade, que será produzida pelas relações sociais construídas no espaço.

Em contrapartida, o espaço existe porque é ocupado e vivido, sendo os principais intervenientes o corpo (que produz o espaço) e o poder (que coordena a produção). O poder, tal como já vimos com Lefebvre, domina o espaço, esterilizando-o, ao passo que o corpo se apropria do espaço, produzindo-o socialmente. Só reconhecendo o poder que o nosso corpo, enquanto instrumento político, nos confere é que poderemos levar a cabo qualquer plano de reivindicação da cidade.

O espaço contém em si a possibilidade de ser diferente porque o corpo, que rejeita a abstracção total, está presente. A contradição entre o poder e o corpo é a mesma que existe entre o valor de troca e o valor de uso, a economia e a política, a problemática espacial e a prática espacial. Todas estas contradições são materializadas no espaço, pelo que este não pode ser objectivamente representado, mas apenas interpretado. É dentro deste espectro que se move o arquitecto que se posicionará segundo a sua simpatia política. O espaço não é neutro nem inocente, mas profundamente contingente e político. Entendê-lo como tal é o primeiro passo para uma revolução espacial que oriente a sociedade para a produção comunal do seu espaço.

37 — Sicinius: What is the city but the people?

Citizens: True, the people are the city.

Shakespeare, William. *The Tragedy of Coriolanus*, Acto 3, Cena 1. Disponível em <http://shakespeare.mit.edu/coriolanus/full.html> [acedido a 7 de Março de 2016, 16h00m]

Sicinius

O que é a cidade senão as pessoas?

Cidadãos

Verdade,

as pessoas são a cidade. ³⁷

Síntese

ARQUITECTURA ΘΥ E REVOLUÇÃO

bibliografia

“Architectural Toys - Processos Complementares de Reprodução Disciplinar em Arquitectura.” *Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*

Disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=387504

Antunes, Marisa. “Vem aí a Lei de Bases da Habitação.” *Jornal Expresso*. 29 de Abril de 2017

Disponível em <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-04-29-Vem-ai-a-Lei-de-Bases-da-Habitacao>

Arendt, Hannah. *The Human Condition*. 1958. Chicago: The University of Chicago Press, 1988

Aristóteles. *Politics*. Kitchener: Batoche Books, 1999

Argan, Giulio Carlo. “Projecto e Destino”. 1964. *Projeto e Destino*. São Paulo: Ática, 2001

Atkins, Kim. “Paul Ricoeur (1913—2005).” Internet Encyclopedia of Philosophy

Disponível em <http://www.iep.utm.edu/ricoeur/#H5>

Barthes, R. *A Lover's Discourse: Fragments*. Nova Iorque: Hill and Wang, 2010

Bauman, Zygmunt. *A Liberdade*. 1988. Lisboa: Editorial Estampa, 1989

Bauman, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. 2000. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

Calvino, Italo. *Le Città Invisibili*. Turim: Einaudi, 1972

Disponível em http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1008030.files/citta_calvino.pdf

“Câmara do Porto mostra como está a fazer regressar ao Centro Histórico as famílias atiradas para a periferia da cidade” *Porto*. 28 de Julho de 2016. Câmara Municipal do Porto

Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/camara-do-porto-mostra-como-esta-a-fazer-regressar-ao-centro-historico-as-familais-atiradas-para-a->

Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional [2005]

Disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

CPAM. “Concentração Portuguesa de Arquitectos em Mação.” *CPAM*, 2012

Disponível em <http://cpam2012.blogspot.pt/>

DESA. “Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050.” Centro Regional de Informação das Nações Unidas – UNRIC. 10 de Julho de 2014

Disponível em <http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>

“Does Peter Brabeck-Letmathe believe that water is a human right?” *Nestlé*

Disponível em <http://www.nestle.com/ask-nestle/human-rights/answers/nestle-chairman-peter-brabeck-letmathe-believes-water-is-a-human-right>

Engels, Friedrich. *Para a Questão da Habitação*. 1873

Disponível em http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf

Ferro, Sérgio. “O Canteiro e o Desenho”. 1976. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006

Foucault, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. 1977. Nova Iorque: Vintage Books, 1995

Gasset, José Ortega y. “La barbarie del “especialismo”.” 1930. *Los grandes ensayos de la ciencia*. Coord. Martin Gardner. México: Nueva Imagen, 1999

Disponível em <http://users.df.uba.ar/solari/Docencia/Complejos/ortega.pdf>

Giddens, Anthony. *Social Theory and Modern Sociology*. Stanford CA: Stanford University Press, 1987

Harvey, David. *Rebel Cities*. Londres: Verso, 2012

Hegel, G.W.F. *The Science of Logic*. Vol. 1. 1812. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2010

Helder, Herberto. *Photomaton & Vax*. Porto: Porto Editora, 2015

Illich, Ivan. *Tools for Conviviality*. 1973. Glasgow: Fontana/Collins, 1975

Jameson, Fredric. “Architecture and the Critique of Ideology.” *The Ideologies of Theory*. Londres: Verso, 2008

Krüger, Mário. “Digital Turning: Uma Mudança de Direcção?” *Jornal de Arquitectos* 244. Ordem dos Arquitectos

Disponível em [http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/244/Tr%C3%AAs%20Ensaio%20\(um\)/](http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/244/Tr%C3%AAs%20Ensaio%20(um)/)

Leach, Neil. “Architecture or Revolution?” *Neil Leach*, 1996

Disponível em <https://neilleach.files.wordpress.com/2009/09/architecture-or-revolution.pdf>

Le Corbusier. “L’Espace Indicible.” *L’Architecture d’Aujourd’hui - hors-série “Art”*, 1946

Le Corbusier. *Towards a New Architecture*. 1923. Nova Iorque: Dover Publications, Inc., 1986

Le Corbusier. *Vers une Architecture*. 1923. 2ª ed. Paris: Les Éditions G. Crès et Cie., 1924

Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9600362d/f15.item.zoom>

Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. 1974. Oxford: Blackwell, 1991

“Lisboa Renda Acessível.” *CML: Renda Acessível*. Câmara Municipal de Lisboa, 2016

Disponível em <http://www.lisboarendaaccessivel.pt/inicio.html>

Machado, Antonio. “CXXXVI Proverbios y Cantares”. *Poesías Completas*.

Madrid: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 1917

Madden, David e Peter Marcuse. *In Defense of Housing: The Politics of Crisis*.

Londres: Verso, 2016

Mandel, Ernest Germain. “The Marxist Theory of Imperialism and its Critics.”

1955. *Marxists Internet Archive*

Disponível em <https://www.marxists.org/archive/mandel/1955/08/imp-crit.html>

Marques, Ariana, Joana Varajão, (Artur) Jorge Alves, Pedro Tomé, e Sara Neves (eds.). *Dédalo #10 Who Lives Next Door*. Porto: Revista Dédalo – AEFAUP, 2013. Não publicado

Marx, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy. Volume I, Book One: The Process of Production of Capital*. 1867. Moscovo, URSS: Progress Publishers, 2015

Disponível em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-I.pdf>

Marx, Karl. “The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte.” 1852. *Marxists Internet Archive*

Disponível em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1852/18th-brumaire/ch01.htm>

McGuirk, Justin. *Radical Cities*. Londres: Verso, 2014

Morar de Outras Maneiras. “Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices.” Outubro de 2008

Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/arquivos/Architecture_as_Critical_Exercise_MOM.pdf

Paz, Octavio. *Los signos en rotación*. 1965. Madrid: Fórcola, 2011

Pinto, Mariana Correia. “Aitor quer ser o “arquitecto de família” da população do Bonfim.” *P3*. 29 de Março de 2016

Disponível em <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/20025/aitor-quer-ser-o-arquitecto-de-familia-da-populacao-do-bonfim>

Pl. Léon Aucoc. Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal, Bordéus – França, 1996

Disponível em <https://lacatonvassal.com/index.php?idp=37#>

“Quem somos?” *Habitar Porto*. 27 de Março de 2017

Disponível em <https://habitarporto.org/about/>

Quinta Monroy. Elemental, Iquique – Chile, 2014

Disponível em <http://www.elementalchile.cl/en/projects/quinta-monroy/>

Rasch, William. *Niklas Luhmann's Modernity: The Paradox of Differentiation*.

Stanford CA: Stanford University Press, 2000

“Reabilitar para Arrendar” *Portal da Habitação*. Fevereiro de 2016. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/reabilitarparaarrendar_ha/reabilitarparaarrendar_habitacao_acessivel.html

“Reabilitar para Habitar: Espaços habitáveis no Porto.” *XXVII Edição Concurso de Soluções Construtivas Pladur*. Pladur

Disponível em <https://www.pladur.com/pt-pt/arquitectos/concursos-premios/Paginas/xxvii-concurso-iberico-soluciones-constructivas-pladur.aspx>

“Resultados.” *Dédalo*. Revista Dédalo, 2013

Disponível em <http://cargocollective.com/dedalo/iii-resultados-results>

Rocha, Paulo Mendes da. “Aulas Unitau. Segunda aula.” 1990. Ed. Maria Isabel Villac. *América, cidade e natureza*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2012

Saraiva, Tiago Mota. “Queremos um país de proprietários e não de proletários.” 6 de Outubro de 2015.

Disponível em <https://www.facebook.com/notes/tiago-saraiva/queremos-um-pa%C3%ADs-de-propriet%C3%A1rios-e-n%C3%A3o-de-prolet%C3%A1rios1/10153299834901775/>

Schneider, Tatjana e Jeremy Till. "Beyond Discourse: Notes on Spatial Agency." *Footprint: Agency in architecture: reframing criticality in theory and practice* (Primavera 2009). Pp. 97-111

Smith, Neil. *The New Urban Frontier*. Londres: Routledge, 1996

Tafuri, Manfredo. "Operative Criticism". *Theories and History of Architecture*. 1968. Nova Iorque: Harper & Row Publishers, 1980

Tafuri, Manfredo. "The Dialectic of the Avant-Garde". *Architecture and Utopia: Design and Capitalist Development*. 1973. Cambridge MA: The MIT Press, 1976

Tatcher, Margaret. "Woman's Own ("no such thing as society")." Entrevista por Douglas Keay. 23 de Setembro de 1987. *Margaret Thatcher Foundation*
Disponível em <http://www.margarethatcher.org/document/106689>

Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1962. Porto: FAUP Publicações, 2007

Till, Jeremy. "A Happy Age (Before the Days of Architects)." *Jeremy Till*. 2008
Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/16/2008_A_Happy_Age.pdf

Till, Jeremy. "Angels with Dirty Faces." *Jeremy Till*. 1995
Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/43/1995_Angels_with_Dirty_Faces.pdf

Till, Jeremy. "Architecture and Contingency." *Field: a free journal for architecture* (2008). Pp. 120-135
Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/Till_architecture_and_contingency.pdf

Till, Jeremy. "Architecture of the Impure Community." *Jeremy Till*. 1998

Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/24/1998_Architecture_of_the_Impure_Community.pdf

Till, Jeremy. "From Objects of Austerity to Processes of Scarcity." *Jeremy Till*. 9 de Abril de 2012

Disponível em <http://www.jeremytill.net/read/98/from-objects-of-austerity-to-processes-of-scarcity>

Till, Jeremy. "Scarcity and Agency." *Journal of Architectural Education* 68.1 (2014). Pp. 9-11

Disponível em <https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/100/10464883.2014.864894.pdf>

Till, Jeremy. "Scarcity contra Austerity." *Places Journal*. Outubro de 2012

Disponível em <https://placesjournal.org/article/scarcity-contra-austerity/>

Till, Jeremy. "The Negotiation of Hope." *Jeremy Till*. 2005

Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/19/2005_The_Negotiation_of_Hope.pdf

Till, Jeremy. "The Urban Miniature." *Jeremy Till*. 1994

Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/44/1994_The_Urban_Minature.pdf

Till, Jeremy. "Urban Weaving." *Jeremy Till*. 2010

Disponível em https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/14/2010_Urban_Weaving.pdf

Trancoso, Carlos, Diana Sousa, Jorge Alves, Nuno Pimenta, e Soraia Fernandes (eds.). *Dédalo #8 Dis:Place*. Porto: Revista Dédalo – AEFAUP, 2011

Trancoso, Carlos, Diana Sousa, Jorge Alves, Nuno Pimenta, e Soraia Fernandes (eds.). *International Lecture Series –disPlace: Deviations on Architectural Practice*. FAUP. Porto: Revista Dédalo – AEFAUP, 2011

Turner, John F. C. “Chapter 7: Housing as a Verb.” *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*. Eds. John F. C. Turner e Robert Fichter. New York: Collier Macmillan, 1972

“Why Does Monsanto Sue Farmers Who Save Seeds?” *Monsanto*. 11 de Abril de 2017

Disponível em <http://www.monsanto.com/newsviews/pages/why-does-monsanto-sue-farmers-who-save-seeds.aspx>

Bibliografia

ARQUITECTURA OU E-REVOLUÇÃO